Silva, José Mattos e
Silva, António de Mattos e

Cristóvão Colon : finalmente descoberta a sua identidade?

http://hdl.handle.net/11067/5476
https://doi.org/10.34628/dtja-mc14

Metadados

Data de Publicação 2011

Resumo Ao longo dos séculos várias têm sido as tentativas para encontrar a verdadeira identidade de Cristóvão Colon e muitas foram as hipóteses formuladas no intuito de se conseguir apresentar a sua correcta filiação e o local da sua naturalidade. Ele foi considerado genovês, sardo, catalão, galaico, castelhano e, mais recentemente, português e até filho de pai polaco. Contudo, até agora, nenhuma das teorias aventadas conseguiu, de forma cabal, explicar a razão pela qual o navegador manteve o segredo ...

Throughout the centuries there were many hypothesis trying to explain Columbus true identity and to reveal his birthplace. He was considered to be born in Genoa, Sardinia, Galicia, Castilla, more recently in Portugal and even son of a Polish father. However none of those theories attained a complete explanation about the reasons why he always kept a secret from his origins, even from his sons: Diego, from his marriage to Filipa Moniz Perestrelo and Fernando, from his relationship with Beatriz E...

Palavras Chave Colombo, Cristóvão, 1451?-1506 - Local de nascimento, Colombo, Cristóvão, 1451?-1506 - Biografia

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 08 (2011)

CRISTÓVÃO COLON: FINALMENTE DESCOBERTA A SUA IDENTIDADE?

José Mattos e Silva
Associação da Nobreza Histórica de Portugal
jmatosilva@gmail.com

e

António Mattos e Silva
Instituto da Nobreza Portuguesa/Associação da Nobreza Histórica de Portugal
antoniomatosilva@hotmail.com

RESUMO

Ao longo dos séculos várias têm sido as tentativas para encontrar a verdadeira identidade de Cristóvão Colon e muitas foram as hipóteses formuladas no intuito de se conseguir apresentar a sua correcta filiação e o local da sua naturalidade. Ele foi considerado genovês, sardo, catalão, galaico, castelhano e, mais recentemente, português e até filho de pai polaco. Contudo, até agora, nenhuma das teorias aventadas conseguiu, de forma cabal, explicar a razão pela qual o navegador manteve o segredo das suas origens, até as tendo ocultado dos seus familiares mais próximos, nomeadamente dos seus próprios filhos: Diego, filho legítimo do casamento do navegador com Filipa Moniz Perestrelo e, Fernando, seu filho bastardo, fruto da sua relação com Beatriz Enriquez de Arana y Torquemada. A tese que agora propomos é a única que consegue explicar todos os aspectos obscuros que rodearam, desde sempre, o navegador. Dado o secretismo envolvido em torno de Colon, a nossa tese não pode ser suportada por documentos escritos; contudo, a forma como resolve todos os mistérios que envolvem o navegador, nomeadamente, explicando frases proferidas ou escritas por Colon e os factos históricos que dele são conhecidos, parece poder ser, finalmente, a tese que pode ter solucionado, para todo o sempre, o problema da sua identidade que se encontrava por resolver há mais de quinhentos e sessenta anos. A nossa tese só não permite revelar, para já, quem seriam os seus "irmãos" Bartolomeu e Diego que, de acordo com a História, o terão acompanhado em algumas das suas viagens. É algo que ainda não investigámos, mas que esperamos, em breve, poder solucionar. Pensamos que, sendo desde já detentores duma tese que muito permite explicar sobre Colon, seria desinteressante permanecermos na posse de informação tão importante e não a revelarmos de imediato, ficando a aguardar pela descoberta de quem seriam os seus irmãos. Segundo a nossa tese Colon seria o fruto dos amores havidos entre D. João Meneses da Silva (futuro Beato Amadeu) e a Infanta D. Leonor (irmã de D. Afonso V e futura mulher de Frederico III, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico).

Palavras chave: navegador, filiação, naturalidade.

ABSTRACT

Throughout the centuries there were many hypothesis trying to explain Columbus true identity and to reveal his birthplace. He was considered to be born in Genoa, Sardinia, Galicia, Castilla, more recently in Portugal and even son of a Polish father. However none of those theories attained a complete explanation about the reasons why he always kept a secret from his origins, even from his sons: Diego, from his marriage to Filipa Moniz Perestrelo and Fernando, from his relationship with Beatriz Enriquez de Arana y Torquemada. The theory that we present now is the only one that reveals all the misteries that have surrounded the navigator, although it cannot be based on written documents. But as it explains all possible sentences written or spoken by Columbus and all the known historical facts related to him, we think we attained the final end in the discovery of his identity that was unknown for more than five hundred and sixty years. However our theory has not yet an answer for the question about who were his "brothers" Bartolomeo and Diego that, according to History, followed him in some of his trips to the New World. But we will go on searching and we hope in the near future to solve this remaining problem. But as our present theory can explain who most probably were his parents we thought that it is was important to reveal it immediately. According to our thesis Colon was the son of D. João Meneses da Silva (future Beato Amadeu) and D. Leonor (sister of king D. Afonso V of Portugal and future wife of Emperor Frederich III).

Key words: navigator, afilliation, birthplace.

1 – INTRODUÇÃO

A abordagem que se faz no presente texto é, unicamente, relacionada com a decifração dos mistérios que envolvem a filiação e a naturalidade de Cristóvão Colon. Assim, não nos debruçaremos sobre aspectos relacionados com os seus "irmãos", nem com a sua descendência, nem com a sua eventual missão como agente secreto ao serviço de D. João II, Rei de Portugal. Esses aspectos só serão chamados à colação na medida em que interferirem com o tema básico do presente texto.

Os principais mistérios/enigmas que têm perdurado ao longo de quase seis séculos mas que, de acordo com os factos e raciocínios que vamos expor, pensamos ter conseguido, finalmente, desvendar, são:

1.º - Qual a sua filiação;

2.º - Qual a razão para o navegador não revelar a sua identidade;

3.º - Quando terá nascido;

4.º - Onde terá nascido.

Vamos começar por elencar alguns factos históricos que se consideram inquestionáveis, aos quais qualquer teoria terá de satisfazer para que possa ser considerada credível.

Depois, apresentaremos a nossa tese e confrontá-la-emos com os factos históricos referidos.

Chamamos a atenção dos leitores para o facto de, ao longo do texto, nos referirmos a Itália. Fazêmo-lo apenas por razões de simplificação pois, à época de Colon, a Itália não existia como país, sendo apenas a região onde se encontravam implantadas algumas cidades-estados como Génova, Veneza, etc.

2 – FACTOS HISTÓRICOS RELEVANTES

2.1 - Cronologia

Vamos apresentar alguns factos históricos que são os mais importantes tendo em vista os objectivos do presente trabalho de investigação. Nesse historial seguimos parte da informação contida em (Viegas Guerreiro 1994, [1]) e em (Abecassis 2010, [2]):

a) - Terá chegado a Lisboa, por 1476, de acordo com (Abecassis 2010: 149, [2]), com cerca de 25 anos de idade, o que faria com que tivesse nascido entre 1449 e 1451, presumivelmente em 1450;

b) - Entre a sua chegada a Lisboa e a sua partida para Castela, em 1484, Colon terá navegado em navios portugueses visitando, nomeadamente, a fortaleza da Mina, como consta de alguns relatos escritos de sua autoria;

c) - Terá casado, em 1479, com Filipa Moniz Perestrelo, filha de Isabel Moniz

(da família Moniz, dos Alcaides de Silves) e de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo. O conhecimento entre os noivos terá ocorrido em Lisboa, no Mosteiro de Santos. Deste casamento nasceria o seu único filho legítimo Diogo (ou Diego);

d) - Em 1484, supostamente Colon apresenta a D. João II o seu plano de atingir a Índia por Ocidente;

e) - A partir de 1484, embora (Schmidt 2011: 36, [3]) e (Pinheiro Marques 1991: 69, [4]) indiquem que essa data é 1485, encontra-se em Castela, para onde se deslocou na companhia do seu filho Diogo/Diego, devido ao facto de Filipa Moniz Perestrelo, sua mulher, já ter falecido, supostamente de parto. Terá ido primeiro para Palos, para o Convento Franciscano de La Rábida, e daí para a zona de Huelva onde residia a sua cunhada Briolanja Moniz, a qual se encontrava casada com Miguel Moliart, um abastado proprietário. Segundo (Abecassis 2010: 34, [2]), Miguel Moliart era flamengo e acompanhou Colon na sua segunda viagem, acabando por morrer às mãos do navegador;

f) - Terá seguido depois para Sevilha onde, segundo (Abecassis 2010: 46, [2]), foi hóspede do Duque de Medinacelli, durante cerca de dois anos;

g) - Segundo (Abecassis 2010: 47, [2]), foi recebido pelos Reis Católicos em Maio de 1486, tendo os monarcas decidido nomear uma comissão, chefiada por Frei Fernando de Talavera, para analisar a proposta apresentada por Colon;

h) - A comissão tardava em dar uma resposta e, entretanto, Colon apaixonara-se por Beatriz Enriquez de Arana y Torquemada, com quem nunca casou mas de quem, em 1488, viria a ter o seu filho bastardo, Fernando, conforme referido por (Abecassis 2010: 49, [2]);

i) - Desesperado pela espera duma decisão, Colon decide escrever uma carta a D. João II, Rei de Portugal, que lhe responde por carta escrita em Avis e datada de 20/05/1488, na qual o monarca português o trata por "nosso especial amigo em Sevilha", como se refere em (Abecassis 2010: 49, [2]);

j) - Em Dezembro de 1488 Colon está de volta a Lisboa, como se indica em (Abecassis 2010: 50, [2]), onde assistiu à chegada de Bartolomeu Dias "da sua viagem em que descobriu e franqueou a passagem de Sudeste", como se indica em (Abecassis 2010: 51, [2]) e o próprio Colon relata num dos seus escritos;

k) - Em fins de 1490, princípios de 1491, finalmente, em Castela, a comissão pronunciou-se sobre a proposta que Colon havia apresentado aos Reis Católicos, e o parecer foi negativo, como indicado em (Abecassis 2010: 53, [2]). Em 1490 casara o infante D. Afonso, filho de D. João II, com D. Isabel, filha dos Reis Católicos. Em 1491 o citado infante D. Afonso morre, na sequência da queda dum cavalo;

l) - Colon entretanto voltara ao Convento de La Rábida, onde convenceu Frei Juan Perez a escrever uma carta a Isabel, a Católica, cujo teor viria a

convencer a soberana, como se refere em (Abecassis 2010: 54, [2]);

m) - A 04/01/1492 os Reis Católicos tomam Granada e, a partir de aí, começam os preparativos para a primeira viagem de Colon;

n) - No dia 03/08/1492 a expedição de Colon zarpa, de Palos, com três caravelas: a "Santa Maria", a "Pinta" e a "Niña". Colon comanda a "Santa Maria", Martín Alonso Pinzón vai ao comando da "Pinta" e Vicente Iáñez Pinzón comanda a "Niña". A 12/10/1492 chegam ao continente americano;

o) - Colon inicia a viagem de regresso à Europa em 04/01/1493, ao comando da "Niña", dado a "Santa Maria" ter ficado encalhada. Martín Alonso Pinzón vem ao comando da "Pinta". Em 08/02/1493 chegou à ilha de Santa Maria, nos Açores, onde no dia seguinte foi recebido pelo capitão da ilha, João de Castanheira, tal como consta de (Arranz Márquez 2009: 248, [5]);

p) - Em 04/03/1493, Colon chega a Lisboa, com o pretexto de ter sofrido um temporal (curiosamente Martín Alonso Pinzón, que seguia uma rota idêntica, aportou à Galiza) que o teria desviado da rota pretendida. Recebeu a bordo, a visita de Bartolomeu Dias, conforme consta de (Arranz Márquez 2009: 256, [5]);

q) - D. João II, que se encontrava em Vale do Paraíso, no termo de Santarém, manda D. Martinho de Noronha receber Colon e o monarca tem uma entrevista com o navegador, sensivelmente no dia 11/03/1493;

r) - Após a entrevista com D. João II, Colon regressou a Lisboa, mas não sem antes visitar a Rainha D. Leonor que se encontrava no Convento de Santo António da Castanheira, em Vila Franca de Xira;

s) - Embarcou em Lisboa, a 13/03/1493, com destino a Palos, onde chegou dois dias depois. Daí dirigiu-se, por terra, para Barcelona, para uma entrevista com os Reis Católicos;

t) - Em meados do mês de Abril de 1493, Cristóvão Colon é recebido, em Barcelona, pelos Reis Católicos. Demorou quase um mês a chegar de Palos a Barcelona pois, segundo rezam as crónicas, ao longo do caminho todos o queriam saudar e ver de perto os "exóticos" índios que ele trouxera, consigo, da América Central;

u) - A 03/051493, a Bula Inter Coetera, do Papa Alexandre VI, estabelecia uma separação entre as zonas de inflência de Portugal e Espanha através dum meridiano que passava a 100 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde;

v) - A 25/09/1493, Colon parte para a sua segunda viagem ao continente americano;

w) - A 07/06/1494, é assinado o Tratado de Tordesilhas que mudou o meridiano de separação entre as zonas de inflência de Portugal e Espanha para 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde, o que permitia incluir, no hemisfério português, parte significativa do território que, em 1500, se passou a designar por Brasil, pois aquele meridiano passa próximo da

actual cidade de Belém do Pará. Pêro da Covilhã chega à Etiópia;
x) - A 25/10/1495 morre, em Alvor, D. João II, Rei de Portugal;
y) - Em 1495 inicia-se o reinado de D. Manuel I, Rei de Portugal, que durou até 1521;
z) - A 30/05/1498, Colon parte para a sua terceira viagem ao continente americano;
α) - Conforme referido em (Abecassis 2010: 152, [2]), em 1500, "perante a continuação duma governação desastrosa, despótica e sanguinária da nova colónia de Hispaniola por parte de Colón, chega a Santo Domingo Francisco de Bobadilla. Este instaura um inquérito à governação e, perante as dramáticas e arrepiantes conclusões, acusa-o de alta traição e envia-o sob prisão e agrilhoado para Castela";
β) - Em 1502, Colon parte para a sua quarta e última viagem ao continente americano;
€) - A 07/11/1504, Colon regressa a Castela, vindo da sua quarta viagem;
£) - Em 26/11/1504, morre a Rainha Isabel, a Católica;
μ) - Em Valhadolid, a 20/05/1506, morre Cristóvão Colon, conforme referido em (Abecassis 2010: 153, [2]).

Nesta cronologia não nos deteremos com aspectos particulares relacionados com as várias viagens de Colon, dado que muitos desses aspectos se encontram detalhadamente relatados na vasta bibliografia relacionada com o navegador, nomeadamente em (Schmidt 2011, [3]), (Arranz Márquez 2009, [5]), (Arranz Márquez 2009, [6]), (Fernandez Alvarez 2006, [7]), (Girard 2011, [8]), (Marino 2007, [9]), (Enseñat de Villalonga 2009, [10]), (Urres 2006, [11]) e (Madariaga s.d., [12])

2.2 – Frases de Colon ou com ele relacionadas

Ainda de (Viegas Guerreiro 1994, [1]) que cita (Teixeira da Mota s.d., [13]), tem-se a seguinte colectânea de frases escritas ou proferidas por Colon:

- "Sob a linha equinocial, perpendicularmente, está a fortaleza da Mina do sereníssimo rei de Portugal, que vimos";
- "África é o dobro da Europa, e embora no meio seja terra de areia, habitam-na em alguns lugares. Habitam-na do lado sul e do lado norte gentes sem número, nem o máximo calor o impede. E sob a linha equinocial, onde os dias são sempre de 12 horas, está a fortaleza do sereníssimo rei de Portugal, onde estive e achei que era um lugar temperado";
- " Neste ano de 88, no mês de Dezembro, atracou em Lisboa Bartolomeu Dias, capitão de três caravelas que o sereníssimo rei de Portugal tinha mandado à Guiné a tentear a terra.... Em tudo isto estive presente".

De acordo com (Mascarenhas Barreto 1997: 202, [14]), Colon ao ser agraciado, pelos Reis Católicos, com o título de Almirante das Índias, terá pronunciado

a seguinte frase:

- "Não sou o primeiro almirante da minha família". Esta frase também está referida em (Azuara 2007: 46, [15]).
- Em (Abecassis 2010: 9, [2]) diz-se que em 21/12/1492, diz Colon: "andei 23 anos no mar sem o deixar por tempo que valha a pena ter contado";
- Em (Abecassis 2010: 10, [2]) diz-se que, em 1501, numa carta de Colon aos Reis Católicos, ele escreveu: "há mais de 40 anos que eu sigo por esta via. Tudo o que até hoje foi navegado eu o percorri".

É também de assinalar uma frase de Fernando, filho bastardo de Colon, dizendo que o pai começou a navegar aos 14 anos de idade, conforme referido em (Abecassis 2010: 10, [2]).

Em (Rosa 2009: 351, [16]) diz-se que, segundo o seu filho Fernando, o navegador era descendente dos Reis de Jerusalém.

Outra frase da autoria de Fernando, filho bastardo de Colon, no seu livro "La Historia del Almirante", que foi escrito entre os anos de 1537 e 1539, foi a seguinte: "alcuni volevano che io mi occupassi in dichiarare e dire come l'Ammiraglio procedette di sangue illustre, ancorché i suoi padri per malvagità della fortuna fossero venuti a grande necessità e bisogno, e che avessi mostrato come procedevano da quel Colone di cui Cornelio Tacito nel principio del duodecimo libro della sua opera dice che condusse prigione in Roma il re Mitridate, per lo che dice che a Colone furono date dal Popolo Romano la dignità consolari, e le aquile, e tribunale, o tenda consolare. E volevano che io facessi gran conto di quei due illustri Coloni suoi parenti....".

Portanto, neste texto, Fernando Colon refere que o seu pai tinha uma ascendência ilustre embora o pai do navegador, por razões decorrentes de pouca sorte na vida, tivesse chegado a uma situação de grande necessidade material.

Fernando Colon escreveu, também: "...Considerado esto, me moví a creer que así como la mayor parte de sus cosas fueron obradas por algún misterio, así aquello que toca a la variedad de tal nombre y apellido no fue sin misterio. Muchos nombres podríamos traer por ejemplo, que no sin causa oculta fueron puestos para indicio del efecto que había de suceder, como aquello que toca al que fue pronosticado, la maravilla y novedad de lo que hizo..."

Como se pode constatar até o próprio filho sabia que a vida de seu pai estava envolta de mistério, começando pelo seu próprio nome.

2.3 – Simbologia de Colon

Em nosso entender a simbologia utilizada por Colon tem duas leituras possíveis: uma leitura que poderemos considerar como "oficial", que pudesse ser entendida por toda a gente; e uma leitura "pessoal" através da qual ele ocultava os seus segredos e que só pudesse ser decifrada por si e por quem conhecesse esses

seus segredos. Vamos começar por apresentar essa simbologia, acompanhada da respectiva leitura "oficial". Adiante, quando apresentarmos a nossa tese, referiremos a que entendemos ser a leitura "pessoal" dessa simbologia.

2.3.1 – Assinatura de Colon

A assinatura de Colon, antes de 1492, segundo (Ribeiro s.d.: 57, [17]), era a seguinte:

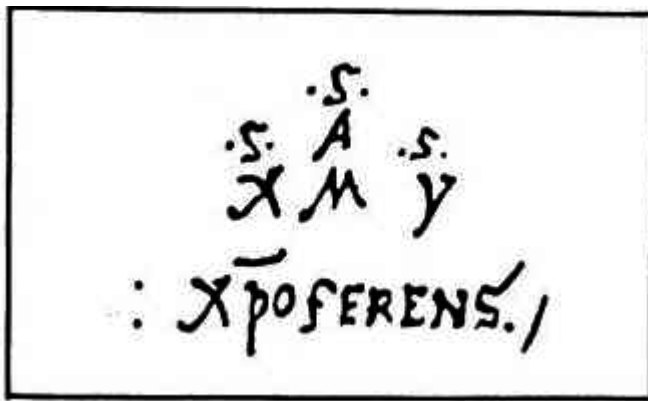



Fig. 1 - Assinatura de Colon

o que é confirmado, nomeadamente, por (Adrião, Vitor Manuel. s.d., [18]), de (Laranjeira 2008, [19]) e (Mascarenhas Barreto 1988, [20]).

Depois de 1492, em alguns documentos, a parte inferior da assinatura, "XpoFERENS.*I*", foi substituida por "El Almirante". Recorde-se que, em 17/04/1492, foram assinadas as "Capitulaciones de Santa Fe", conforme indicado em (Fernandez Alvarez 2006: 167, [7]), através das quais Colon recebeu o título de Almirante das Índias, antes da partida para a sua primeira viagem, conforme consta de (Azuara 2007: 153, [15]).

A leitura "oficial" diverge entre os vários autores mas, por exemplo, segundo (Adrião, Vitor Manuel. s.d., [18]), tem-se, para os três "S" superiores e para o "X", o "M" e o "Y":

Salve	Salve	Salve
X (Cristo)	*M* (Maria)	*Y* (José)

O "A" seria: A = Asgardi, Agharta, Terra Modelo, Omphalo do Mundo.

E, para a parte inferior da assinatura, a interpretação desse autor é:

Xpõ Ferens = "Portador da Pomba de Cristo", Cristóvão Colombo.

Contudo, em (Castello Branco 1994: 175, [21]), o "A" poderia significar a palavra "Amen".

Em (Graça Moura 1991: 181, [22]) vem uma outra possível explicação. Assim, o conjunto "S. A. S." poderia significar "Salvator, Adam, Sanator" e o grupo "X, M, Y", significaria "Xristus, Messias, Yesus".

2.3.2 – Sigla de Colon

A sigla de Colon, conforme indicado em (Fontes, Carlos. s.d., [23]), era a indicada abaixo, do lado esquerdo, sendo que nesse texto se apresenta um "desdobramento", em três partes, dessa sigla.

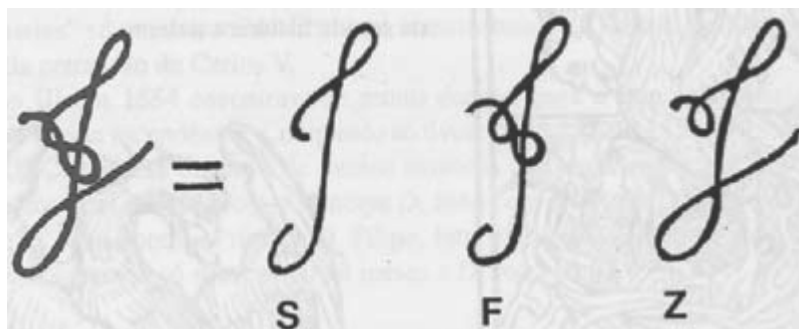



Fig. 2 - Sigla de Colon

Há quem dê uma explicação "oficial" para essa sigla: O "S" seria de "Senhores", o "F" corresponderia a Fernando (o Rei Católico) e o "I" (e não "Z") significaria Isabel (a Rainha Católica).

2.3.3 – Bandeira de Colon

A bandeira de Colon, que ele desfraldava quando chegava a terra firme, era uma cruz verde, talvez semelhante àquela que apresentamos na figura seguinte:

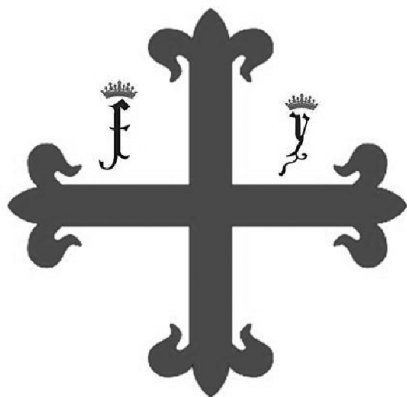



Fig. 3 - A Bandeira de Colon

Se assim fosse seria, sem qualquer dúvida, um símbolo igual ao da Casa de Avis (da segunda dinastia reinante em Portugal), acrescido com letras encimadas por coroas.

De acordo com (Fontes, Carlos. s.d., [23]), no dia do desembarque a 12 de Outubro de 1492, está escrito no Diário de Bordo de Colon: "y el Almirante salió a tierra en la barca armada, y Martín Alonso Pinzón y Vicente Anes su hermano, que era capitán de la Niña. Saco el Almirante la bandera real y los capitanes con dos banderas de la cruz verde, que llevava el Almirante en todos los navios por seña, con una F y una Y; encima de cada letra su corona, una de un cabo de la cruz y outra de outro".

Esta citação também consta de (Arranz Márquez 2000: 113, [5]).

A interpretação "oficial" seria que, do lado esquerdo a letra que, supostamente seria um "F", significaria Fernando (o Rei Católico) e, do lado direito a letra que, supostamente seria um "Y", corresponderia a Ysabel ou Isabel (a Rainha Católica). As coroas, que encimam as referidas letras, significariam as coroas dos Reis Católicos.

2.3.4 – Brasão de Armas de Colon

Seguidamente apresentamos três brasões de armas atribuidos a Colon. É de notar que as ilustrações dos dois primeiros brasões foram-nos amavelmente cedidas pelo Engº Fernando Abecassis, sendo que a segunda ilustração é a Figura 15 do seu livro (Abecassis 2010, [2]).

Fig. 4 – Brasões de Armas de Colon que se encontram em vários locais

Segundo (Preto 2006: 127, [24]), os documentos coevos que tratam das armas de Colon são:

- a "*Minuta de la Real Cédula dada em 20 de mayo de 1493, por la que los Reyes Católicos conceden escudo de armas a Don Cristóbal Colón*", que consta de "*un Libro de translados de las cédulas y probisiones sobre armadas del tiempo de los Reyes Católicos. Año de 1493 a 1495" (*Archivo General de Indias, de Sevilla, Sección Patronato, legajo Nº 9,

ramo 1, fólio 30 v.º);

- "*Provision Real acrecentando á Colon y sus descendientes un Castillo y un Leon mas en sus armas por premio de sus servicios*" *(*Archivo General de Indias, de Sevilla. O original deverá encontrar-se no arquivo dos Duques de Veragua).

A descrição heráldica desses documentos revela que em cima, do lado direito (primeiro quartel), tem-se "un castillo de color dorado em campo verde pardo" (que representavam as armas do Reino de Castela) e, do lado esquerdo (segundo quartel), "un leon de púrpura en campo blanco" (que eram as armas do Reino de Leão). Em baixo, no terceiro quartel, "bajo á la mano derecha unas islas doradas en ondas de mar" e, no quarto quartel, "bajo á la mano izquierda las vuestras armas que solíades tener".

Nota importante: lembramos o leitor menos familiarizado com assuntos heráldicos que os lados dum brasão, como anteriormente referidos, são considerados em relação a quem, supostamente, empunharia um escudo com as referidas armas, pelo que são indicadas do lado contrário àquele que é visto por quem está virado, de frente, para esse suposto escudo.

Portanto, no brasão inicial, no quarto quartel estavam as armas de Colon. Que armas escolheu ele? A "interpretação oficial" não conseguia explicar quais seriam estas armas.

Sobre o brasão de armas de Colon houve vários estudos heráldicos, nomeadamente o de (Preto 2006, [24]).

A interpretação "oficial" seria, então, relativamente aos brasões que Colon utilizou, posteriores ao inicial:

- no primeiro quartel, as armas de Castela;
- no segundo quartel as armas de Leão;
- no terceiro quartel, os territórios (nomeadamente ilhas) descobertos pelo navegador;
- no quarto quartel, cinco âncoras que significariam o facto de Colon ser Almirante;
- entre o terceiro e o quarto quartéis (em mantelete), as armas pessoais de Colon, das quais, "oficialmente", se não conhecia a origem.

É de referir que os Almirantes de Castilla, como é o caso dos Enriquez (à época em que Colon foi investido no cargo de Almirante das ìndias, o titular do cargo de Almirante de Castela, era D. Fradique Enriquez de Velasco), usaram as âncoras mas em número diferente de cinco, como se pode ver da Wikipédia entrando, em "google.pt", com "blason de armas de los Almirantes de Castilla":

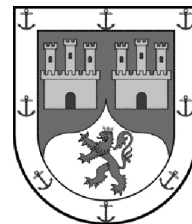



Fig. 5 – Brasão de Armas de Enríquez

2.3.5 – Iluminura da Capa do "Livro de Privilegios" de Colon

Na figura 7.3 do livro (Rosa 2009, [16]) vem uma reprodução duma edição do "*Livro de Privilegios de Colon*", também designado em (Preto 2006: 127, [24]) por "*Livro de Privilegios ou Cartas Privilegios Cedulas y Otras Escrituras de Dõ Xpõval Colón Almirante Mayor del Mar Oçeano Visorey y Governador de las Yslas y Tierra Firme",* que Colon mandou compilar em 1502 e do qual existem cópias nos arquivos de Génova e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França conhecidos, respectivamente, como *Cartulários* de Génova e de Paris.

Nesse "*Livro de Privilegios*", o qual, como atrás se disse, foi mandado compilar pelo navegador, pode ver-se, ao pé do "F" de "Firme", uma cabeça de um indivíduo com um capuz, como se fosse um frade franciscano. Também se constata que a palavra "Islas" começa por um "I" muito estilizado.

Cartas Previlegios
Cedulas y
otras Escrituras de
Dõ Xpõual Colon
Almirãte Mayor
del Mar Oceano Vi
sorey y Governador de
las Islas y Tierra Firme

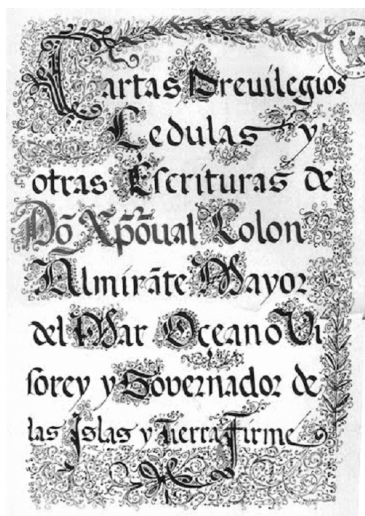



Fig. 6 – Iluminura do Livro dos Privilegios de Colon

Uma possível interpretação "oficial" seria que o "I", da palavra "Islas", seria uma referência a Isabel, a Católica e o "F", de "Firme", significaria Fernando (o Rei Católico). O desenho do frade franciscano poderia ser uma homenagem de Colon aos monges franciscanos do Convento de La Rábida, em Palos (Huelva), que o acolheram conjuntamente com o seu filho Diogo/Diego.

2.3.6 – Manto de Colon

Num quadro em que se figura Colon na presença dos Reis Católicos, vê-se que, no seu manto existem, estampadas, diversas romãs abertas, embora apresentadas de forma estilizada.

De acordo com o indicado num texto assinado pelo Engº Carlos Calado, no site da Internet "amigosdacuba.no.sapo.pt/.../terradecolon.htm", o mesmo acontece com o manto de Colon representado no retábulo da Virgem dos Navegantes, uma pintura de Alejo Fernandez (um pintor do século XV) existente no Museu do Alcazar de Sevilha.

No mesmo texto refere-se que existe, na vila alentejana de Cuba, na Ermida de S. Brás (que foi construída antes de 1585), um portal contendo conjuntos de romãs, dispostas no interior de dois quartos de círculos. Este portal seria o único vestígio que resta, na Cuba, do antigo Paço do Infante D. Luís (o qual foi Duque de Beja).

Fig. 7 – Quadro representando Colon na presença dos Reis Católicos

Fig. 8 – Retábulo da Virgem dos Navegantes, onde Colon está representado, à esquerda, no painel central

Fig. 9 – À esquerda, o retrato de Colon no Retábulo da Virgem dos Navegantes; ao centro um pormenor do manto de Colon onde estão representadoas várias romãs abertas; à direita, pormenor dum portal da Ermida de S. Brás, na Cuba

No túmulo de Colon, na Catedral de Sevilha, podem ver-se, nos cantos, qua-

tro arautos que transportam a urna tumular. Um desses arautos tem a sua lança virada para baixo e cravada numa romã.

Fig. 10 – À esquerda, o túmulo de Colon na Catedral de Sevilha; ao centro e à direita pormenores da lança dum dos arautos que transporta a urna tumular, cravada numa romã

O imperador Maxilimilano I também é retratado com uma romã na mão, sendo que a simbologia maçónica também representa romãs dispostas em triângulo.

O Engº Carlos Calado questiona se as colunas maçónicas representariam as "Colonnas", ou seja o nome da família italiana donde derivaria o apelido ficticio de Colon. Pensamos que não pois, de acordo com a Wikipédia, para a Maçonaria as colunas são os símbolos dos limites do mundo criado, da vida e da morte, do elemento masculino e do elemento feminino, do activo e do passivo. Estas são também representações físicas das duas colunas da entrada do Templo de Salomão.

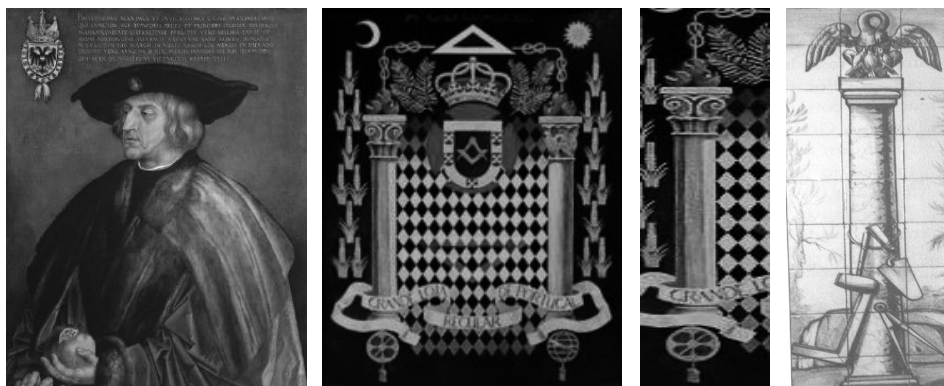



Fig. 11 – Da esquerda para a direita: o Imperador Maximilano I, segurando uma romã; o símbolo da Maçonaria, com duas colunas encimadas por três romãs abertas, dispostas em triângulo; nas duas imagens da direita, pormenores das colunas da simbologia maçónica

De acordo com o indicado no Portal Maçónico, que está acessível na Internet através do site "www.maconaria.net/portal/index.php?", "os grãos da romã simbolizam a união dos maçons em seus vários aspectos: o fisiológico, porque cada grão possui <carne>, <sangue> (o suco) e <ossos> (as sementes). Os grãos crescem unidos de tal forma que perdem o formato natural, que seria redondo; espremidos uns aos outros, são semelhantes a polígonos geométricos, com várias facetas; são lustrosos e belos, lembrando os favos de uma colméia de abelhas; as abelhas trabalham sem descanso e assim lutam os maçons".

No site "https://sites.google.com/site/portaldemaconaria/.../--o-simbolismo-da-roma" relacionado com a Maçonaria, refere-se que "o símbolo menos analisado na filosofia maçônica é, sem duvida, a romã.

Colocada sobre o capitel de cada coluna, sempre acima do olhar físico de cada OObr.'., ela passa despercebida e, por isso, mais ignorada, porque da muito trabalho olhar para cima e sondar os mais elevados ideais que a Maçonaria busca.

Nos trabalhos escritos da maioria dos autores maçônicos, vê-se muito sobre significados e interpretações dos símbolos que envolvem as colunas B e J. Não se tem dado muita atenção às romãs que, embora sustentadas pelas colunas, representam o que há de mais essencial em nossa instituição.

Senão, vejamos: tomemos uma romã em nossas mãos, é uma fruta bastante diferente das demais e não foi por acaso que entrou como peça decorativa dos Templos Maçônicos.

A sua casca, dura e resistente, representa a Loja em si, o templo material que obriga os OObr.'. reunidos. As sementes representam os OObr.'.. Ora, como se sabe, uma semente não é exatamente igual à outra, em tamanho e formato, mas o paladar de todas é invariavelmente idêntico.

Daí já extrai uma lição valiosa: não importa, para quem saboreia a fruta, quais as sementes são pequenas e quais as grandes; importa isso sim, o paladar.

O que, na romã, mantém as sementes unidas? O bom observador da natureza maravilhosa, nota muito bem que é a pele interna, que tem a finalidade de manter unidas as sementes da romã. Essa pele, feita da mesma substancia carnuda e consistente da casca e do miolo, representa o selo, ou melhor, o sigilo maçônico".

Depois de todas estas referências sobre a importância da romã na simbologia maçónica, pensamos que esta simbologia nada tem a ver com a intenção de Colon, ao usar um manto com romãs.

Sabe-se que a palabra "romã", em castelhano, é "granada". Assim sendo, a interpretação "oficial" para as romãs no manto de Colon, seria uma referência à conquista de Granada, em 1492, pelos Reis Católicos, que Colon deverá ter presenciado. De facto, em (Abecassis 2010: 55, [2]), diz-se que "no fim do Verão ou no Outono de 1491 Cristovam Colón apresentou-se em Santa Fé, na veiga de Granada, em pleno cerco da cidade, perante os soberanos, que pareciam dispostos a suportar a sua proposta viagem de exploração a poente".

Acresce que a conquista de Granada tinha sido o momento de viragem na

aprovação, pelos soberanos, da proposta de Colón para a sua primeira viagem. Efectivamente, em (Abecassis 2010: 56, [2]), refere-se que "Cristovam Colón ia já no caminho de retorno a casa, numa tal ponte dos pinheiros, a cerca de 12 km de Granada, quando um mensageiro o alcançou: a rainha pedia-lhe que voltasse. Era Janeiro de 1492. Granada, a última cidade moura da península, tinha caído no dia 4".

Nas Caraíbas existe, não só um país denominado Granada (que é uma ilha) mas, também, as ilhas Granadinas, locais que foram descobertos por Colon. Actualmente o país que se designa por S. Vicente e Granadinas deve o nome daquele santo (um mártir espanhol do século quarto) por ter sido no seu dia que Colon aportou àquele território. Por seu lado, a anteriormente citada ilha de Granada, foi descoberta por Cristóvão Colon a 15 de Agosto de 1498.

Fig. 12 – Mapa com alguns dos locais descobertos por Colon

2.3.7 – Designações dadas por Colon aos locais onde aportou

De acordo com (Abecassis 2010: 65, [2]), a primeira ilha a que Colon chegou foi por si baptizada de "São Salvador", o que é confirmado na nota de rodapé n.º 43 de (Arranz Márquez 2009: 113, [5]).

A actual ilha de Cuba foi, por Colon, assim baptizada, como consta de (Abecassis 2010: 74, [2]).

Outro local foi por si designado por "Vale del Paraizo", conforme consta de (Ribeiro s.d.: 18, [17]).

Também baptizou locais com os nomes de "Puerto de Santa Maria de Belen" e "Rio de Belen".

Embora tais designações fossem relacionadas com locais existentes em Portugal, a leitura "oficial" era de que os nomes em causa eram, apenas, de significado religioso.

3 - NOSSA TESE

3.1 - Filiação de Colon

Pensamos que a filiação correcta de Colon era a seguinte:

- a sua mãe terá sido a Infanta de Portugal, D. Leonor, irmã de D. Afonso V, Rei de Portugal;
- o seu pai terá sido D. João Meneses da Silva (conhecido na vida religiosa por Frei Amador e, depois de beatificado, por Beato Amadeu), o qual era filho de D. Isabel de Meneses e de D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela;
- pensamos que Colon terá nascido por 1450, como anteriormente sugerimos e, adiante, confirmaremos.
- como, à época, o nome próprio "João" tinha várias variantes, como Joanes, Yoanes ou Enes, e o correspondente patronímico era "Anes", pensamos que o verdadeiro nome de Colon seria:

SALVADOR ANES DA SILVA

É de notar que o nome "Salvador" era normal na época pois, nomeadamente, um neto de D. Afonso V, fruto duma relação do seu filho bastardo Álvaro Soares da Cunha com Catarina Luís, chamou-se Salvador Soares da Cunha (13.º avô dos signatários), e muitos outros exemplos poderíamos citar.

Pensamos que também será possível que o verdadeiro nome do navegador seja, em alternativa ao anterior:

SANCHO ANES DA SILVA

A razão para esta segunda opção decorre do facto da Infanta D. Leonor ter um tio materno, Sancho de Aragón, o qual foi Grão-Mestre da Ordem de Alcântara. Curiosamente, o símbolo desta Ordem é, tal como o da Ordem de Avis, uma cruz de côr verde, o que poderia reforçar o facto de Colon usar uma bandeira com uma cruz verde. Acresce que um bisavô materno da Infanta D. Leonor foi Sancho de Castela, Conde de Albuquerque, o que poderá reforçar a propensão de D. Leonor pretender homenagear estes seus dois antepassados, dando o nome próprio deles ao seu primeiro filho.

Assim, Colon seria filho duma irmã dum 15º avô dos signatários, o Rei D. Afonso V, conforme indicado em (Mattos e Silva 2010: 103 ss, [25]). O pai de Colon era meio irmão de Brites da Silva, a qual foi 16.ª avó dos signatários, conforme referido em (Mattos e Silva 2011, [26]).

Também é de referir que a Infanta D. Leonor, que viria a casar com o Impe-

rador Frederico III, pelo que foi Imperatriz do Sacro Império Romano-Germânico, era filha do Rei D. Duarte e de D. Leonor de Aragão.

É de notar que o nome próprio da citada D. Leonor de Aragão era "Eleonora", conforme consta do Indice delle Famiglie Nobile del Mediterraneo, [27]. De facto, nessa obra, no título de "Trastamara Aragonese – Casa Soberana de Aragão, Nápoles, Sardenha e Sicilia", pode retirar-se, da ultima linha de texto, a seguinte informação:

"A7. Infanta Eleonora (* 1405 + Toledo 8-2-1445) = Coimbra 4-11-1428 Edoardo I Re del Portogallo (* Viseu 31-10-1391 + Thomar 17-9-1438)".

O professor José Leite de Vasconcelos considerou que o nome provençal Alienor está na origem de vários nomes relacionados com Leonor

Segundo (Machado s.d., [28], há um documento do século XI que regista a forma Alionor. Posteriormente, surgem registos de Lianor. As formas Eleonora e Leonora, também registadas em documentos portugueses, revelam influência italiana. A forma Leonor, dominante nos nossos dias, tem influência castelhana (ibidem). O mesmo autor menciona a forma Eleonor, como variante de Eleonora, no Oxford Dictionary of English Christian Names, o que pode confirmar a adopção desse nome, em Portugal, na família real da segunda dinastia, dada a Casa de Avis ter sido iniciada por D. Filipa de Lencastre, que era de origem inglesa.

Assim, admitimos que a Infanta D. Leonor, neta de D. Filipa de Lencastre, fosse denominada Eleonor, pois o nome Eleonora foi-se sucessivamente modificando, em Portugal, para Eleonor (ou Leonora) e, finalmente, Leonor.

O seu nome completo (embora a família real, como regra, não fizesse uso de apelido) poderia ser D. Leonor de Lencastre, dado este ser o apelido usado pela Casa de Avis (recorde-se que o filho bastardo de D. João II, havido em D. Ana de Mendonça, foi denominado D. Jorge de Lencastre).

A Árvore Genealógica anterior apresenta alguns dos principais elementos da suposta família materna de Colon, atrás referidos. Nesta árvore indicamos, entre parêntesis, a data do nascimento de alguns dos indivíduos da família nela referenciados. Também referimos, com o símbolo < >, os casamentos entre os elementos referenciados na árvore genealógica e, com o símbolo > <, as ligações

não matrimoniais.

Não deixa de ser curioso que o filho primogénito de D. Leonor e de Frederico III, se chamasse Cristoph. Seria que D. Leonor queria replicar, no seu filho legítimo, o sinónimo do nome próprio do seu filho ilegítimo? Mas o mais curioso é que, na família de Frederico III, não aparecem indivíduos de nome Cristoph. Pensamos que D. Leonor, para não levantar suspeitas ao utilizar um nome invulgar na família do marido, terá sugerido à sua cunhada Catarina da Áustria, irmã de Frederico III e casada com Karl, Conde de Baden, que esta desse ao seu primeiro filho (nascido em 1453), o nome de Cristoph (nome próprio que também não existia na família dos Condes de Baden). Assim, já foi possível a D. Leonor quando, em 1455, nasceu o seu filho legítimo primogénito, dar a este o nome de Cristoph. Este viria a morrer com apenas quatro meses de idade, como que a demonstrar que D. Leonor não conseguia manter, consigo, nenhum filho que se designasse por Salvador/Cristoph (Cristóvão). É de notar que SANCHO, em latim, se traduz por "Sanctius" que deriva de "Sanctus", ou seja, de "Santo". Separando a palavra SANCHO em duas metades, temos SAN e CHO. A primeira metade, SAN corresponde, em castelhano, a "São"; a segunda metade, CHO, tem três letras da palavra "CHristOphanu" que, em latim, significa "Cristóvão". Portanto, é fácil associar SANCHO a São Cristóvão.

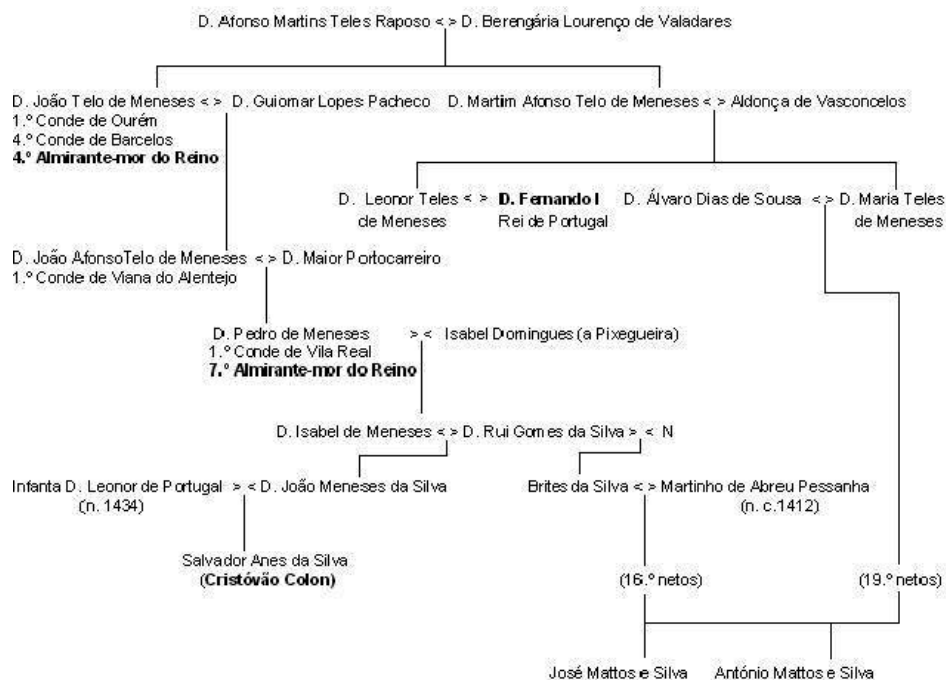
Também não deixa de ser curioso que o terceiro filho varão de D. Leonor se tenha denominado Johann, certamente em homenagem a D. João Meneses da Silva, nome próprio que também não existia na família de Frederico III.

No total, D. Leonor teve três filhos rapazes e duas raparigas, só tendo sobrevivido (e com geração) Maximiliano I e a sua irmã Kunigunde.

No que se refere a D. João Meneses da Silva, ele era irmão de Santa Beatriz da Silva, tendo ambos sido netos maternos dum Governador de Ceuta: D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, conforme indicado em (Silva Campos 2008: 196, [29]). Este D. Pedro, de acordo com (Silva Campos 2004: 196, [30]), foi casado, primeiramente, com Margarida de Miranda (tendo sido pais, nomeadamente, de D. Leonor de Meneses que casou com o 3.º Duque de Bragança, D. Fernando) e, depois, foi casado com Beatriz Coutinho (tendo sido pais, nomeadamente, de D. Isabel de Meneses que casou com João Freire de Andrade, Senhor de Alcoutim).

O citado D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, casou ainda, conforme referido em (Mattos e Silva 2011, [26]), com D. Genebra Pessanha (da qual não teve geração), filha de Micer Carlos Pessanha, *6.º Almirante-mor de Portugal*, e sua herdeira no cargo. Assim, quando a citada Genebra casou com D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, este assumiu o cargo, em representação de sua mulher, pelo que D. Pedro de Meneses foi o *7.º Almirante-mor de Portugal*. Este teve ainda vários filhos bastardos, alguns de mulheres desconhecidas e outros (como a atrás referida D. Isabel de Meneses que viria a casar com D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela) duma Isabel Domingues, alcunhada de a "Pixigueira".

De acordo com (Silva Campos 2004: 194, [29]), D. Pedro de Meneses, 1.º

Conde de Vila Real, era filho de D. Maior de Portocarreiro e de D. João Afonso Telo de Meneses, 1.º Conde de Viana do Alentejo, o qual era filho de D. João Afonso Telo de Meneses, 1.º Conde de Ourém e 4.º Conde de Barcelos, o qual, conforme indicado em (Mattos e Silva 2011, [26]), foi o *4.º Almirante-mor de Portugal*.

A Árvore Genealógica anterior apresenta os principais elementos da suposta família paterna de Colon, atrás referidos. Nesta árvore indicamos a data provável do nascimento de alguns dos indivíduos da família nela referenciados, colocando a designação "c." (que significa "cerca de") antes do ano indicado, para explicitar que se trata duma data aproximada. Também referimos, com o símbolo < >, os casamentos entre os elementos referenciados na árvore genealógica e, com o símbolo > <, as ligações não matrimoniais.

É de notar que Maximiliano I deu, a um seu filho bastardo, o nome de Christoph Ferdinand.

Estes factos são, contudo, uma boa comprovação da nossa tese.

Curiosamente, também Maximiliano era um nome próprio que não existia na família de Frederico III. Será que, com "MAXIMILIAN", D. Leonor pretendia simbolizar:

o Meu Amor X (o "X" significaria "cruzado") com o de Ioanes Meneses

Impediu-me de Levar para o Império Alemão o Neófito?

E será que o nome próprio de Colon, "SALVADOR" pretenderia significar:

Silva Amou Leonor Vindo a do Amor Desistir por Obediência ao Rei?

É bem possível mas, obviamente, não passa duma mera especulação nossa.

É de assinalar que, em (Treen 1989: 1, [31]), se diz que Colon era "blue-eyed, red-headed .... He was tall, light and handsome", ou seja, *alto, louro, com a pele clara, de olhos azuis*, o que corresponde à descrição sobre alguns membros da Casa de Avis, devido à origem inglesa da Rainha D. Filipa de Lencastre. Aliás, adiante, se citará um texto referente ao príncipe D. Afonso, filho de D. João II, e primo segundo de Colon, no qual se diz que o príncipe era "alto, louro, com a pele branca".

A ilustração seguinte, amavelmente cedida pelo Engº Fernando Abecassis, confirma as características físicas de Colon, atrás referidas.

Fig. 13 – Pintura representando Cristóvão Colon com pele clara e cabelos louros

Juntámos, também, lado a lado, um retrato da Infanta D. Leonor e um retrato de Colon que é, em geral, considerado como a mais fidedigna representação, em termos da sua fisionomia.

Pode constatar-se que o formato dos olhos, a curva do nariz e a forma arredondada da boca, denotam uma parecença evidente.

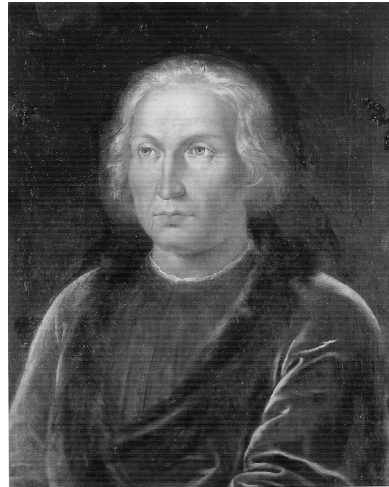
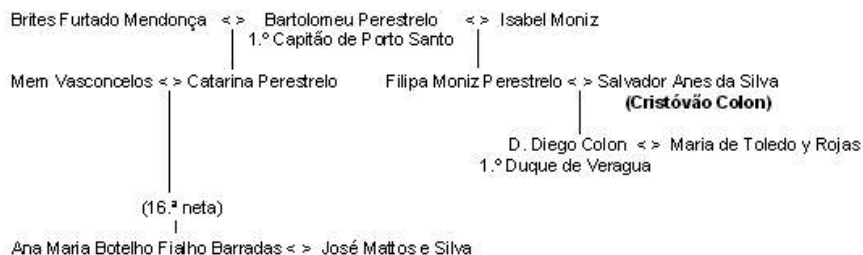



Fig. 14 – A Infanta D. Leonor, Cristóvão Colon e Maximiliano I

Há, também, um retrato de Maximiliano I, na pág. 392 do livro "Concise History of the World, Illustrated", que é muito parecido com aquele que é considerado o quadro mais fidedigno de Colon, pois ambos têm o nariz parecido com o representado nos quadros da mãe comum: a Infanta D. Leonor.

A ultima árvore genealógica faz a integração de Colon na família da sua mulher, Filipa Moniz Perestrelo.

A nossa tese consegue explicar como foi possível a Colon (que muitas teorias anteriores à nossa consideravam como sendo um plebeu) conseguir casar com Filipa Moniz Perestrelo. Embora as famílias Moniz e Perestrelo não pertencessem à primeira nobreza do reino, o que é facto é que o pai da citada Filipa, Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, era irmão de Isabel Perestrelo e de Branca Dias Perestrelo, as quais foram amantes de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, tendo tido filhos dele. Os referidos Bartolomeu, Isabel e Branca Dias eram filhos de Filippo Pallastrelli (também conhecido por

“Filipão”, ou por “o Hespanhol”).

Segundo (Perestrelo de Vasconcelos s.d., [32]), Filippo Pallastrelli teria casado primeiro com Catarina Visconti (será aquela que, em Portugal, ficou conhecida por Catarina Vicente?), tendo tido desse casamento o filho primogénito Richarte, ou Ricardo (que foi pai, nomeadamente, de João Lopes Perestrelo, Senhor da Quinta do Hespanhol, na região de Torres Vedras, o qual, por sua vez, foi pai do renomado navegador Rafael Perestrelo) e a sua filha Isabel. Teria casado, mais tarde, com Catarina Mello, da qual terá tido os filhos Branca Dias e Bartolomeu e, eventualmente, outros filhos que aparecem referenciados em (Abranches de Soveral 1998: 22 ss, [33]), como sejam Rafael e Catarina (esta supostamente casada com Aires Anes de Beja, com geração).

De acordo com uns apontamentos sobre a família Perestrelo, que nos foram amavelmente cedidos pelo Dr. Óscar Caeiro Pinto, Filippo Pallastrelli vivia no Porto, em 08/09/1399 quando, como cavaleiro italiano e mercador, teve carta de privilégio (Chancelaria de D. João I). Para tanto justificou a sua nobreza nesse ano de 1399, data em que lhe terá sido reconhecido o seu brasão de armas: «escudo partido em pala: na primeira, em campo de oiro, um leão de púrpura armado de vermelho; na segunda, em campo de prata, uma banda de azul, carregada de três estrelas de oito pontas entre seis rosas de vermelho de três em três em pala; timbre o leão do escudo, com uma estrela na espádua». Em 1437 vivia com sua mulher (qual delas, a Catarina Visconti/Vicente ou a Catarina Mello?) quando o casal recebe do rei mercê de duas casas na rua de Sub-Ripas, em Coimbra.

O atrás citado Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, que terá nascido cerca de 1400, foi casado três vezes:

- a primeira, com Margarida Martins, não tendo tido geração;
- a segunda, com Brites (ou Catarina) Furtado de Mendonça, com geração;
- a terceira com Isabel Moniz, com geração.

A sua segunda mulher, Brites (ou Catarina) Furtado de Mendonça era filha de mãe desconhecida e de Afonso Furtado de Mendonça (que viria a ser Anadel-mor dos Besteiros de D. Afonso V, pelo menos em 1471), o qual terá nascido cerca de 1412 e falecido pouco antes de 1475, conforme indicado em (Abranches de Soveral, Lamas de Mendonça 2004: 78, [34]). De acordo com estes autores, este Afonso Furtado de Mendonça viria a casar com Constança Nogueira, filha mais nova de Afonso Anes Nogueira, Alcaide-mor de Lisboa, e de sua mulher Joana Vaz de Almada.

Este Afonso Furtado de Mendonça não deverá ser confundido com o seu homónimo, nascido cerca de 1339 e que foi Capitão-mor de D. João I, tendo tido uma notável participação no combate às galés castelhanas durante o cerco de Lisboa de 1384, conforme referido em (Gomes Martins s.d.: 82, [35]).

Esta tese de filação de Brites (ou Catarina) Furtado de Mendonça parece-nos correcta, face à suposta data do seu nascimento que se pensa terá ocorrido cerca de 1430, “sendo seu pai ainda jovem e solteiro”, conforme referido em (Abranches de Soveral, Lamas de Mendonça 2004: 84, [34]), em que se refere que terá

casado com Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, cerca de 1446. É uma teoria diferente da de (Abecassis 2010, [2]), que a dá como filha de Duarte Furtado de Mendonça, o qual era filho dos atrás referidos Afonso Furtado de Mendonça e Constança Nogueira, o que não é matematicamente possível. Assim, pensamos que a citada Brites (ou Catarina) Furtado de Mendonça era meia-irmã de Duarte Furtado de Mendonça e não sua filha.

Segundo (Abranches de Soveral, Lamas de Mendonça 2004: 84, [34]), Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, e Brites (ou Catarina) Furtado de Mendonça tiveram os seguintes filhos:

- Catarina Furtado de Mendonça (ou Catarina Furtado de Mendonça Perestrelo), nascida cerca de 1447, a qual casou, por 1464, com Mem Rodrigues de Vasconcelos;
- Filipa de Mendonça (ou Filipa de Mendonça Perestrelo), nascida cerca de 1448, que viria a casar com João Teixeira, filho terceiro de Tristão Vaz, primeiro Capitão-Donatário da jurisdição de Machico;
- Iseu Perestrelo de Mendonça (ou Iseu Perestrelo), nascida cerca de 1449, que casou por 1465 com Pedro Correia da Cunha, o qual foi o 2.º Capitão-Donatário da Ilha de Porto Santo e, mais tarde, ocupou idêntico cargo na Ilha da Graciosa, nos Açores.

É de notar que o marido da atrás citada Catarina Furtado de Mendonça Perestrelo, Mem Rodrigues de Vasconcelos, era irmão de Martim Mendes de Vasconcelos (de quem adiante falaremos) que foi marido de Helena Gonçalves da Câmara (filha do navegador João Gonçalves Zarco), com a qual terá casado por 1440, conforme referido em (Clode 1952: 325, [36]). Haverá uma diferença tão grande de datas entre os casamentos dos dois irmãos Vasconcelos? Ou seja, enquanto o Martim terá casado por 1440 o seu irmão Mem só viria a casar cerca de 1464, ou seja vinte e quatro anos depois? A menos que o casamento do Martim tenha sido uns anos depois de 1440, aproximando-se da data de casamento do irmão, o que faz mais sentido. Ou será que não foram juntos (ou seja, na mesma época) para o arquipélago da Madeira?

Finalmente, o terceiro casamento de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, foi com Isabel Moniz, da família dos Alcaides de Silves, tendo sido pais de:

- Bartolomeu Perestrelo, 3.º Capitão-Donatário de Porto Santo;
- Filipa Moniz Perestrelo, que viria a casar com Cristóvão Colon.

De acordo com a Wikipédia, a capitania de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, cuja colonização efectiva terá começado em 1428, foi desde o início pouco próspera, e a fome e pirataria assolaram-na constantemente.

Uma memória antiga atribuiu-lhe parte da responsabilidade pela actual escassa vegetação do Porto Santo, narrando que, na ocasião do seu primeiro desembarque na ilha, levava entre os seus pertences uma coelha prenhe que, tendo escapado, "povoou-a" com os seus descendentes. Estes por sua vez, reproduzin-

do-se sem predadores naturais, foram os responsáveis pela destruição da vegetação que lá subsistia.

Bartolomeu Perestrelo cedo se revelou desgostoso com o cargo que lhe coubera, e logo nos primeiros anos de administração desistiu da sua capitania e regressou ao Reino, tendo sido obrigado, pelo Infante D. Henrique, a regressar a Porto Santo.

Depois da morte de Bartolomeu Perestrelo, antes de 1458, a Capitania passou para as mãos da sua viúva, Isabel Moniz (futura sogra de Colon), administradora durante a menoridade do seu filho Bartolomeu (futuro cunhado de Colon). Ainda em 1458, Isabel Moniz acertou a venda da capitania por 300 000 reais, com mais 30 000 de juro anual, a Pedro Correia da Cunha, que mais tarde casaria com uma enteada da referida Isabel Moniz, Iseu Perestrelo. Pedro Correia da Cunha foi, assim, o 2.º Capitão-Donatário da ilha de Porto Santo, mudando-se depois para os Açores, onde se fixaria na ilha Graciosa.

Apenas em 1473, sendo Bartolomeu Perestrelo, o Moço, já maior, este move uma acção junto de D. Afonso V conseguindo recuperar a Capitania, tornando-se assim o 3.º Capitão-Donatário, e voltando a Capitania da Ilha de Porto Santo à linhagem dos Perestrelos na qual ficaria, no entanto, por poucas gerações, e com uma administração tão gravosa e arrogante, de mistura com vários crimes de sangue, que cedo lhes granjeou o ódio da população da ilha.

Segundo (Perestrelo de Vasconcelos s.d., [32]), o citado D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, foi pai, nomeadamente, dos seguintes filhos, alguns dos quais foram legitimados por carta régia de 13/08/1444, de acordo com o indicado em (Abranches de Soveral 1998: 22 ss, [33]) e (Caetano de Sousa s.d.: 171 ss, [37]):

- D. João de Noronha, filho de D. Isabel (que é Isabel Perestrelo) que casou, em primeiras núpcias, com D. Filipa de Castro (ou de Ataíde), filha de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e de sua mulher D. Guiomar de Castro;
- D. Pedro de Noronha, filho de Branca Dias (que é Branca Dias Perestrelo) e legitimado por carta régia de 13/08/1444, casado com D. Catarina de Távora, a qual era sobrinha de D. Violante Lopes de Távora que foi mulher de Martim Afonso de Sousa;
- D. Isabel de Noronha, filha Branca Dias (que é Branca Dias Perestrelo) e legitimada por carta régia de 13/08/1444, Marquesa de Montemor-o-Novo, pelo seu casamento com o Marquês D. João de Bragança, filho dos 2.ºs Duques de Bragança, D. Fernando e D. Joana de Castro, sendo que esta era sobrinha de D. Guiomar de Castro que era casada com Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia;
- D. Inês de Noronha (filha de Branca Dias Perestrelo?), 2.ª Condessa de Abrantes pelo seu casamento com o 2.º Conde D. João de Almeida, irmão de D. Francisco de Almeida, 1.º Vice-Rei da Índia, sendo ambos filhos de D. Lopo de Abrantes, 1.º Conde de Abrantes, e de D. Brites da Silva, a qual

era filha de Pedro Gonçalves Malafaia e de Inês Gomes da Silva;

- D. Catarina de Noronha (filha de Branca Dias Perestrelo?), 1.ª Condessa de Penamacor, casada com D. Lopo de Albuquerque, 1.º Conde de Penamacor, o qual era sobrinho-neto de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e de sua mulher D. Guiomar de Castro. Os citados D. Catarina de Noronha e D. Lopo de Albuquerque foram pais de D. Isabel de Noronha, a qual casou com Nuno Vaz de Castelo Branco, o qual era neto paterno de Nuno Vaz de Castelo Branco, 10.º Almirante-mor de Portugal;
- D. Fernando de Noronha (filho de Branca Dias Perestrelo?), casado com D. Constança de Castro (ou de Albuquerque), tendo sido pais de D. Isabel de Castro que casou com o navegador Pedro Álvares Cabral. A referida D. Constança era irmã de Afonso de Albuquerque, Governador da Índia, sendo ambos filhos de Gonçalo de Albuquerque, 3.º Senhor de Vila Verde dos Francos e de sua mulher D. Leonor de Menezes, a qual era filha de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e de sua mulher D. Guiomar de Castro, pelo que a referida D. Leonor era irmã de D. Filipa de Castro (ou de Ataíde), mulher do atrás indicado D. João de Noronha;
- D. Leão de Noronha (filho de Branca Dias Perestrelo?).

Esta descrição familiar é parcialmente comprovada em (Alessandrini 2011, [38]). Há quem coloque a hipótese das senhoras Perestrelo, mães dos filhos de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, não serem irmãs de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, mas sim suas filhas. É, para nós, uma tese absurda pois uma suposta filha do referido Bartolomeu não poderia ter nascido antes de cerca de 1430; se, em 1444, alguns dos seis filhos do citado D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, já estavam legitimados e se, nessa data, uma suposta filha de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, só teria cerca de 14 anos não podia, com essa idade, já ser mãe de alguns filhos. Assim se confirma que as mães de, pelo menos, alguns dos filhos de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, eram irmãs do Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, e não filhas deste.

É muito curioso verificar a ligação havida entre alguns filhos de D. Pedro de Noronha e a família dos 1.ºs Condes de Atouguia, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Guiomar de Castro. Quando explanarmos a nossa tese vamos realçar este aspecto.

Em (Baquero Moreno 1980, [39]) apresenta-se uma extensa biografia de D. Pedro de Noronha. Pode aceder-se a esta obra, através da Internet, por exemplo pesquisando em "www.google.pt", inserindo, por exemplo, "Embaixador Fernão Meneses da Silva". Na lista dos sites que aparecem, pode visualizar-se a obra (Baquero Moreno 1980, [39]). Nesta refere-se que D. Pedro de Noronha foi "Arcebispo de Lisboa, era filho de D. Afonso, conde de Noroña e de Gijon e de D. Isabel, filha bastarda de D. Fernando de Portugal. Seu avô paterno foi o Rei de Castela, Henrique II, de quem seu pai era filho bastardo.

Foi nomeado administrador da Diocese de Évora em 11/01/1419, e elevado

à categoria de Bispo daquela cidade em 20/03/1420, cargo em que sucedeu a D. Diogo Álvares de Brito. Numa súplica enviada, conjuntamente, por D. João I e pelo Bispo, em 05/03/1421, ao Papa Martinho V, solicita-se perdão pelo facto do prelado não ter recebido a sagração episcopal no devido prazo, nem ter pago as anatas à Câmara apostólica, em virtude do falecimento de seu irmão, D. João de Noronha, no cerco da cidade de Ceuta, o que lhe causou um grande desgosto e uma grave e longa enfermidade. Atendeu o Papa aos motivos alegados concedendo a absolvição. O pontífice acabou por transferi-lo para a Diocese de Lisboa, em 10/03/1423.

El-Rei D. João I encarregou-o da missão de acompanhar a princesa D. Leonor, que havia desposado o príncipe herdeiro D. Duarte. Uma carta enviada por Afonso V de Aragão, em 5/12/1427, ao monarca português, comunica que, apesar de já se encontrar no seu reino o Arcebispo de Lisboa, aquela princesa apenas poderá partir em Janeiro do ano seguinte «Por algunas ocupaciones grandes que a nos han occorrido». Efectivamente, no contrato de casamento de D. Duarte com D. Leonor, celebrado, a 26/02/1428, na aldeia de Olhos Negros, próximo da cidade aragonesa de Daroca, o prelado português representou o rei D. João I e o príncipe herdeiro. Acompanhada por D. Pedro de Noronha e por alguns magnates aragoneses, a princesa D. Leonor foi recebida, em Valladolid, por João II de Castela, em 29/04/1428, tendo partido de Medina del Campo, para se juntar ao marido, em 21 de Junho desse ano. Ao entrarem em Portugal deu-se um conflito entre homens do Arcebispo de Lisboa e os do Arcebispo de Santiago, de que resultaram alguns mortos e feridos, o que levou D. Duarte a repreender, severamente, o prelado português.

Regressado a Portugal, depois de terminada a sua missão de acompanhar a princesa D. Leonor, testemunhou em Coimbra, em 04/11/1428, a reforma de alguns capítulos do contrato de casamento realizado em 16 de Fevereiro do mesmo ano.

Não nos consta que, durante o reinado de D. Duarte, tenha tomado parte nalguma missão importante, sendo apenas de assinalar o alvará que o rei lhe concedeu, em 05/01/1434, para que pudesse ter porteiro sacador de todas as suas rendas.

Assistiu ao falecimento de D. Duarte, ocorrido em Tomar no dia 09/09/1438, tendo testemunhado a abertura do seu testamento, feita no dia seguinte, no qual se estipulava que D. Leonor seria «in solido» tutora dos filhos e regedora do reino. Logo de início, aparece-nos este prelado ligado ao Conde de Barcelos, tendo como objectivo desfazer o matrimónio acordado entre a filha do Infante D. Pedro e o jovem monarca, tomando seguidamente parte na conjura contra o Duque de Coimbra, na fase que precedeu a reunião das cortes de Torres Novas de 1438.

Com a partida do regente D. Pedro para Coimbra, em 1439, assumiu o Arcebispo de Lisboa uma série de atitudes contrárias àquele governante.

Começou por mandar edificar uma torre fortificada junto à porta de Martim Moniz o que irritou profundamente os populares, favoráveis ao Infante D. Pedro.

A situação obrigou-o a partir para Alhandra onde foi procurado pelo ourives de Lisboa, Afonso Martins, diante de quem censurou o comportamento da população lisboeta, ao mesmo tempo que a ameaçava com a invasão castelhana. Tendo a cidade conhecimento sobre as afirmações do bispo, enviou até Roma o vereador da Câmara, João Lourenço Farinha, com suplicatórias em nome do rei e dos infantes. Vendo o perigo que corria, quis D. Pedro de Noronha recolher-se em Óbidos, o que o povo não consentiu, pelo que se exilou em Castela. Entretanto o Infante D. Pedro concedeu, em 08/12/1439, um alvará à Câmara de Lisboa, em que ordenava ao Município o pagamento das despesas do Arcebispado com base nos bens confiscados ao Arcebispo do seguinte modo: metade na liquidação das dívidas daquele prelado e a outra metade no pagamento das despesas privativas do próprio arcebispado, até à vinda de um novo arcebispo.

Reunidas as cortes de Lisboa de 1439, o Conde de Barcelos requereu que o seu cunhado fosse restituído à arquidiocese. Parece que os Infantes D. Pedro e D. João deram assentimento favorável, mas o cidadão Pedro de Serpa opôs-se, terminantemente, alegando que as negociações em curso junto do Papa procuravam privar o Arcebispo do seu cargo. Na segunda quinzena de Fevereiro de 1441, ao realizarem-se as pazes entre o Conde de Barcelos e o regente do reino, determinou este, a pedido do Conde, a reintegração do Arcebispo de Lisboa, que se encontrava em Castela, na sua Diocese.

Apesar de ter regressado ao seu arcebispado durante a regência do Infante D. Pedro, passou a fazer parte do grupo que levantou suspeições contra o mesmo, logo que soube do seu afastamento do governo do reino. Antes mesmo do regente ser preterido, já o prelado conspirava junto do jovem monarca. Idêntica atitude voltou a assumir, ao opor-se deliberadamente ao Infante D. Henrique, que, vindo do Algarve, defendia, num assomo de energia, o bom nome do irmão.

A permanência de D. Pedro de Noronha junto ao rei traduz-se pela sua presença em Alfarrobeira. A seu pedido, o Papa concedeu-lhe autorização no primeiro dia de Janeiro de 1451, para que escolhesse confessor, de modo a ser absolvido de qualquer irregularidade canónica por ter participado no conflito. Poucos mais anos viveu, terminando a sua atribulada existência a 12 de Agosto de 1452.

D. Pedro de Noronha teve diversos filhos. O mais velho D. João de Noronha que desempenhou as funções de alcaide-mor de Óbidos era filho de Isabel, mulher solteira ao tempo do nascimento. Foi legitimado a 13/08/1444. O segundogénito, D. Pedro de Noronha, foi Mordomo-mor de D. João II, Comendador-mor da Ordem de Santiago e Senhor do Cadaval, sendo filho de Branca Dias, também solteira quando do seu nascimento. Obteve a legitimação, na mesma data do seu irmão. Os restantes foram: D. Fernando, governador da casa de D. Joana, a Beltraneja; D. Leão, que faleceu solteiro; D. Isabel, mulher de D. João, Marquês de Montemor; D. Inês, que casou com D. João de Almeida, 2.º Conde de Abrantes; e D. Leonor, que se consorciou com D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor".

Pode, assim, constatar-se que, embora Filipa Moniz Perestrelo pudesse não

pertencer à primeira nobreza do reino, ela era prima direita de alguns dos mais importantes nobres de Portugal. Daqui resulta que, à época, fosse muito improvável que ela pudesse casar com um plebeu. Acresce que, sendo o seu pai, Bartolomeu Perestrelo, um reputado navegador e, consequentemente, alguém que possuia segredos náuticos os quais, na época, eram considerados segredos de Estado, seria improvável que um simples aventureiro viesse a ficar com acesso a esses segredos.

Acresce que os Perestrelos, capitães-donatários de Porto Santo, tiveram por autorização régia o direito ao tratamento de "Dom" para as Senhoras da família, como se indica em diversas publicações como (Pereira 1989: 186, [40]) e em (Arrimar 1997: 173, [41]). Trata-se de uma carta de D. João III, emitida em Lisboa, a 06/11/1522, que actualmente se encontra no Arquivo Distrital do Funchal, Tombo Velho, da Câmara Municipal do Funchal, fl. 84. Nela é dito que "há por bem que per o capitam Bertolameu palestrello da Ilha de porto Santo fazer certo vir destas linhagens E geração dos palestrellos e bisfortes de Lombardia que por hum estromento pubrico prova serem de nobre geração que a molher e noras a elle capitam se possam chamar de Dom segundo forma de ordenação…".

Dada a data desta carta e o nome do Capitão-Donatário, verifica tratar-se do Bartolomeu Perestrelo, o Moço, o atrás citado irmão inteiro de Filipa Moniz Perestrelo (futura mulher de Colon), o qual foi o 3.º Capitão-Donatário de Porto Santo, cargo que lhe foi confirmado em 15/03/1473, e a quem sucedeu seu filho, também Bartolomeu, em 13/06/1529.

É de salientar que, na citada carta de D. João III, se releva a ascendência nobre dos Perestrelos em Itália (oriundos da cidade de Piacenza), como que a justificar o uso daquele tratamento nesta família, em Portugal. Assim, não há qualquer dúvida de que, pelo menos a partir de 1522, a mulher, as filhas e as noras do 3.º Capitão-Donatário de Porto Santo passaram a ter, de forma regiamente reconhecida, direito àquele tratamento. É muito provável que já o usassem antes disso pelo que, quase certamente, também Filipa Moniz Perestrelo (futura mulher de Colon) dele faria uso. Por outro lado, visto a mercê do tratamento invocar a ascendência familiar para justificar a sua legalização em Portugal, é de crer que se a mulher, as filhas e as noras do Capitão-Donatário de Porto Santo tinham o tratamento de "Dona", a sua irmã também o tivesse.

Portanto, embora a família Moniz não tivesse, à época, um relevo apreciável, a família Perestrelo, quer por si própria quer pelas suas ligações familiares em Portugal, já tinha um estatuto social incompatível com um casamento de Filipa Moniz Perestrelo com um plebeu.

De todo o modo os Monizes já ocupavam lugares de relevo no reino, como consta de (Baquero Moreno 1980, [39]). De facto, se analisarmos a biografia de Henrique Moniz, que era irmão de Isabel Moniz, sogra de Colon, vemos que foi fidalgo da casa de D. Henrique, que obteve, a partir de Janeiro de 1438, a tença anual de 6.000 reais brancos, pagos no almoxarifado de Faro, «enquanto nossa mercee ffor por alguas cousas do nosso serjuço em que nos delle emtem-

demos de serujr no rregno do Algarue». Tal tença foi confirmada, pela regência, em 09/03/1439.

Nas Côrtes de Évora de 1444, o Concelho de Silves queixou-se contra o facto de muitos acostados deste fidalgo se eximirem a ser besteiros do conto, homens do alcaide e ao cumprimento de serviços e encargos no aludido concelho. A seguir temos notícias de que combateu em Alfarrobeira ao lado do rei.

Teria participado na conquista de Alcácer, em 1458. O monarca, tendo em atenção os grandes serviços por ele prestados, concedeu-lhe, a partir de 1459, isenção de pagamento de foro de uns moinhos que trazia aforados no rio da cidade de Silves, no quantitativo de 2.503 reais brancos anuais. No desempenho das funções de Alcaide do Castelo de Silves, recebeu a indemnização de 2.000 reais brancos pela alcaidaria de Alvor, que lhe foi tirada pelo soberano e dada ao infante D. Henrique. Assinale-se o facto de figurar, nesta carta, assim como na anterior, como fidalgo da casa do rei, pelo que se depreende que teria deixado de pertencer à casa do Infante.

Acompanhou o rei na fracassada tentativa de se apoderar de Tânger, em 1464. Estando com o soberano em Ceuta, obteve a tença anual de 10.000 reais brancos além dos 6.000 que já recebia da coroa, os quais deveriam ser pagos em Faro.

Foi casado com Inês Barreto, filha de Gonçalo Nunes Barreto, fidalgo algarvio.

Outro Moniz que vem referenciado em (Baquero Moreno 1980, [39]) é Diogo Gil Moniz, cavaleiro da casa do Infante D. Henrique. Era filho de Gil Aires Moniz (cavaleiro e Escrivão da Puridade de D. Nuno Alvares Pereira) e de D. Leonor Rodrigues. Deve ter participado na batalha de Alfarrobeira, recebendo os bens pertencentes a João de Azambuja e Pero de Azambuja, moradores de Montemor-o-Velho, partidários do antigo regente no conflito. Em 1452 desempenhava as funções de Reposteiro-mor do infante D. Fernando.

Segundo Braamcamp Freire, já era falecido em Maio de 1514. Casou com D. Leonor da Silva (de quem teve descendência), filha de D. Rui Gomes da Silva, Senhor dos Morgados da Chamusca e Ulme, e de D. Branca de Almeida, filha de Diogo Fernandes de Almeida, vedor da fazenda de D. João I e Alcaide-mor de Abrantes.

Finalmente, um irmão de Diogo Gil Moniz, Rui Moniz, ainda de acordo com (Baquero Moreno 1980, [39]), foi cavaleiro da casa do rei, era filho de Gil Aires (cavaleiro e Escrivão da Puridade de D. Nuno Alvares Pereira) e D. Leonor Rodrigues.

Terá lutado, em Alfarrobeira, nas hostes reais. D. Afonso V deu-lhe os bens pertencentes a João Serpa, antigo escudeiro do Infante D. Pedro, e João Esteves morador em Alenquer, que tinha sido aposentador do antigo regente, os quais combateram ao seu lado no recontro. Obteve também umas casas situadas em Lisboa na Rua da Morraz que seu irmão, Vasco Gil Moniz, combatente em Alfarrobeira ao lado do Infante D. Pedro, trazia emprazadas a três pessoas.

Em 16/05/1463, foi nomeado tesoureiro da moeda de Lisboa, em substituição de João Afonso, cavaleiro, provido no cargo de contador na cidade de Évora. Em 1472 foi reintegrado no cargo de Tesoureiro da Moeda de Lisboa, tendo sido relevado, por carta de 14 de Dezembro desse ano, de algumas faltas que cometera no exercício do mesmo.

Casou com D. Filipa de Almada, donzela da casa da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V. O monarca confirmou o matrimónio em 25/02/1451, concedendo um dote 2.000 coroas de ouro, que seria satisfeito através da tença anual de 20.000 reais brancos. Tiveram vários filhos, nomeadamente Garcia Moniz, Tesoureiro da Casa da Moeda.

Verifica-se pois que, os Monizes, embora não pertencendo à primeira nobreza do reino, já ocupavam cargos importantes.

3.2 - Explicação de alguns factos históricos relacionados com Colon

A nossa tese permite explicar alguns dos factos históricos referido anteriormente, na cronologia apresentada.

Começando pelo facto histórico indicado na alínea e) da citada cronologia, em finais de 1484 ou já mesmo em 1485, Colon terá ido para Palos, acompanhado do seu filho Diego, para o Convento Franciscano de La Rábida.

E coloca-se a questão: porquê tal convento? Pensamos que a resposta é a referida em (Fontes s.d., [23]): “No século XV, grande parte de Palos pertencia a uma familia nobre de origem portuguesa - *os Silvas de Toledo, Condes de Cifuentes*. O Conde de Plasencia era, no inicio do século, o senhor de Palos. A proprietária Isabel de Castañeda, da familia dos Almirantes de Castela, casou com o Conde de Cifuentes, Alfonso de Silva, alferes maior do rei. Foi a partir daqui que Palos passou para os Cifuentes, que cederam uma parte aos Medina-Sidónia e a outra aos Conde de Miranda de Castañar”.

Este é um aspecto fundamental: Colon era primo dos Silvas de Toledo pois foi o casamento, em suas segundas núpcias, de Aires Gomes da Silva, o Velho (trisavô paterno de Colon), com Urraca Tenorio, que originou a Casa de Cifuentes, sendo que o 1.º Conde de Cifuentes foi Juan de Silva, neto dos citados Aires Gomes e Urraca. O 2.º Conde de Cifuentes foi Alonso de Silva (filho do 1. Conde de Cifuentes) o qual casou com a referida Isabel de Castañeda.

Ainda segundo (Fontes s.d., [23]), “Isabel, a Católica procurou adquirir este domínio aos Silvas, negociando com María Gómez Silva e a sua irmã Leonor, religiosas no convento de Mão de Deus de Toledo, 2/12 de “la heredad” que tinham no lugar de Palos, a que se seguiu novas negociações com outros Silvas, incluindo o Conde de Cifuentes, Lope y Alonso de Silva (possuidor de 3/12)”.

No que se refere aos Duques de Medina Sidónia, o 1.º Duque de Medina Sidónia, Juan Alonso de Guzman, era filho de Teresa Suarez de Figueroa y Orozco,

a qual era filha de Maria de Orozco, que era filha de Marina Alonso de Meneses Tizón e Loiasa, a qual entronca nos Meneses donde provém a família paterna de Colon. Esta Maria de Orozco teve vários casamentos e vários filhos desses casamentos: do primeiro, com Martin Fernandez de Guzman, 5.º Senhor de Orgaz, teve Álvaro Perez de Guzman, 6.º Senhor de Orgaz, que casou com Beatriz de Silva (filha de Aires Gomes da Silva, o Velho, e de Urraca Tenorio), tendo sido pais de Álvaro Pérez de Guzman, 7.º Senhor de Orgaz, que casou com Sancha Ponce de Leon; do segundo casamento, com Juan Rodriguez Castañeda, teve Juan Rodriguez de Castañeda (o qual casou com Juana de Guzman, Senhora de Palos) e Elvira de Castañeda que casou com Pedro Lopez de Ayala, que foram pais de Pedro Popez de Ayala, o Surdo, que casou com Maria Leonor da Silva y Meneses, que era neta de Aires Gomes da Silva, o Velho, e de Urraca Tenorio.

Portanto, as ligações entre os Medina Sidónia e os Menezes da Silva são muito estreitas, pelo que se pode dizer que, em Palos, Colon estava em família!

Ainda segundo (Fontes s.d., [23]), os Condes de Miranda eram uma outra familia das mais poderosas de Palos. Estes Condes pertenciam à Casa de Zuniga que apoiaram activamente a causa de Dona Joana, a Beltraneja e de D. Afonso V, Rei de Portugal. Os Zuniga, ligaram-se à familia Pimentel (dos Condes de Benavente), nobres portugueses que fugiram para Castela. Um dos membros desta união foi o conhecido Juan de Zuniga y Pimentel, último "Gran Maestre de la Orden Militar de Alcántara".

Acontece que o 1.º Conde de Miranda foi Diego de Zuniga, o qual era bisneto materno de Afonso Pérez de Guzman, 2.º Senhor de Gibraleon, e de sua mulher D. Isabel Fernandes Pacheco, a qual era irmã de D. Guiomar Lopes Pacheco casada com D. João Afonso Telo de Menezes, 1.º Conde de Ourém, 4.º Conde de Barcelos e 4.º Almirante-mor de Portugal, o qual era quarto avô de Colon.

Portanto, para além das razões referidas, de ordem familiar, era vantajoso, para Colon a escolha de Palos, conforme refere (Fontes s.d., [23], devido à " próximidade do Sul de Portugal era um importante factor a ter em consideração, pelos apoios que poderia receber. A distância podia ser facilmente percorrida numa única jornada por terra ou mar. Para além disso D. João II tinha um Palos uma verdadeira rede de espiões que incluia marinheiros, frades e até familiares de Colombo".

E, mais adiante, refere o mesmo autor: "Colombo tinha desde 1484 parte da sua familia instalada em Palos. A primeira a fixar residência em Palos foi a sua cunhada Violante Moniz Perestrelo, acompanhada do seu 1.º marido (Miguel Moliart)".

Sobre a origem do Convento de La Rábida, refere-se em (Fontes s.d., [23]): "A origem do Convento de La Rabida, junto ao porto de Palos, anda envolta de enormes mistificações. A região foi conquistada por um português - D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago. No século XIII, a igreja aqui existente, sob a evocação de Nossa Senhora dos Milagres, terá pertencido aos cavaleiros templários (Ordem do Templo).

No século XV tornou-se num convento franciscano. Foi aqui que Colombo deixou durante 7 anos o seu filho Diogo (1485-1492), ao cuidado do frade João Perez".

Após o regresso da 1ª. viagem (15 de Março de 1493), durante 15 dias, Colon esteve reunido com João Perez e Frei António de Marchena, cosmógrafo, para delinearem a estratégia e os planos que seriam depois apresentados aos reis.

Existe uma ligação ainda não estudada deste convento com Portugal. A Ordem do Templo tinha no Algarve, nomeadamente próximo de Palos, igrejas e fortificações, como a de Castro Marim, que foi a primeira sede da Ordem de Cristo (1319-1356). Devido à sua importante posição estratégica na luta contra os mouros, foi nesta fortaleza que se refugiaram muitos cavaleiros templários vindos de outros países europeus depois da extinção da Ordem por Bula do Papa João XXII (14 de Março de 1319).

Na serra da Arrábida, próximo de Lisboa, junto à sede da Ordem de Santiago de Espada (Palmela), desde pelos menos o século XIII que existiam igrejas e capelas de enorme devoção dedicadas a Nª. Srª. da Arrábida e Nª. Srª. da Pedra Mua (Cabo Espichel). No século XV também aqui os franciscanos criaram um local de recolhimento, uma pequena ermida. Em 1538, no Mosteiro de Guadalupe, D. João de Lencastre (1.º Duque de Aveiro) e um frade castelhano (Martinho de Santa Maria) decidem criar a célebre Congregação dos Frades Franciscanos Arrábidos, que se estabeleceu na serra da Árrabida que contou, entre os seus membros, S. Pedro de Alcantara. Recorde-se que os franciscanos estavam ligados desde o inicio aos descobrimentos portugueses, tendo no Algarve uma das suas maiores províncias em Portugal".

Próximo de Palos, existe uma outra localidade, Moguer, que foi também importante para Colon. À época do navegador era 7.º Senhor de Moguer, Pedro Portocarrero (1450-1541), que era quarto neto (pelos Portocarrero e Senhorio de Moguer), de Maria Afonso Tenorio (mulher de Martim Fernandes Portocarrero, do qual falaremos adiante), sendo que esta era irmã de Urraca Tenorio (a qual foi casada com D. Fernão Gomes da Silva, Alcaide-mor de Monsanto e Penamacor, que era tio-trisavô paterno de Colon), sendo ambas filhas de Alfonso Jofre Tenorio (n. cerca de 1300), 1.º Senhor de Moguer e Almirante de Castela, casado com Elvira Alvarez de Velasco.

De referir ainda que aquele Almirante Alfonso Jofre Tenorio, 1.º Senhor de Moguer, tinha um irmão, Juan Tenorio, Comendador de Estepa (localidade a Nascente de Sevilha, a seguir a Osuna), casado com uma Juana, os quais tiveram uma filha, também chamada Urraca Tenorio (prima direita da mulher de D. Fernão Gomes da Silva), a qual foi a segunda mulher de D. Aires Gomes da Silva, o Velho, de quem teve descendência, nomeadamente a sua neta paterna Maria Leonor da Silva e Menezes (1410-1470), que era prima direita do pai de Colon.

Por outro lado, D. Duarte, Rei de Portugal, teve um filho bastardo, D. João Manoel, Bispo da Guarda, o qual era meio-irmão da mãe de Colon. O citado Bispo da Guarda teve um filho, D. João Manoel, Alcaide-mor de Santarém, que

casou com D. Isabel de Meneses (prima do pai de Colon), tendo sido pais de uma D. Joana Manoel, a qual casou com Alonso Pacheco Portocarrero, filho do atrás referido 7.º Senhor de Moguer.

Segundo (Fontes s.d., [23]), "a familia dos Portocarrero (Portocarreiro em português) era uma antiga familia nobre do Norte de Portugal, que só no inicio do século XIV passou a Castela. Martim Fernandes de Portocarreiro, o «*Maior*», foi justamente o primeiro a fazê-lo quando se tornou adiantado-mor de Leão e Astúrias (já o era em 1310), cargo que em 1311 acumulava com o de alvazil do rei em Segóvia, tendo-se casado com Dona Inez Fradique da Lombardia. Desta união nasceu Martín Fernández Portocarrero, 1º senhor de Vila Nova del Fresno, rico-homem do Conselho de Dom Afonso XI e mordomo-mor do infante Dom Pedro de Castela".

O citado Martim Fernandes de Portocarreiro era neto paterno de Maria Pires Bravo e de Pedro Anes de Portocarreiro, o qual era irmão de Lourenço Anes de Portocarreiro, do qual foi quarta neta Maior de Portocarreiro, Senhora de Vila Real, que foi mãe do bisavô paterno de Colon, D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real.

Portanto, também em Moguer, Colon estava entre familiares seus, de acordo com a nossa tese sobre a sua filiação.

O facto histórico f) da cronologia apresentada, correspondente ao facto de Colon ter vivido algum tempo em casa dos Duques de Medinacelli, também é facilmente explicável à luz da nossa tese.

Efectivamente, quem alojou Colon foi Luis de La Cerda, 5.º Conde e 1.º Duque de Medinacelli, o qual era neto de Luis de La Cera y Mendoza, 3.º Conde de Medinacelli, e de Juana Sarmiento, que foram pais de Maria de La Cerda, Senhora de Huelva e da ilha de Saltés, a qual casou com Juan Alonso de Guzman, 1.º Duque de Medina Sidónia, já atrás referenciado e que era relacionado, familiarnente, com Colon. Um filho do 1.º Duque de Medinacelli, Juan de La Cerda, 2.º Duque de Medinacelli, viria a casar, em segundas núpcias, com Maria de Silva, a qual era prima de Colon, por ser filha de Juan de Silva, 3.º Conde de Cifuentes, e de sua mulher Catalina Alvarez de Toledo.

É de referir que o filho legítimo de Colon, D. Diego, 1.º Duque de Verágua, casou com Maria de Toledo y Rojas, a qual era irmã de Fradique Alvarez de Toledo, o qual casou com uma Maria de Silva que era quarta neta de D. Aires Gomes da Silva, o Novo (primo direito de D. Aires Gomes da Silva, o Velho) o qual casou com Maria Pais da Fonseca, tendo tido geração em Espanha, o que faz aumentar para, pelo menos três ramos de Silvas que tiveram descendência no país vizinho.

Anos mais tarde viria a surgir mais um ramo de Silvas em Espanha, iniciado por D. Rui Gomes da Silva, 1.º Duque de Pastrana e Príncipe de Eboli, o qual era homem de grande confiança de Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal). Este D. Rui Gomes da Silva era quarto neto de D. Gonçalo Gomes da Silva, Senhor de Vagos, Tentúgal e Buarcos, o qual era meio irmão do citado D. Aires Gomes da Silva, o Novo.

De salientar que a nora de Colon, a citada Maria de Toledo y Rojas, era neta paterna de Garcia de Alvarez de Toledo, 1.º Duque de Alba, e de sua mulher Maria Enriquez de Quiñones y Toledo, a qual era filho de Fradique Enriquez, Almirante de Castela e 1.º Conde de Melgar y Rueda.

Em (Fernández-Armesto 1992: 83 ss, [42]) refere-se que "o Conde de Medinacelli investira bastante em aventuras de comércio marítimo e tinha uma ligação familiar tradicional com a expansão castelhana nas ilhas Canárias, enquanto o Duque de Medina Sidónia estava ligado à navegação, aprovisionamento e comércio de açúcar, mostrando-se interessado em tomar parte na conquista das Canárias".

Em relação a um dos factos referidos na alínea k) da cronologia anteriormente apresentada, correspondente à morte do Infante D. Afonso, filho de D. João II tem-se, em (Drummond Braga 2008, [43]), a seguinte sinopse: "O príncipe D. Afonso (1475-1491) foi o único filho do matrimónio que uniu D. João II à rainha D. Leonor. Alto, louro, com a pele branca, os olhos vivos e um ar viril, era, ao mesmo tempo, um jovem afável, modesto, piedoso, liberal, cultíssimo e sisudo, para além de brando e delicado, características que desagradavam profundamente a seu pai. Por outro lado, apreciava divertimentos típicos de alguém da sua condição social, como a montaria, a natação e o páreo.

Nasceu quando se estava a iniciar uma guerra entre Portugal e Castela. Aos cinco anos, quando a paz chegou, acompanhada de desconfianças mútuas, viu-se arrastado para uma inusitada situação de refém, em que permaneceu durante três anos. Aos 15 anos, uma vez mais como penhor da paz, desposou D. Isabel, filha dos reis de Castela e Aragão. Aos 16, oito meses volvidos sobre esse casamento, que pode mais ser visto como uma prolongada lua-de-mel, morreu, de forma inesperada, súbita e trágica, causando um profundo desgosto aos pais, à mulher e ao Reino em geral. A sua vida, por ter sido tão curta, tem qualquer coisa de meteórica. Mas, ao mesmo tempo, os acontecimentos em que se viu envolvido parecem demasiados para tão poucos anos e, simultaneamente, pesados demais para tão tenros ombros. Só lhe faltou ter gerado um filho, o que cronologicamente teria sido possível, e teria evitado um problema sucessório a Portugal".

Em (D'Armada 2009, [44]) refere-se que, efectivamente, como penhor da paz entre Portugal e Castela, o Infante D. Afonso e a sua futura mulher a Princesa D. Isabel, ficaram reféns em Moura, à guarda de D. Beatriz, mulher de D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu. Foram as conhecidas "Terçarias de Moura". Ainda, como refém, seguiu para Castela o filho da citada D. Beatriz, D. Manuel, futuro Rei D. Manuel I.

Em (Abecassis 2010: 55 ss, [2]) refere-se um texto de Garcia de Resende sobre os supostos comentários de D. João II à morte do seu filho o Infante D. Afonso, dizendo que este " era claramente mais inclinado às coisas del rei D. Afonso, seu avô, que às d'el rei seu pai" e que vestia "sempre de tabardos e com martas ao pescoço forradas de cetim, coisa mais de mulheres que de homens".

Estas referências de D. João II, não só são "ofensivas" para o seu filho como,

também, são pouco abonatórias para o seu pai D. Afonso V, ao comparar este com o Infante D. Afonso.

Parecem incoerentes com uma frase atribuida a D. João II, relativamente a D. Afonso V, em que ele diz que D. Afonso V "era o único de entre os príncipes cristãos a quem o medo não tomara", conforme indicado em (Barrilaro Ruas; Sousa Soares s.d., [45]). Contudo, há textos que referem que "D. Afonso V era grande e robusto de corpo, de presença verdadeiramente Real".

Em (Domingues 2005: 331, [46]) refere-se o seguinte comentário de D. João II, à morte do filho: "de uma coisa só estou em alguma maneira confortado, que é parecer-me que nosso Senhor Jesus Cristo se lembra da gente destes reinos, porque meu filho não era para ser rei deles".

Em (Domingues 2005: 328, [46]) diz-se que, quando ocorreu o acidente que vitimou o Infante D. Afonso, este estava acompanhado de D. João de Meneses. Trata-se de D. João de Meneses, 1.º Conde de Tarouca, casado com D. Joana Teles da Silva, a qual era filha de D. Fernão Teles de Meneses da Silva, 4.º Senhor de Unhão, sendo que este tem um magnífico túmulo no "Panteão dos Silvas", na Igreja do Palácio de S. Marcos, em Coimbra, conforme se indica em (Mattos e Silva 2011, [26]). O referido D. Fernão Teles de Meneses da Silva, 4.º Senhor de Unhão, era bisavô materno do atrás citado D. Rui Gomes da Silva, 1.º Duque de Pastrana e Príncipe de Eboli.

O referido D. João de Meneses, 1.º Conde de Tarouca, era primo direito do pai de Colon, por ser filho de D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo, irmão da avó paterna de Colon. Assim, o referido D. João de Meneses, 1.º Conde de Tarouca, era primo segundo de Colon.

Em (D'Armada 2009, [44]) coloca-se a questão de saber se a morte do infante D. Afonso foi acidental ou provocada, sendo a opinião da autora que poderá ter sido preparada pelo futuro Rei D. Manuel I, por várias ordens de razões:

- por supostamente estar apaixonado pela mulher do infante, a Princesa D. Isabel, com a qual D. Manuel viria a casar posteriormente;
- porque a morte do infante D. Afonso abria a D. Manuel a possibilidade de vir a ser rei, o que efectivamente veio a acontecer;
- porque terá procurado vingar as mortes supostamente ordenadas por D. João II, do seu irmão D. Diogo, 4.º Duque de Viseu e 3.º Duque de Beja, e do seu cunhado, D. Fernando, 3.º Duque de Bragança.

O que se sabe é que D. João de Meneses, 1.º Conde de Tarouca, depois da morte do Infante D. Afonso, terá fugido para Espanha, donde só regressou no reinado de D. Manuel I e que este o fez, nomeadamente, seu Mordomo-mor e seu Alferes-mor, Capitão de Arzila e Tânger, conforme indicado em (Silva Campos 2004: 196, [30]). Portanto, é provável que D. João de Meneses, 1.º Conde de Tarouca, estivesse implicado no eventual "acidente premeditado" a mando do futuro Rei D. Manuel I.

A serem verdade estas suspeitas, estaríamos na presença de dois primos, defendendo interesses divergentes: enquanto Colon actuava como um agente se-

creto de D. João II, o seu primo D. João de Meneses estava ao serviço dos inimigos daquele monarca.

No facto histórico o), refere-se um João da Castanheira como capitão da ilha de Santa Maria, nos Açores, à data em que Colon por ali passou, em Fevereiro de 1493, no regresso da sua primeira viagem ao continente americano.

Segundo (Fontes s.d., [23]), João da Castanheira (ou João de Melo) foi cavaleiro da Casa do Infante D. Fernando. Era filho de Isabel de Brito (sobrinha-neta de Rui Nogueira, Alcaide-mor de Lisboa, o qual foi casado com D. Aldonça de Meneses, tia do pai de Colon) e de Gonçalo Vaz de Melo, o qual era filho de Luís Álvares Pais e de Teresa de Albuquerque, que era bisneta paterna de Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros, o qual, como adiante referiremos, teve uma neta, Isabel de Melo, que casou com D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo (que era irmão inteiro de D. Isabel de Meneses, mãe de D. João Meneses da Silva, suposto pai de Colon, pelo que o citado D. Duarte de Meneses era tio-avô de Colon).

O referido João da Castanheira estava, portanto, relacionado familiarmente com Colon. Terá sido pura coincidência ser ele a receber o navegador nos Açores, ou isso fazia parte do plano engendrado pelo Rei D. João II?

O referido João da Castanheira foi casado com Joana de Bulhão, filha de António Lopes de Bulhão e de Isabel Gramacho. A citada Joana de Bulhão era sobrinha de Catarina Lopes de Bulhão, que foi aia da infanta D. Leonor, mãe de Colon, o que é mais uma curiosa "coincidência".

À sua chegada a Lisboa, segundo (Fontes s.d., [23]), Colon chegou à praia do Restelo, onde fundeou a caravela (Niña), a 4 de Março de 1493, uma segunda-feira.

A Niña na praia do Restelo estava junto da nau de guerra portuguesa "São Cristovão", comandada por um experimentado capitão que se chamava Álvaro Damião de Aguiar. "O imediato que foi enviado à Niña dava pelo nome de Bartolomeu Dias, de Lisboa. Tratava-se de outro experimento navegador, que tinha o mesmo nome que o Bartolomeu Dias que atingiu o Cabo da Boa Esperança, e a cujo regresso Colombo assistiu neste mesmo local em Dezembro de 1488".

Colon pediu para ser recebido por D. João II e não tardou a chegar D. Martinho de Noronha que o havia de acompanhar até junto do rei, em Vale do Paraíso, no termo de Santarém.

No dia 7 de Março, quinta-feira, Colon mudou o navio para junto do Paço da Ribeira, onde despertou enorme curiosidade na população da Lisboa.

Em relação ao facto histórico indicado na alínea q), o D. Martinho de Noronha que foi enviado pelo Rei de Portugal, D. João II, ao encontro de Colon, era filho de D. Pedro de Noronha, Senhor do Cadaval, e de D. Catarina de Távora, a qual era sobrinha-neta paterna de D. Violante Lopes de Távora (casada com Martim Afonso de Sousa), a qual será, adiante, novamente por nós referida. Por sua vez, D. Martinho era neto paterno de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa, e de Isabel Perestrelo, pelo que D. Martinho de Noronha era primo da mulher de

Colon. O referido D. Martinho foi casado com D. Guiomar de Albuquerque, 5.ª Senhora de Vila Verde dos Francos, a qual era filha de Fernão de Albuquerque, 4.º Senhor de Vila Verde dos Francos e de D. Catarina da Silva, sendo que esta era neta de D. João Gomes da Silva, 2.º Senhor de Vagos, o qual era primo de D. João Meneses da Silva, suposto pai de Colon.

A referida D. Guiomar de Albuquerque era irmã de D. Maior de Albuquerque, a qual foi casada com D. Fernão da Silva, Alcaide-mor de Alter do Chão, o qual também era primo do suposto pai de Colon.

Segundo (Fontes s.d., [23]), Colon encetou, com D. Martinho de Noronha, um percurso de barco, ao longo do Rio Tejo, que o levaria ao encontro com D. João II, que se encontrava em Vale do Paraíso, próximo da Azambuja, no termo de Santarém, onde supostamente o rei se refugiara para fugir à peste que grassava em Lisboa. A última parte do percurso seria pela Vala Real da Azambuja. Esta seria uma das razões porque Colon se fez acompanhar de dois pilotos - Pero Alonso Ninõ e Sancho Ruiz de Gama, provavelmente ambos portugueses.

No dia 8 de Março Colon pernoitou perto de Sacavém como se refere no seu Diário de Bordo, na anotação referente a esse dia, que se encontra reproduzida em (Arranz Márquez 2009: 257, [6]).

Segundo (Fontes s.d., [23]), apesar de Sacavém ficar muito perto de Lisboa (uma légua), Colon levou quase um dia a fazer o trajecto. Os motivos terão sido outros que não a distância. A noite de 8 para 9 de Março foi passada em Sacavém, como ele próprio afirma.

Possivelmente a casa onde pernoitou terá sido o Castelo de Periscoxe, referenciado em (Mattos e Silva 2011, [47]), pois este imóvel era pertença de Nuno Vasques de Castelo Branco, tio de Nuno Vaz de Castelo Branco, 10.º Almirante-mor de Portugal, sendo que este foi casado com Filipa de Ataíde, a qual era irmã de António de Ataíde, Senhor de Penacova, cuja mulher foi D. Maria da Silva, filha de Pedro Gonçalves Malafaia e de D. Isabel Gomes da Silva, prima do pai de Colon. Acresce que os referidos António de Ataíde, Senhor de Penacova, e sua mulher D. Maria da Silva, foram pais de Margarida da Silveira a qual casou com Diogo Moniz, Alcaide-mor de Silves, sendo que este era primo direito da mulher de Colon, dado que o pai do referido Diogo Moniz foi Henrique Moniz, que era irmão de Isabel Moniz que casou com Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo.

No dia 9 de Março Colon prosseguiu a sua viagem, saindo de Sacavém, conforme indicado em (Arranz Márquez 2009: 257, [6]).

É aliás muito curioso o que se refere em (Fontes s.d., [23]): "Colombo acompanhado por Martinho de Noronha, no dia 10 de Março dirige-se então ao encontro de D. João II, passando primeiro pela povoação de Aveiras de Baixo (a cerca de 3,5 km), onde os Silva tinham os seus domínios.

A povoação de Aveiras de Baixo, assim como Vale do Paraíso, foi dada em 1272 à Ordem de Santiago de Espada. À entrada da Igreja de Aveiras de Baixo podemos ainda observar uma espada, o símbolo desta ordem militar. Em 1360 a

Ordem entregou estes bens ao Convento das Comendadeiras de Santos, em Lisboa, os quais passaram a constituir uma das suas principais fontes de rendimento até ao final do século XVI".

Ou seja, sem conhecer a nossa tese, o autor realça a importância da família Silva no percurso que Colon terá realizado até chegar ao encontro com D. João II.

Mais adiante, diz-se ainda em (Fontes s.d., [23]): [Em Aveiras surgiu no século XV uma das principais casas do reino. O rei D. Duarte, em 1422, deu a Silva Tello de Meneses o Senhorio de Aveiras.

João da Silva, no tempo de D. João II, era o senhor da Vila de Aveiras e de Vagos. Foi camareiro-mor do rei, e general de Ampurdan (*Empordà* em catalán) e da própria Catalunha.

Sucedeu-lhe o seu filho - Ayres Gomes da Silva - camareiro-mor de D. João II, cavaleiro da Ordem da Jarreteira, regedor da Justiça, embaixador em Inglaterra. Um dos seus filhos, com o mesmo nome, irá participar em 1500 na expedição de "achamento" do Brasil.

Os Senhores de Aveiras, estavam ligados com os Silva de Toledo (Condes de Cifuentes), os quais mantiveram uma enorme cumplicidade com Portugal até 1640.

É fácil perceber a razão dos contactos internacionais que Colombo rapidamente estabeleceu com toda a Europa a partir de Lisboa. Os Silva de Aveiras foram, neste caso, uma preciosa ajuda.

No século XVI, D. João III concede a - João da Silva Tello de Meneses (vice-rei da Índia) - o título de 1.º Conde de Aveiras (1542). O Palácio dos Condes de Aveiras, em Aveiras de Baixo, datado do século XVIII, ainda hoje é elucidativo da grandeza destes senhores tanto em Portugal, como em Espanha. O brasão ostenta um Leão]. (Fim de citação)

Nesta citação há inúmeros erros históricos como, por exemplo, o facto de se dizer que, em 1422, o Rei D. Duarte terá dado o senhorio de Aveiras a um elemento da família Silva quando, nessa data, o senhorio que lhe foi outorgado foi o de Vagos. Acresce que o título de Conde de Aveiras foi concedido, em primeira vida, ao referido D. João da Silva Tello de Meneses, por carta de Filipe III de 24/02/1640 (e não em 1542).

Fizémos esta citação apenas porque nela se refere um facto de relevo (que adiante comprovaremos) que foi o da família Silva ter sido importante nos contactos internacionais de Colon.

É muito curioso que o autor sublinhe o papel muito importante da família Silva, quer do ramos português quer do ramo espanhol (dos Condes de Cifuentes), na vida de Colon, sem se dar conta que este era, efectivamente, um membro desta família e, seguramente, viria a ser o elemento da família Silva mais conhecido a nível mundial.

Deve salientar-se que, como já anteriormente foi dito, o ramo espanhol dos Silvas (dos Condes de Cifuentes) foi originado pelo casamento de D. Aires Gomes da Silva, o Velho (trisavô paterno de Colon) e do seu irmão Fernão, com as

duas primas Urracas Tenorio, da família de Alfonso Jofre Tenorio, um dos Almirantes de Castela. Mais tarde, um outro ramo de Silvas foi criado em Espanha, por D. Aires Gomes da Silva, o Novo.

Interessa também referir outra pessoa que tinha propriedades na zona de Aveiras de Baixo: Mem de Brito (n. c. 1390), cuja biografia consta de (Baquero Moreno 1980, [39]) e que "foi Sr. de metade da vila de Aveiras de Baixo, no Vale da Pedra, cerca de Santa Maria das Virtudes", ou seja próximo do local onde Colon foi recebido por D. João II. Na citada biografia indica-se que Mem de Brito foi fidalgo da casa do rei, era filho primogénito de João Afonso de Brito, o Moço, e de Violante Nogueira, pelo que herdou os morgados de seus pais, de S. Lourenço de Lisboa (do lado materno) e de Beja (do lado paterno). Possuia a administração duma capela instituida no mosteiro de Salvador de Lisboa por Joana Vaz de Almada, que fora mulher de Afonso Eanes das Leis e, ainda, a administração duma capela de morgado, chamada de D. Pedro Pires, que tinha dois assentamentos de herdades em Beja.

As primeiras notícias a seu respeito revelam-nos a sua presença no Crato, em luta contra os partidários de D. Leonor. Na carta de quitação, passada pelo Regente D. Pedro a João Rodrigues da Costa, almoxarife de Beja, em 15/04/1443, são-lhe atribuídos 3.260 reais brancos pela referida campanha, além dos 25.000 reais brancos de tença anual pelo seu casamento.

Tudo indica a sua presença em Alfarrobeira junto do Rei, pois, em 04/07/1449, recebe, em atenção aos serviços prestados à coroa, a jurisdição, direitos e bens de metade do lugar de Aveiras de Fundo, que pertencia a Gonçalo Ataíde, partidário do Infante D. Pedro no referido conflito. Os mencionados bens seriam transmissíveis aos seus herdeiros legítimos. A referida doação deveria ser devolvida a Isabel de Brito, viúva de Gonçalo de Ataíde, a qual casara com Diogo Fogaça, que combateu em Alfarrobeira nas hostes reais. O pedido de devolução foi feito pelo monarca junto de Mem de Brito e sua mulher Dona Grimanesa de Melo.

Há notícia da presença de Mem de Brito no auto de juramento do Príncipe D. João, celebrado em 25/06/1455. Encontrava-se, também, na cerimónia de juramento do Príncipe herdeiro D. Afonso, realizada em 06/03/1476.

Mem de Brito foi beneficiado com a doação de todos os bens de raiz e heranças que o Antigo Arcebispo de Lisboa, D. Afonso Nogueira, comprara para incorporar nos seus morgados, com base numa operação de venda. Nesta carta, o Rei declara que o Prelado vendera ao Infante D. João, tio de D. Afonso V, duas quintas em Azeitão, as quais eram dos seus morgados, pelo valor de 240.000 reais brancos. Comprara, com este dinheiro, bens de raiz e heranças, sem a competente autorização régia, pelo que os mesmos eram confiscados e doados ao biografado.

Mem de Brito foi casado com D. Guiomar (ou Grimanesa) de Melo, filha de Estevão Soares, 6.º Senhor de Melo, e de Teresa Freire de Andrade, de quem teve os seguintes filhos: Luís de Brito; João de Brito; Álvaro Nogueira; e Gomes Nogueira. D. Guiomar (ou Grimanesa) de Melo foi donzela da falecida Rainha D.

Leonor (a mulher do Rei D. Duarte). Recebeu, de dote, pelo seu casamento, o padrão de 2.500 coroas de ouro, pelo que obtinha a quantia de 25.000 reais brancos anuais. Luís de Brito sucedeu a seu pai na posse do morgado de S. Lourenço de Lisboa, por carta régia de 18/02/1469.

Esta D. Guiomar (ou Grimanesa) de Melo era irmã, nomeadamente, de Mécia de Melo, casada com o importante Dr. Rui Gomes de Alvarenga (n. c. 1410), o qual foi Conde Palatino (título da Côrte, de que "se sabe muito pouco"), Presidente da Casa da Suplicação (desde 1452 até 1463), Chanceler-Mor do Reino no tempo de D. Afonso V (desde 1463 até 1475), cargo em que seria sucedido por D. Álvaro de Portugal, (de 1475 até 1483, quando saiu de Portugal). O Dr. Rui Gomes de Alvarenga, que tomou parte em várias embaixadas a Castela (1442, etc.), tinha varonia de Vasconcelos, sendo sobrinho paterno de Martim Mendes de Vasconcelos, um dos fidalgos que D. Afonso V enviou para a Ilha da Madeira, para casarem com as filhas de João Gonçalves Zarco, conforme indicado no título de "Vasconcelos", § 5 e § 188, de (Felgueiras Gayo, 1989, [48]).

Mem de Brito recebeu uma carta régia de D. Afonso V, a 27/03/1449, dando-lhe razão porque ele se queixava que os vizinhos punham gado a pastar nas suas terras, pelo que passaram a estar obrigados a lavrar-lhe as terras ou a pagarem-lhe uma quantia por cada cabeça de gado que lá fosse pastar.

Adiante, quando analisarmos o presumível local de nascimento de Colon, falaremos das famílias Brito, Melo e Freire de Andrade, como famílias importantes na região de Beja.

A entrevista de Colon com D. João II decorreu em Vale do Paraíso, na Azambuja (no termo de Santarém), localidade situada não muito distante do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, como se indica em (Treen 1989: 105, [31]). Supõe-se que o Rei de Portugal ali se teria refugiado para fugir à peste que grassava em Lisboa.

Esse encontro é relatado no Diário de Bordo da primeira viagem de Colon ao continente americano: "Sábado 9 de marzo - Hoy partió de Sacanben (Sacavém) para ir adonde el Rey estaba, que era el valle del Paraíso, nueve léguas de Lisboa: porque llovió no pude llegar la noche. El Rey le mandó recibir a los pincipales de su casa muy honradamente, y el Rey también les recibió con mucha honra y le hizo mucha favor y mandó sentar y habló muy bien, ofreciéndole que mandaría hacer todo lo que a los Reys de Castilla y a su servicio complise complidamente y más que por cosa suya", conforme se refere em (Arranz Márquez 2009: 259, [6]).

Colon terá visitado também, certamente, o Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, que fica a 500 metros da Vala Real da Azambuja. Todo o percurso era navegável. Este convento está ligado a um milagre que aí ocorreu em 1403. O Rei D. João I fez a promessa de aí construir um convento caso a conquista de Ceuta fosse bem sucedida (1415), autorização que foi concedida pelo papa Martinho V (1419). O Convento só foi concluído em 1431, sendo entregue à Ordem de S. Francisco. Durante o reinado de D. Duarte (1433 a 1438) foi confiado a Frei António do Paraíso, confessor de D. Duarte, tornando-se pouco depois num dos santuários

mais concorridos de Portugal.

Muitos dos elementos arquitectónicos que ainda se podem observar no Mosteiro, mostram enormes similitudes com o Mosteiro da Batalha, mandado construir por D. João I, para comemorar a Batalha de Aljubarrota (1385).

Durante o século XV, o Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, hospedou reis como D. Duarte, D. Afonso V, e D. João II bem como a mulher do último, a Rainha Dona Leonor.

Fernando de Noronha, senhor de Unhão (Concelho de Felgueiras) e ascendente da "Casa de Aveiras", em 1509, foi sepultado na igreja do mosteiro de Santa Maria das Virtudes. Colon, como temos visto, estava intimamente ligado, por sua mulher, à família Noronha.

Segundo (Fontes, s.d., [23]), no encontro entre Colon e D. João II, estiveram também presentes o atrás citado D. Martinho de Noronha e D. Diogo Fernandes de Almeida, 6.º Prior do Crato (que terá sido quem alojou Colon durante a sua estadia em Vale Paraíso), o qual era filho de D. Lopo de Almeida, 1.º Conde de Abrantes, e de sua mulher D. Brites da Silva (filha de Pedro Gonçalves Malafaia e de D. Isabel Gomes da Silva), a qual era prima de D. João Meneses da Silva. O referido D. Diogo Fernandes de Almeida, Prior do Crato, era irmão de D. Francisco de Almeida, 1.º Vice-Rei da Índia, o qual era casado com Brites Pereira, que era prima direita da mulher de Colon, por ser filha de Vasco Martins Moniz, Comendador de Panóias, o qual era irmão da Isabel Moniz que casou com Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo. O referido D. Diogo era ainda irmão de: D. João de Almeida, 2.º Conde de Abrantes, o qual era casado com D. Inês de Noronha (filha de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa), que era prima da mulher de Colon; e de D. Isabel da Silva, que foi casada com D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º Conde de Penela, o qual era neto paterno de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, e da terceira mulher deste, D. Brites Coutinho. Portanto, este D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º Conde de Penela, era primo direito do pai de Colon.

No site da Internet do Município da Azambuja pode ler-se, relativamente ao Mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes (ou de Santa Maria das Virtudes) da Ordem de S. Francisco, o seguinte: "A Igreja do Mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes da Ordem de São Francisco é um monumento de Arquitectura Religiosa / Igreja, classificado como Imóvel de Interesse Municipal (IIM), pelo Decreto n.º 2/96, DR 56 de 06-03-1996, situado no Largo das Amoreiras em Aveiras de Baixo.

A origem da Igreja das Virtudes relaciona-se com o episódio lendário de aparecimento de uma imagem de Nossa Senhora a um guardador de vacas, pelos inícios do século XV. Esse facto deu origem a uma romaria ao local, o que terá determinado a construção de um primitivo templo, presumivelmente em madeira e outros materiais perecíveis. Pouco tempo depois, no reinado de D. Duarte, e crescendo de importância o local e a devoção em torno dele, o rei ordenou que se construísse um convento franciscano anexo à ermida, empreendimento a que se seguiu a edificação de um hospital, estalagens e demais estruturas de apoio à co-

munidade e à verdadeira peregrinação que se generalizou ao longo do século XV.

De inquestionável importância durante toda a Idade Moderna, os séculos mais recentes assistiram ao abandono do conjunto, antecedido pela perda de relevância da simbólica mariana aqui celebrada, definitivamente em decadência a partir do século XIX. No início da década de 90 do século XX, quando se efectuaram escavações arqueológicas no monumento, este encontrava-se em ruínas, destelhado, com os portais entaipados e múltiplos sinais de degradação.

A planimetria geral do monumento é quatrocentista, assim como os seus portais. O principal é de arco apontado, de duas arquivoltas apoiadas sobre colunelos dotados de capitéis vegetalistas de recorte tardo-gótico. O portal lateral Sul é bastante mais simples, limitando-se a incorporar aduelas que formam o perfil apontado, não existindo impostas, capitéis ou arquivoltas. O interior é de nave única relativamente pequena, articulando-se com a capela-mor que é já posterior. Por estas características, comprova-se que o projecto quatrocentista deu origem a um monumento estilisticamente coerente mas destituído de rasgos artísticos de vanguarda, num processo que privilegiou a constituição de um edifício que servisse as funções básicas devocionais.

No século seguinte, continuando a crescer em importância o local, ter-se-á alargado a capela-mor e, mais importante, construiu-se uma capela do lado Sul (de planta quadrangular coberta por abóbada polinervada), que comunicava com a capela-mor através de um estreito corredor, aberto por portal ogival simples.

Bastante mais importantes foram as obras realizadas na primeira metade do século XVII. Uma inscrição de 1624 dá-nos uma datação aproximada para os melhoramentos então efectuados. Estes trabalhos incidiram sobre praticamente todas as parcelas do monumento, desde a fachada principal até à capela-mor. Naquela, refez-se a secção superior, com inclusão de dois janelões do coro e reconfiguração da empena, que passou a ostentar friso horizontal e nicho axial para a imagem do orago no tímpano. Nesta, prolongou-se a estrutura mais para nascente, prevendo certamente a inclusão de um retábulo de grande escala, ao mesmo tempo que se construíram os dois pequenos nichos-retábulos que ladeiam o arco triunfal.

O convento, apesar de ter sido destruído quase completamente, localizar-se-ia do lado Norte da igreja, onde ainda se conservam alguns restos estruturais, sendo de presumir que grande parte das estruturas estejam ainda soterradas, à semelhança do que se passava com algumas parcelas do próprio templo antes de iniciados os trabalhos arqueológicos.

O Município de Azambuja inaugurou no dia 19 de Junho de 2010, o Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, agora recuperado. Ficou assim concluída a requalificação do Património Cultural Concelhio da responsabilidade da Autarquia.

O Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, classificado como de Interesse Municipal, passa a ser uma referência cultural colectiva, dotada de uma grande polivalência. A nave principal, a capela-mor e o novo coro-alto mantêm-se como

espaços de culto religioso mas também funcionarão como espaços de exposição, concertos ou colóquios. Está ainda prevista a constituição de um núcleo museográfico a instalar nas capelas laterais.

A reabilitação e dignificação de todo o imóvel e espaço envolvente restitui-lhe a centralidade relativamente à povoação das Virtudes. A intervenção salvaguarda as acessibilidades predominantemente pedonais e a organização dos percursos com vista à protecção do monumento. Foram redefinidos o adro, uma rua a sul e uma zona arqueológica a norte. Os restos arqueológicos ficam protegidos com muros baixos que não impedem a sua visualização.

Com elementos góticos, manuelinos e mendicantes que prevalecem inalteráveis o Mosteiro constitui uma referência turística e patrimonial do Concelho de Azambuja. Esta intervenção assegura a fidelidade à arquitectura original, continuando a permitir a realização de eventos como a Feira Medieval no 2º fim de semana de Setembro.

O Mosteiro de Santa Maria das Virtudes tem na sua origem a aparição de Nossa Senhora a um guardador de vacas no início do Séc. XV. D. Duarte ao ter conhecimento desta notícia ordenou a construção de um convento franciscano anexo à ermida, um hospital, estalagens e outras estruturas de apoio à comunidade local e aos visitantes. Tornou-se então um dos principais pontos de peregrinações Marianas. Por aqui também passaram alguns monarcas como D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, bem como a Rainha D. Leonor".

Fig. 15 – Mosteiro de Santa Maria das Virtudes *(Foto de autoria do Engº José Mattos e Silva)*

Colon, no domingo dia 10 de Março, voltou a encontrar-se com D. João II depois da missa, conforme indicado em (Arranz Márquez 2009: 258, [6]).

Na segunda-feira, dia 11 de Março, Colon deixou Vale do Paraíso para realizar o facto histórico indicado na alínea r) da cronologia anteriormente apresentada, segundo indicado em (Arranz Márquez 2009: 258 ss, [6]).

Esse facto ocorreu no Convento de Santo António da Castanheira, em Vila Franca de Xira, conforme indicado em (Treen 1989: 107, [31]). Pela nossa tese justifica-se perfeitamente o interesse da Rainha D. Leonor (mulher de D. João II)

em se encontrar com Colon, pois este era seu primo direito. Efectivamente, D. Leonor era filha de D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu, o qual era irmão da mãe de Colon.

Nesse encontro de Colon com a Rainha D. Leonor esteve presente o irmão da Rainha, D. Manuel (futuro D. Manuel I, Rei de Portugal) e, segundo (Fontes, s.d., [23]), também a ele assistiu D. Pedro de Noronha e Meneses, 1.º Marquês de Vila Real, o qual era neto materno de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, e da primeira mulher deste, Margarida de Miranda. Assim, D. Pedro de Noronha e Meneses, 1.º Marquês de Vila Real, era também primo direito do pai de Colon.

Portanto, nesse evento, estiveram presentes primos de Colon quer do seu lado materno quer do seu lado paterno, o que não deixa de ser significativo. Acresce que D. João II também era primo direito de Colon, dado que a mãe de Colon era irmã do Rei de Portugal, D. Afonso V, pai de D. João II.

Do site na Internet da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, em relação à Quinta e Convento de Santo António pode ler-se que se localiza próximo da povoação da Loja Nova, com a seguinte descrição: "Fundado em 1402, este edifício religioso - classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. N.º 2/96, DR 56, de 6 de Março) - está intimamente ligado à família dos Ataíde, a quem se ficaram a dever importantes campanhas de obras do século XV ao século XVII. O conjunto edificado é constituído por: igreja, onde ressalta uma magnífica capela sepulcral dos Ataíde, em estilo renascença, túmulos maneiristas na capela-mor, várias campas na igreja, residência dos monges com os seus claustros, construções ligadas às actividades económicas e hortas de cultivo e lazer, com fontes e lagos".

No site do INGESPAR refere-se, num texto de Catarina Oliveira datado de 03/11/2004, que o referido convento se situa junto à E.N. 1239, no Lugar da Loja Nova podendo ainda ler-se, em relação ao mesmo: "Fundado cerca de 1402 por uma comunidade de frades franciscanos oriundos do Convento de São Francisco de Alenquer, o Convento de Santo António da Castanheira foi edificado em terrenos cedidos por Domingos Simões. As obras de edificação do convento prolongaram-se por todo o século XV e, em 1493, a rainha D. Leonor patrocinava a construção das celas e das capelas do templo.

No início do século XVI D. Manuel tornava-se o mecenas das obras do convento; mandou fazer obras de melhoramento na igreja e nas oficinas e a plantação de uma horta. Em 1510 iniciava-se a construção do claustro, e até 1525 ficava concluída a edificação do convento e a ampliação da cerca. Depois de 1521 D. António de Ataíde, 1.º Conde de Castanheira, tornou-se o padroeiro do convento, mandando edificar as capelas laterais cerca de 1530. Alguns anos mais tarde, em 1550, instituiu o mausoléu dos Ataíde numa das capelas do templo.

Na segunda metade do século XVI D. Jorge de Ataíde patrocinou outras obras no convento, mandando reedificar a capela-mor, o retrocoro, a cobertura da sacristia e as quatro galerias do claustro e construindo uma casa de fresco junto

ao claustro. Na segunda metade do século XVII os Condes de Castanheira mandaram edificar outra casa de fresco, no local da antiga ermida de Santo António de Vila Franca, e um novo coro-alto no templo do convento. Saqueado durante as Invasões Francesas, o convento de Santo António foi votado ao abandono e vandalizado depois da extinção das ordens religiosas, sendo vendido em 1838 a Joaquim Quintela, conde de Farrobo, que adaptou o edifício a fábrica de fiação de seda, designando a capela da Conceição como mausoléu dos Quintela.

No último quartel do século XIX a quinta do convento foi adquirida por D. Manuel Teles da Gama, conde de Cascais, e durante o século XX o espaço conventual foi-se degradando, sendo utilizado para fins diversos. Actualmente, a quinta foi recuperada, estando em curso um projecto de transformação do Convento de Santo António em hotel rural.

O Convento de Santo António apresenta uma estrutura que denuncia as diversas campanhas de obras feitas em diferentes épocas pelos seus padroeiros. É notória a diferença entre o exterior do templo, de modelo regional vernacular muito simples, e o interior, com elementos manuelinos, renascentistas e maneiristas de grande erudição. A igreja, de traça simples, insere-se na tipologia dos templos da região, com fachada caiada decorada por trabalhos de massa em relevo pintados e rematada superiormente por frontão de modelo vernáculo. O espaço exterior é ainda composto pelas dependências conventuais, que incluem as duas casas de fresco, uma renascentista, outra de modelo barroco, um jardim de buxo, que substituiu a horta manuelina, as celas, actualmente muito alteradas, a casa do capítulo, a livraria conventual e a zona de refeitório, cozinha e adega. Interiormente a planimetria da igreja desenvolve-se em cruz latina, prolongando-se até ao retro-coro. O espaço é coberto por três tipos de abobadamento. Na nave foram abertas duas capelas laterais, de estrutura manuelina, com cobertura em abóbada de nervuras com bocetes decorados por florões.

A capela-mor, de traça maneirista de inspiração palladiana possui retrocoro, que assenta sobre cripta. Nas paredes laterais foram colocados os monumentos fúnebres dos primeiros Condes de Castanheira, inseridos em arcosólio. Junto à capela-mor, do lado do Evangelho, foi edificada a capela dos Ataíde, que abre em três arcos de volta perfeita. Com presbitério, é coberta por abóbada de nervuras com bocetes, cujos centrais são decorados pelo brasão dos Ataíde e por figuração do Cordeiro Místico. O portal de acesso ao presbitério é decorado com uma figuração em relevo de "O Arcanjo São Miguel lutando com o dragão".

É curiosa a referência, no texto anterior, ao facto de D. Leonor, em 1493, ter patrocinado "a construção das celas e das capelas do templo", o que justificaria a sua presença no local (quando do seu encontro com Colon) para acompanhar a evolução das obras.

Merece também realce o facto do convento citado estar associado aos Senhores de Castanheira, sendo de notar que o 1.º Conde de Castanheira foi D. António de Ataíde, o qual era filho de D. Álvaro de Ataíde, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros, que era filho dos anteriormente mencionados D. Álvaro Gonçalves

de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e D. Guiomar de Castro. O título de Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros veio a D. Álvaro de Ataíde pelo seu primeiro casamento com D. Leonor de Melo, a qual era filha de D. Maria de Noronha (sobrinha de D. Pedro de Noronha, Arcebispo de Lisboa) e de D. Pedro Vaz de Melo, 1.º Conde da Atalaia, o qual era bisneto paterno de Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros.

Existe uma relação familiar entre descendentes de Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros, e as famílias Meneses e Silva, do pai de Colon, bem como com elementos da família Perestrelo, da mulher de Colon.

Efectivamente, D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo (que era tio de D. João Meneses da Silva, suposto pai de Colon, por ser irmão inteiro da sua mãe D. Isabel de Meneses) foi casado, em primeiras núpcias, com D. Isabel de Melo que era filha de D. Beatriz Pimentel (a qual era filha de Juan Afonso Pimentel, 1.º Conde de Benavente, e de sua mulher D. Joana Teles de Meneses, meia-irmã de D. Leonor Teles mulher de D. Fernando I, Rei de Portugal) e de Martim Afonso de Melo, Senhor de Arega e Barbacena, o qual era filho do citado Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros, e de sua mulher Maria Afonso de Brito, a qual era neta de D. João de Brito, Bispo de Lisboa.

Um irmão inteiro da referida D. Isabel de Melo, denominado Martim Afonso de Melo, Senhor de Arega e Barbacena, casou com D. Margarida de Vilhena os quais tiveram, nomeadamente, os seguintes filhos: Rodrigo Afonso de Melo, 1.º Conde de Olivença, que casou com D. Isabel de Meneses (filha de D. Aires Gomes da Silva, 3.º Senhor de Vagos e de D. Brites de Meneses) e que foram pais de D. Filipa Melo que viria a casar com D. Álvaro de Bragança, irmão do 3.º Duque de Bragança e primeiro Presidente da Casa da Contratação de Sevilha, grande apoiante de Colon em Espanha; Manuel de Melo, Alcaide-mor de Olivença, casado com Beatriz da Silva (filha de D. João da Silva, 4.º Senhor de Vagos); D. Maria de Vilhena, casada com D. Fernão Teles de Meneses, 4.º Senhor de Unhão (filho dos citados D. Aires Gomes da Silva, 3.º Senhor de Vagos e de D. Brites de Meneses).

Um meio-irmão da referida D. Isabel de Melo, Diogo de Melo, Alcaide-mor de Serpa, foi casado com D. Maria da Silva, filha de Pedro Gonçalves Malafaia e de D. Isabel Gomes da Silva, sendo esta filha de D. João Gomes da Silva, 2.º Senhor de Vagos.

Ainda é de realçar que um filho dos atrás citados Iseu Perestrelo e Pedro Correia da Cunha, denominado Jorge Correia da Cunha, foi casado com Leonor de Melo, a qual era trineta materna de Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros. É ainda de notar que um irmão do referido Pedro Correia da Cunha, denominado Francisco da Cunha, foi casado com Brites da Silva, que era filha de Martinho de Abreu Pessanha e de Brites da Silva, a qual era filha de mulher desconhecida e de D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e de Ouguela (o qual era o avô paterno de Colon), conforme referido em (Mattos e Silva 2011, [49]).

Portanto, são por demais evidentes as inúmeras ligações da família Melo (descendentes de Vasco Martins de Melo) com elementos das famílias Meneses e Silva, ou seja, das famílias do pai de Colon, bem como com elementos da família Perestrelo, da mulher de Colon. Nomeadamente, entre todas estas ligações, destaca-se uma relação familiar entre um tio-avô paterno de Colon e os Senhores de Castanheira, aos quais estava intimamente ligado o Convento de Santo António da Castanheira.

O conjunto de pessoas que estiveram com Colon, em Portugal, quando aquele regressou da sua primeira viagem, são uma boa confirmação da nossa tese, pois vemos, em simultâneo, familiares de Colon tanto pelo seu lado materno como pelo seu lado paterno.

Fig. 16 – Mapa com alguns dos locais visitados por Colon, em Portugal, entre 08/03/1493 e 12/03/1493

3.3 - Explicação das frases de Colon ou com ele relacionadas

A frase "não sou o primeiro almirante da minha família" é perfeitamente explicável pela nossa tese. De facto, como referido no item anterior, Colon era bisneto paterno do *7.º Almirante-mor de Portugal,* D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, e quarto neto paterno do *4.º Almirante-mor de Portugal,* D. João Afonso Telo de Meneses, 1.º Conde de Ourém e 4.º Conde de Barcelos.

Se alargarmos ainda o conceito de família a D. Genebra Pessanha, mulher do seu citado bisavô paterno D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, então Colon estava relacionado, ainda, com os restantes anteriores Almirantes.

Também é de notar que o avô paterno de Colon, D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela, era neto paterno de D. Aires Gomes da Silva, o Velho, e sobrinho-neto de D. Fernão Gomes da Silva. Acontece que estes dois casaram, em Castela, com duas primas direitas, ambas denominadas Urraca Tenorio, sendo que uma delas (a mulher do Fernão) era filha de Alfonso Jofre Tenorio, *18.º Almirante de Castela* e, a outra, era sobrinha deste.

Portanto, se alargarmos mais o conceito de família, ainda poderemos incluir um Almirante de Castela nas relações familiares de Colon.

É de notar que só através da sua filiação em D. João Meneses da Silva, é que Colon consegue ter tantos Almirantes como seus familiares, razão pela qual a teoria da sua suposta filiação em D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu, não conseguiu dar uma explicação satisfatória a esta frase de Colon.

No que se refere à frase, supostamente, proferida por Fernando Colon, filho bastardo do navegador, de que este descenderia dos Reis de Jerusalém, a nossa tese explica facilmente esta frase.

Efectivamente a avó materna de Colon, D. Leonor de Aragão, era oitava neta paterna de Bela III, Rei da Hungria e de sua mulher Agnés de Chatillon, a qual era filha de Constance d'Hauteville, Princesa de Antioquia, que era neta materna de Balduino I de Rethel, Rei de Jerusalém.

A frase de Fernando Colon referindo que o seu pai tinha uma ascendência ilustre embora o pai do navegador, por razões decorrentes de pouca sorte na vida, tivesse chegado a uma situação de grande necessidade material, é totalmente satisfeita pela nossa tese.

Efectivamente, Colon tinha uma ascendência ilustre embora o seu pai, por razões derivadas do facto de não ter podido casar com a Infanta D. Leonor, ao ter abraçado uma vida religiosa, na Ordem Franciscana, teve de fazer voto de pobreza.

De acordo com a Wikipédia, a Ordem dos Frades Menores (em latim *Ordo Fratrum Minorum, O. F. M.*), também conhecida por Ordem dos Franciscanos ou Ordem Franciscana, é a ordem religiosa que foi fundada por São Francisco de Assis, em Itália, em 1209. O seu fundador, filho de um abastado comerciante, respondeu ao chamamento de Deus que lhe falou do crucifixo de São Damião: "Vai e reconstrói a minha Igreja".

Adoptando uma vida extremamente simples, em pregação, dando exemplos de humildade e devoção, os seus membros, de acordo com o espírito do fundador, nada deveriam possuir, *estando obrigados a viver o mais pobremente possível.*

Os franciscanos não são monges, mas sim religiosos: realizam voto de pobreza, castidade e obediência. Vivem em fraternidades, que se designam por conventos e não como abadias ou mosteiros. Os seus conventos são tradicionalmente dentro das cidades ou junto a elas.

Ainda da Wikipédia, no que se refere à biografia do Beato Amadeu, diz-se: "Beato Amadeu, de nome verdadeiro D. João de Meneses (1431 - 1482) foi um franciscano português do século XV.

Beato Amadeu, foi quase desconhecido em Portugal mas muito afamado na Itália do séc. XV, devido à sua associação ao Cristianismo esotérico.

Conta-se que chegou à Itália quando embarcou clandestinamente num navio da armada que transportava a Infanta D. Leonor, por quem ele se tinha apaixonado, para Roma. Depois de ter passado algum tempo como eremita, partiu para Assis, aonde se tornou um frade menor em 1454. Mais tarde, já um grande profeta e pregador, foi ordenado confessor do Papa Sisto IV.

A sua obra principal, Apocalypsis Nova, foi mais tarde fortemente criticada e condenada".

Também na Wikipédia se pode constatar que o atrás citado Papa Sisto IV que, tendo nascido a 21/07/1414, exerceu o seu mandato de 09/08/1471 a 12/08/1484, foi um Papa Franciscano, tal como o foram alguns dos seus sucessores, nomeadamente os Papas Júlio II e Sisto V.

Portanto, a vida do Beato Amadeu, que pelo facto de ser um frade franciscano foi "obrigado a viver o mais pobremente possível", adapta-se perfeitamente à frase de Fernando Colon.

Finalmente também se explica, através da nossa tese, a frase de Fernando Colon dizendo que a vida e o nome do seu pai estavam envoltos em mistério. De facto, era impensável que fosse revelado que o navegador era filho de D. João Meneses da Silva e da Infanta D. Leonor, tendo nascido antes do casamento desta com Frederico III e, seguramente, numa data em que já decorriam negociações para aquele casamento. A estratégia de Portugal de, através do casamento de D. Leonor com Frederico III, conseguir uma aliança com um importante império do centro da Europa, poderia desmoronar-se pelo facto de se vir a saber que D. Leonor não só não casara virgem como, ainda, tinha a agravante de ter tido um filho antes do seu casamento imperial.

Certamente que, se a história do nascimento de Colon fosse divulgada, D. Leonor seria repudiada pelo seu marido.

3.4 - Explicação da Simbologia de Colon

3.4.1 – Assinatura de Colon

No que se refere à parte superior da assinatura de Colon, encimada por um "S" e continuada por "S. A. S.", a explicação pela nossa tese é a de que ele, nesse trecho, identificava o seu nome:

Sou

Salvador Anes da Silva

ou, como atrás indicamos:

Sou

Sancho Anes da Silva

Na linha seguinte, onde se indica "X M Y" ele pretendia referenciar as suas famílias materna e paterna, por esta ordem, através dos respectivos brasões. Assim, "X" significava "cruzamento" das duas famílias, uma identificada pela letra "M", a qual tem cinco vértices referenciadores das "cinco quinas" das armas da Casa de Avis. Finalmente, o "Y", se for lido de lado, da esquerda para a direita, corresponde à figura estilizada do "leão rompante" das armas dos Silvas.

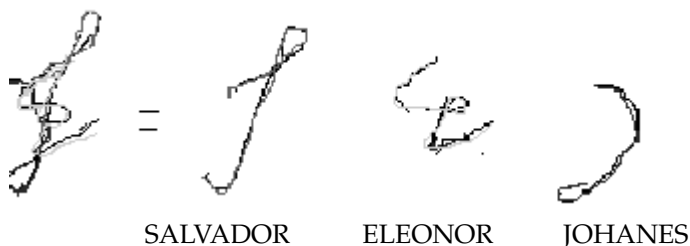
Finalmente, a parte inferior da assinatura, "XpoFERENS.I", tem a nossa seguinte interpretação:

- o "Xpo" corresponde a Cristóvão, nome próprio por si adoptado quando procurou ocultar a sua verdadeira identidade, e que é sinónimo de Salvador;
- o "F" pretende significar "Filho", pois ele a seguir vai identificar os seus pais;
- as letras "ER" significam a primeira e a última letra do nome de sua mãe, que seria EleonoR. Há outra possibilidade de interpretação, que será o "E" corresponder a Eleonor e o "R" a "Regina", ou "Rainha", dado a infanta D. Leonor, suposta mãe de Colon, ter sido Imperatriz;
- as letras "ENS" significam o nome próprio do pai de Colon, ou seja, Enes (sinónimo de Joanes, Ioanes, Yoanes e de João). O facto do "S" se prolongar em altura (o que não acontece com os primeiros "S" da assinatura) poderá significar que este "S" tem dupla leitura: serve como "S" do fim da palavra "Enes" e, simultaneamente, serve de "S" do início da palavra "Silva". Assim, em nosso entender, "ENS" significaria Enes da Silva;
- A seguir temos um "ponto" que serviria para separar a informação verdadeira, do apelido fictício, ou seja o apelido Colon que ele teria concebido a partir do nome da família italiana Colonna. Embora Colon não descen-

desse desta família foi, adiante se verificará, adoptado por uma família Colonna d'Appiano, dos Senhores de Piombino. Assim, o "I" significaria o brasão dos Colonnas, que é uma coluna, como se pode ver em (Mattos e Silva 2011, [49]). O facto desse símbolo estar inclinado pretenderia simbolizar que Colon foi entregue aos cuidados da família Colonna d'Appiano, em Pisa, como adiante demonstraremos.

Portanto, com a nossa tese podemos aceder àquela que seria a interpretação "pessoal" (e não "oficial") da assinatura do navegador.

3.4.2 – Sigla de Colon

A nossa interpretação da sigla ou monograma de Colon é a seguinte:

É de notar que, de acordo com esta interpretação, o "S" de Salvador (ou de Sancho) e o "J" de Joanes (ou Johanes), passam por dentro dum "orifício" da letra "E", de Eleonor, o que significaria uma entrada de Johanes no órgão sexual de D. Leonor e, depois, a saída do filho Colon do interior do órgão sexual materno.

3.4.3 – Bandeira de Colon

A interpretação da bandeira de Colon, à luz da nossa tese, é a seguinte:

- trata-se da bandeira da Casa Real de Avis, (eventualmente associada à da Ordem de Alcântara), pelo facto da mãe de Colon ser uma princesa dessa Casa;
- do lado esquerdo não se encontra um "F", mas sim um "E" e um "L" sobrepostos, os quais significam "Eleonor de Lencastre", ou seja identifica completamente a mãe de Colon;
- do lado direito temos um "Y", que é a inicial do nome Yoanes, ou seja o

nome próprio do pai de Colon. Repare-se que, sob o "Y" e a ele ligado, se encontra uma figura que é o leão rampante das armas dos Silvas, pelo que se encontra completamente identificado o pai de Colon: Yoanes da Silva;
- faz todo o sentido a colocação de coroas sobre os nomes dos pais de Colon: a coroa que encima o nome da sua mãe, representa a coroa da Casa Real de Avis; a coroa que encima o nome do seu pai, representa os títulos da família paterna de Colon, ou seja o de Condes de Vila Real (o 1.º Conde e 7.º Almirante-mor de Portugal, D. Pedro de Meneses, era bisavô paterno de Colon), Condes de Viana do Alentejo (o 1.º Conde, D. João Afonso Telo de Meneses, era trisavô paterno de Colon), Condes de Ourém e Condes de Barcelos (o 1.º Conde de Ourém e 4.º Conde de Barcelos, foi o 4.º Almirante-mor de Portugal, D. João Afonso Telo de Meneses, que era quarto avô paterno de Colon), não esquecendo ainda que D. Leonor Teles de Meneses foi Rainha de Portugal (pelo seu casamento com D. Fernando I), a qual era filha de D. Martim Afonso Telo de Meneses, que era tio-quarto avô paterno de Colon.

3.4.4 – Brasão de Armas de Colon

A nossa tese explica, completamente, o brasão de armas de Colon, segundo a interpretação "pessoal" do navegador:
- 1.º quartel: as armas de Castela, dado que a avó materna do navegador, D. Leonor de Aragão (também descendente dos Reis de Castela), a essas armas tinha direito;
- 2.º quartel: o leão rampante das armas dos Silvas, do avô paterno do navegador;
- 3.º quartel: uma mistura das armas de Meneses (de ouro pleno ou na versão de ouro pleno em forma de escudo de justa) com as armas de Portocarreiro. Quer as armas de Meneses quer as de Portocarreiro eram as armas do bisavô paterno do navegador, D. Pedro de Meneses, 1.º Conde Vila Real, o qual era filho de D. Maior de Portocarreiro. O conjunto formado pelo "mar" e as "ilhas", correspondem às armas de Portocarreiro, sendo que, o "continente", representa as armas dos Meneses;
- 4.º quartel: as cinco âncoras representam as cinco quinas, das armas de Portugal, da mãe do navegador;
- entre o terceiro e o quarto quartéis, as armas antigas da Casa de Borgonha, a que tinha direito o Conde D. Henrique, que era décimo avô materno do navegador.

Portanto Colon usava, no 1.º e 4.º quartéis, as armas maternas. As restantes armas eram as da família de seu pai.

Começando pelas armas paternas do navegador apresentamos, seguidamente, para além duma repetição dum dos brasões usados por Colon (já ante-

riormente apresentado), mais duas ilustrações: uma das armas dos Meneses, desenhada pelo heraldista Miguel Ângelo Martins Boto a qual, amavelmente, nos foi por si cedida; a outra das armas dos Portocarrero (ramo dos Portocarreiro que passou para Castela), que tem, no centro, as armas dos Portocarreiro, de Portugal.

Facilmente se pode verificar que as armas que constam no 3.º quartel do brasão de Colon, são uma mistura das armas de Meneses e de Portocarreiro.

Do site "olimac123.multiply.com/.../Familia_Menezes_-_Meneses" pode verificar-se que o nome Meneses, que tem raízes toponímicas, tirado da terra desta designação, perto de Cuenca, "veio a ilustrar uma das mais nobres linhagens da Península, da qual se poderia dizer com verdade que vinha de reis e os reis dela vinham. É de referir, a este propósito, que a linha primogénita dos Meneses veio a ser representada pela família real de Castela, por via do casamento da filha herdeira de D. Afonso Teles de Meneses com o Infante D. Afonso de Molina, irmão de D. Fernando, Rei de Castela, cuja neta e herdeira foi a célebre Rainha de Castela D. Maria de Molina, bisavó de Pedro, o Cruel, Rei de Castela".

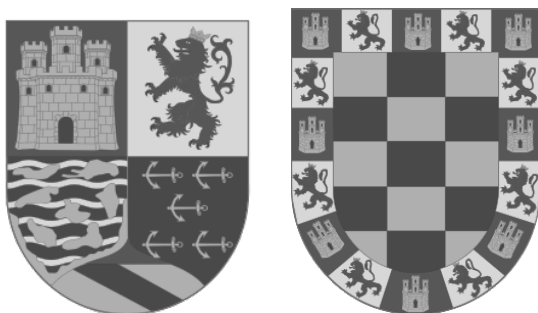



Fig. 17 – À esquerda, um dos brasões de Colon; à direita, as armas dos Portocarrero, de Espanha

A linha secundogénita dos Meneses possuíu o senhorio da vila de Albuquerque e D. João Afonso Teles de Meneses, que ali mandou construir um castelo, trocou o seu nome pelo de Albuquerque, assim dando origem a nova e nobilíssima linhagem.

D. Martim Afonso Telo, que era sobrinho paterno daquele D. João Afonso, teve descendência em Portugal, de entre a qual se destaca o primeiro Conde de Neiva e aquela que, casando com o Rei D. Fernando I, viria a ser a Rainha D. Leonor Teles.

De notar que nesta família muito cedo o patronímico Teles viria a preservar-se, passando a fazer parte integrante do nome, como se fosse novo apelido.

A representação ou chefia deste ramo dos Meneses viria a recair na Casa dos Condes de Cantanhede, depois na dos Marqueses de Marialva e, por fim, na dos Duques de Lafões.

Em D. Martim Afonso Teles de Meneses, outro sobrinho de D. João Afonso Telo de Albuquerque, se viria a originar a Casa dos Meneses que teve os Condados de Viana e de Vila Real, além de Duques de Caminha, uma das mais poderosas que existiu no nosso país entre finais do século XIV e meados do XVII, hoje representada pela Casa dos Condes de Povolide.

E é de salientar que, embora tivesse tido origem em Espanha, a linhagem dos Meneses aí se extinguiu por completo - apenas voltando a existir através de um ramo que de Portugal regressou a Espanha no século XVII - tendo, no entanto, atingindo o topo máximo da pirâmide nobiliárquica portuguesa.

Como já foi dito, o bisavô paterno de Colon foi D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, o qual era filho de D. Maior Portocarreiro, a qual era filha de João Rodrigues Portocarreiro e de D. Mécia da Silva (irmã inteira de D. Gonçalo Gomes da Silva, Senhor de Vagos, Tentúgal e Buarcos, que era quarto avô do 1º Duque de Pastrana). A referida D. Mécia da Silva era filha de D. João Gomes da Silva e de Leonor (ou Constança) de Brito (meia-irmã de D. João de Brito, Bispo de Lisboa), sendo que o D. João Gomes da Silva era meio-irmão de Martim Gomes da Silva, pai de D. Aires Gomes da Silva, o Velho. Assim D. Pedro era sobrinho-bisneto de Martim Gomes da Silva, o qual era bisavô de D. Rui Gomes da Silva que viria a ser genro do seu parente D. Pedro que, além de Meneses era, também, Silva.

A citada D. Maior Portocarreiro era quarta neta paterna de Lourenço Anes Portocarreiro, o qual era irmão de Pedro Anes Portocarreiro. Este foi bisavô de Martin Fernández de Portocarrero que casou com Maria Afonso Tenorio, filha de Alfonso Jofre Tenorio, 1.º Senhor de Moguer e Almirante de Castela, e de sua mulher Elvira Alvarez de Velasco. Aquela Maria Afonso Tenorio era irmã de Urraca Tenorio a qual foi casada com o anteriormente citado D. Fernão Gomes da Silva, Alcaide-mor de Monsanto e Penamacor, o qual era irmão de D. Aires Gomes da Silva, o Velho (que casou em segundas núpcias, com outra Urraca Tenorio, prima direita da sua cunhada do mesmo nome), trisavô paterno de Colon.

De acordo com a Wikipédia, a família Portocarreiro foi buscar a sua linhagem de ascendência à Galiza, pelo que o seu nome deriva do seu lugar de assentamento no que actualmente corresponde às províncias espanholas de Lugo e de La Coruña.

Pelo casamento esta família galega entroncou com uma família portuguesa tendo todo o seu património passado ao Reino de Portugal. Em meados do século XIII voltaram a Castela alguns membros desta família, sendo que entre eles se encontrava um Martim Fernandes Portocarreiro, o Maior, que foi pajem de câmara do rei Sancho IV de Leão e Castela, vindo posteriormente a servir o rei Fernando IV de Leão e Castela. Teve dois filhos: Fernán Pérez Portocarrero e Martín Fernández Portocarrero. Este último, já atrás referido, casou com a citada Maria Afonso Tenorio, dando origem a uma longa linhagem ligada aos Senhorios de Moguer e de Villanueva del Fresno. O citado Martin Fernández de Portocarrero foi o 2.º Senhor de Moguer (por a sua mulher ser filha do 1.º Senhor de Moguer) e o 1.º Senhor de Villanueva del Fresno. O Morgado do Senhorio de Moguer daria origem ao futuro título de Marquês de Villanueva del Fresno.

Os Portocarreros passaram a utilizar o título de Ricos-homens e a viver dentro do círculo da nobreza andaluza, estando ligados à corte pelo desempenho das suas funções.

Assim, como vimos, a família galaico/portuguesa Portocarreiro viria a estar, mais tarde, na origem da Casa de Portocarrero, em Espanha, a qual era uma das mais importantes famílias nobres da Andaluzia.

Em 1520, o rei Carlos I de Espanha (o futuro Imperador do Sacro Império Romano Carlos V), concedeu o título de "Grande de Espanha" a João Portocarrero (9.º senhor de Moguer) pelos serviços prestados à coroa.

É de relembrar que Moguer é uma povoação localizada muito próxima de Palos, onde se localiza o Convento de La Rábida, onde Colon viveu algum tempo.

Voltando ao brasão de Colon, no espaço compreendido entre o 3.º e o 4.º quartéis, as armas que se apresentam são as armas antigas da Casa de Borgonha, que seguidamente se apresentam.

De acordo com a Wilipédia, as armas antigas eram as usadas por Hugo II, o Pacífico (1084–1143), que foi duque da Borgonha desde 1103 até à sua morte. Era filho de Odo I, Duque da Borgonha, o qual era irmão do Conde D. Henrique. Assim, Hugo II, era primo direito de D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal.

O direito ao uso destas armas foi trazido, para Portugal, pelo Conde D. Henrique o qual, segundo a nossa tese, era décimo avô materno de Colon.

As armas mais modernas foram usadas, nomeadamente, pela família da primeira mulher de Maximiliano I, que foi Maria de Valois, Duquesa de Borgonha, conforme consta de (Le Hête 1987: 22 ss, [50]). O escudo era constituido por um esquartelado de Borgonha moderno (a parte com as flores de lis) com Borgonha antigo (a parte das bandas).

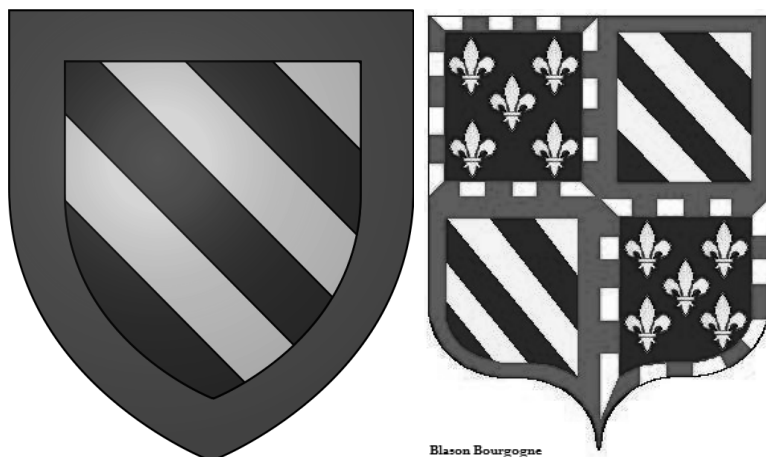



Fig. 18 – Armas do Ducado de Borgonha: à esquerda, as armas antigas; à direita as armas mais modernas, incluindo a flor de lis de Valois

Em (Le Hête 1987: 86, [50]) apresentam-se as armas antigas dos Borgonha, referindo-se que as mesmas foram usadas em linhas da Casa Ducal de Borgonha,

próximas da do Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, linhas essas que, algumas, sobreviveram até meados do séc. XV.

Portanto, quer as armas antigas quer as armas mais modernas, foram usadas no tempo do Colón, o que também é confirmado por (Louda, Maclagan 1984, [51]).

Indo ao site "amigosdacuba.no.sapo.pt/.../Familia_Colombo_Familia_Colon.htm", constata-se que, relativamente às armas de Colon, se indica o seguinte (num texto assinado pelo Eng.º Carlos Calado, defensor da tese de Colon ser, supostamente, filho de D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu, e de Isabel Gonçalves da Câmara, filha do navegador João Gonçalves Zarco): "Temos portanto que os avós de Cristóvão Colon, pelo lado paterno, eram os Reis de Portugal e pelo lado materno seu avô era um ilustre navegador dos Descobrimentos, nobilitado pelo Rei por indicação do Infante D. Henrique. Os Reis de Portugal têm as suas origens familiares mais remotas desde a Fundação do Condado Portucalense pelo Conde D. Henrique de Borgonha. Do brasão de armas da casa de Borgonha recortou Don Cristóbal Colón um quartel que usou no novo brasão atribuído pelos Reis de Espanha".

Assim, já o Eng.º Carlos Calado havia constatado que as armas pessoais de Colon eram retiradas das armas antigas da Casa de Borgonha.

No Centro Cristóvão Colon, na Cuba (Alentejo), inaugurado em 28/05/2011, aparece um "placard" com o suposto primeiro desenho das armas de Colon, obtido através de (Martinéz Llorente 2006: 9 ss, [52]), desenho que também pode ser visto consultando o site "www.cristovaocolon.com/portugues/armas.htm":

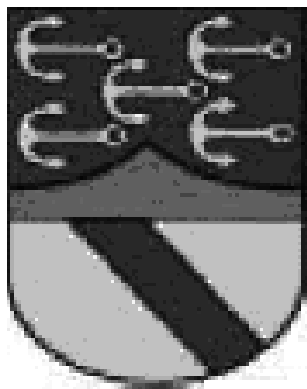



Fig. 19 – Armas pessoais de Colon

Mais uma vez, as armas da Casa de Borgonha estão representadas, embora não na totalidade (só aparece uma faixa de azul e não as três faixas dessa cor que aparecem nas armas dos Borgonha), dado o interesse de Colon manter um certo mistério em torno da sua origem.

Assim Colon, embora usasse uma bandeira com as armas da Casa de Avis (que lhe vinham por sua mãe), decidiu usar, como suas armas pessoais, no seu brasão, as armas antigas da Casa de Borgonha as quais seriam dificialmente reconhecíveis, ainda para mais por se não encontrarem completas.

É de notar que muitas Casas Reais importantes têm (ou tiveram), entre as suas armas, as da Casa de Borgonha atrás referidas, como é o caso, por exemplo, da Casa das Duas Sicílias.

3.4.5 – Iluminura da Capa do "Livro de Privilegios" de Colon

A nossa tese também permite explicar aquilo que se representa na referida iluminura.

Efectivamente, aquilo que parece ser um "F", não é mais do que um símbolo estilisado no qual se entrelaçam um "J" de Joanes e um "E" de Eleonor, como na sigla de Colon.

A cabeça de um individuo com um capuz, como se fosse um frade franciscano, pretende significar o pai de Colon, que entrou na vida religiosa como frade franciscano, vindo a ser mais tarde conhecido como Beato Amadeu.

3.4.6 – Manto de Colon

A nossa tese também permite explicar aquilo que está representado no manto de Colon.

De facto, se olharmos para o quadro da mãe do navegador, pintado por Hans Burgkmair, o Velho (1473 – 1531), vemos que D. Leonor é representada com um manto no qual estão representados vários conjuntos de três romãs abertas.

Na figura seguinte, na qual se colocaram fotografias do quadro de D. Leonor (pintado por Hans Burgkmair, o Velho), de parte do retábulo da "Virgem dos Navegantes" (de Alejo Fernandez, onde figura Colon) e dum retrato de Maximiliano I, vemos que a simbologia das romãs está patente em todos os casos representados.

De acordo com o site da Internet "www.portalsaofrancisco.com.br/.../roma/roma-2.php -", a importância da romã é milenar, aparece nos textos bíblicos, e está associada às paixões e à fecundidade.

Os gregos consideravam a romã como símbolo do amor e da fecundidade. A árvore da romã foi consagrada à deusa Afrodite, deusa do Amor, pois se acreditava nos seus poderes afrodisíacos.

Fig. 20 – A Infanta D. Leonor e dois dos seus filhos: Colon e Maximiliano I. As romãs são comuns aos três

Em Roma, a romã era considerada nas cerimônias e nos cultos como símbolo de ordem, riqueza e fecundidade. O seu nome em latim é *Punica Granatum*.

A romã era o símbolo do casamento e o facto de, na lenda de Perséfone, esta ter ingerido um bago de romã isso significou que ela ficaria ligada, para sempre, ao seu esposo infernal, Hades. Então foi negociado o seguinte acordo: Perséfone poderia dividir o tempo entre a sua mãe e o seu marido. Durante os meses de Março a Setembro, correspondentes à Primavera e ao Verão, Perséfone ficava no Olimpo, com sua mãe Deméter, cuidando da fertilidade da terra; os outros seis meses, correspondentes ao Outono e Inverno, Perséfone passava-os junto de Hades.

É de notar que D. Leonor tinha como divisa: "*Per bon Amor*". Curiosamente, o anagrama de *ROMÃ* é *AMOR*.

Pensamos que as três romãs dos mantos de D. Leonor e de Colon significavam três pessoas que estavam ligadas por amor: a Infanta, o Beato Amadeu e o filho de ambos, Colon.

O facto das romãs estarem abertas não seria uma forma de representar que as referidas três pessoas tinham o seu amor dilacerado? Ou seria que queria significar, como na lenda de Perséfone, que D. Leonor, por ter "ingerido" um bago de romã estava, para sempre, ligada ao Beato Amadeu? E que, no fundo, tal como na lenda, ela pretendia dividir o seu tempo entre o seu marido, Frederico III, e o seu amor pelo Beato Amadeu?

A Bíblia também diz que as romãs são Símbolos de Rectidão ou Honradez. É de notar que o Imperador Maximiliano I usava uma romã como "Símbolo Pessoal de Rectidão". Possívelmente ele não saberia que Colon era seu meio irmão e interpretava a simbologia da sua mãe, em relação às romãs, como um significado de rectidão. Por desconhecer o significado profundo dessa simbologia, Maximilano I usava apenas uma romã (tal como figura no seu retrato) e não três.

A propósito de Maximiliano I, existe uma história curiosa. Até ao século XIII não havia aliança de noivado ou compromisso. Contudo, o Papa Inocente III declarou que deveria haver um período de espera que deveria ser observado entre o pedido de casamento e a realização da cerimónia matrimonial. É por isso que, actualmente, o noivo dá à noiva, quando do pedido de casamento, um anel de noivado e só depois, quando da cerimónia do casamento, uma aliança. O primeiro anel de noivado de que se tem notícia foi aquele dado pelo Imperador Maximiliano I, a sua primeira mulher Maria de Valois (filha de Carlos, o Temerário, Duque de Borgonha e de Isabelle de Bourbon), em 1477.

Não conhecemos nenhuma figura em Portugal, pertencente à realeza ou à nobreza, para além da Infanta D. Leonor, que usasse a romã como seu símbolo pessoal.

Assim pensamos que Colon, quando descobriu a ilha de Granada e as ilhas Granadinas, ter-lhes-à dado esse nome não para homenagear a cidade de Granada (como seria a interpretação "oficial") mas para lhes dar o nome de romãs, em homenagem ao simbolismo de sua mãe em relação a este fruto.

A divisa da Infanta, "*Per bon Amor*" pode ler-se, saltando de palavra em palavra, para a letra da mesma ordem: "Por Bem do Afonso (entenda-se D. Afonso V) Eu Ocultei a Maternidade Renunciando ao Neófito por Responsabilidade". Esta é, obviamente, uma interpretação nossa, sem qualquer fundamento, mas poderia ser esta uma mensagem oculta sob a divisa de D. Leonor.

Em (Coelho 2002-2003, [53]), diz-se que D. Leonor "possuía empresa própria, que tinha como corpo um pé de açucena e, por alma, o moto Per bon Amor". A açucena sempre foi considerada a flor da altivez e da elegância.

As açucenas são as flores que representam a tristeza e a angústia pela falta da pessoa amada.

O seu nome, derivado do latim, significa frescura, brilho e planta de grandes e belas flores. O facto de D. Leonor ter a sua empresa com um pé de açucena e a divisa "Per Bon Amor" poderá significar que ela estava triste pela falta da pessoa amada, ou seja, do pai de Colon. Também açucena era o símbolo da pureza. Na iconografia cristã medieval, esta flor era emblema e atributo da Virgem Maria. Será que a Infanta D. Leonor usava a açucena como símbolo, para esconder o facto de não ter casado virgem?

Por sua vez, o primeiro nome que D. João Meneses da Silva adoptou, quando abraçou a vida religiosa, foi *Frei Amador*. Curiosamente o respectivo anagrama é "*Ro(da)ma*", o que significa, "*da Romã*".

Como já anteriormente referimos, no túmulo de Colon, na Catedral de Sevilha, podem ver-se, nos cantos, quatro arautos que transportam a urna tumular. Um desses arautos tem a sua lança virada para baixo e cravada numa romã. Possivelmente, o autor desta obra escultórica conheceria a simbologia de Colon em torno das romãs, pelo que decidiu colocar algo que a relembrasse, para sempre, no exterior do seu túmulo.

É de notar que, segundo a Wikipédia, o estilo manuelino, por vezes também

chamado de gótico português tardio ou flamejante, é um estilo arquitectónico, escultórico e de arte móvel que se desenvolveu no reinado de D. Manuel I e prosseguiu após a sua morte, ainda que já existisse desde o reinado de D. João II. É uma variação portuguesa do gótico final, bem como da arte luso-mourisca ou arte mudéjar, marcada por uma sistematização de motivos iconográficos próprios, de grande porte, simbolizando o poder régio. Incorporou, mais tarde, ornamentações do Renascimento italiano. O termo "Manuelino" foi criado por Francisco Adolfo Varnhagen na sua Notícia Histórica e Descriptiva do Mosteiro de Belém, de 1842. Este estilo desenvolveu-se numa época propícia da economia portuguesa e deixou marcas em todo o território nacional.

Os motivos mais correntes no estilo manuelino são:

- *Árvores secas*: aparecem também no gótico final da Europa Central, usando-se o termo "astwerk" para descrever a sua utilização; são, portanto, um elemento característico do tardo-gótico e remetem para a estética franciscana, de cariz marcadamente naturalista e austera. Por outro lado, é um elemento que foi utilizado pelos detractores do gótico que consideravam o estilo bárbaro e primitivo (estéril como uma árvore seca). As suas raízes e troncos nodosos têm presença notável no Mosteiro de Alcobaça, na janela do Capítulo de Tomar, sobre o busto fundeiro; na Igreja de Vilar de Frades ou no Paço de Sintra;
- *Alcachofras*: símbolo da regeneração e da ressurreição, sendo por isso queimada nos festejos de São João, esperando que volte a reverdecer;
- *Folhas de loureiro*: como no Claustro de D. João I, no Mosteiro da Batalha;
- *Romãs:* como nas portas laterais da Igreja Matriz de Golegã; símbolo de fertilidade, pela quantidade extraordinária de sementes que contêm;
- *Folhas de hera*;
- *Pinhas*: símbolos de fertilidade e/ou imortalidade, por vezes interpretadas como sendo espigas de milho ou maçarocas; são visíveis, por exemplo, sobre o portal da Igreja Matriz da Golegã;
- *Caracóis ou conchas de nautilus:* como na Igreja da Vestiaria, em Alcobaça, ou na entrada das Capelas Imperfeitas, no Mosteiro da Batalha, simbolizando, talvez, a lentidão dos trabalhos);
- *Animais vários*;
- *Putti (crianças).*

Portanto, desta citação da Wikipédia, parece poder concluir-se que os motivos decorativos em elementos arquitectónicos, à base de romãs, são posteriores à época em que a Infanta D. Leonor viveu em Portugal (de 1434 a 1451).

Aliás, nos exemplos da janela do Convento de Tomar e do portal da Igreja Matriz da Golegã, verifica-se que o número de romãs não tem um critério certo, variando o número de romãs dum caso para o outro.

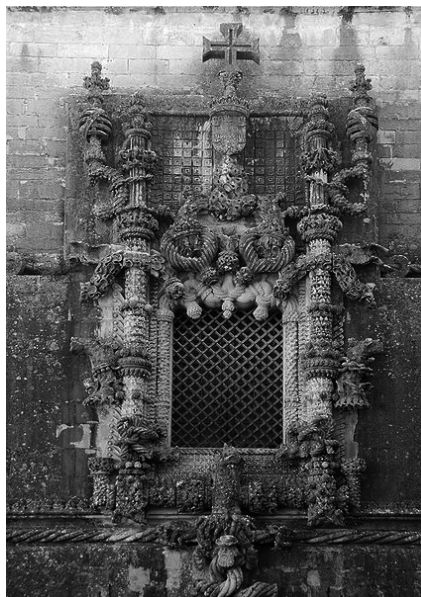
Fig. 21 – Decorações com romãs na janela do Capítulo do Convento de Cristo, em Tomar *(Foto de autoria do Engº José Mattos e Silva)*

Também é de notar que não era frequente, à época da Infanta D. Leonor, o uso de roupas com decorações de frutos e, muito menos de romãs. Em (Oliveira Marques 2010: 84, [54]) refere-se: "de uma maneira geral, os tecidos lisos, fossem de fazenda, seda ou linho, representavam a grande maioria na confecção das peças de vestuário. Mais fáceis de produzir industrialmente, atingiam em mercado preços bastante inferiores aos tecidos de fantasia. E não o esqueçamos, o alto preço relativo do artigo têxtil marcou sempre uma constante na economia medieval. Em pleno século XV, quando a indústria da lã alcançara, particularmente na Flandres e na Itália, o máximo desenvolvimento, os tecidos lisos continuavam a predominar dentro da própria corte. No enxoval de D. Beatriz, as cotas e opas lisas parece representarem a grande maioria. No vestuário dos painéis de S. Vicente de Fora, os gibões e saios lisos recebem claramente a preferência".

Fig. 22 – Painéis de S. Vicente de Fora, atribuidos a Nuno Gonçalves

Tudo o que referimos reforça a nossa tese de que D. Leonor construiu uma simbologia própria, através dos conjuntos de três romãs, não seguindo qualquer tipo de moda que estivesse em vigor na sua época.

3.4.7 – Designações dadas por Colon aos locais onde aportou

Conforme anteriormente indicado, ele terá decidido dar o seu próprio nome “Salvador” à primeira ilha a que chegou.

A actual ilha de Cuba foi, por Colon, assim baptizada, dado que, como adiante demonstraremos, tudo aponta para que o navegador tenha nascido na vila alentejana do mesmo nome.

Outro local, que foi por si designado por “Vale del Paraizo”, estará relacionado com a zona onde se encontrou com D. João II, quando regressou da sua primeira viagem.

Também baptizou locais com os nomes de “Puerto de Santa Maria de Belen” e “Rio de Belen”, por estarem relacionados com os locais onde aportou, em Lisboa, quando regressou da sua primeira viagem.

3.5 – Percurso de vida da Infanta D. Leonor

3.5.1 – Descrição Genérica

De acordo com a Wikipédia a infanta D. Leonor nasceu em Torres Vedras, a 18/09/1434, vindo a falecer em Wiener Neustadt, a 03/09/1467, com 32 anos de idade.

Foi uma infanta portuguesa da Dinastia de Aviz, filha do rei Duarte de Portugal e de sua esposa Leonor de Aragão. Quando o seu pai morreu, em 1438, a infanta com apenas quatro anos foi confiada à regência, primeiro de sua mãe e depois de seu tio o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra. Foi criada em Lisboa, conjuntamente com as suas irmãs D. Catarina e D. Joana.

O regente D. Pedro entrega D. Leonor aos cuidados da anteriormente citada D. Guiomar de Castro, dama de nobre e elevada linhagem, filha do Senhor de Cadaval e mulher do aio do Infante D. Afonso, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, futuro Conde de Atouguia. Segundo (Coelho 2002-2003, [53]), quando a Rainha D. Leonor foi obrigada a exilar-se em Espanha, em 1439 (onde viria a morrer em 1449), a Infanta estaria, doente, no Paço de Almeirim (uma das residências de férias da família real). A partir de 1445, após a morte de sua mãe, sabe-se que a Infanta terá tido casa própria (no Paço de S. Bartolomeu, em Lisboa), juntamente com suas duas irmãs.

Sabe-se que terão servido na casa das Infantas, entre outros, Beatriz Pereira, Branca de Lira, D. Violante Lopes, Maria Rodrigues, Catarina Lopes Bulhoa, Diogo de Torres e Fernão de Torres. D. Leonor tinha, à data, onze anos e muito provavelmente terão começado, nessa altura, as primeiras comunicações entre os seus tios D. Pedro e D. Isabel, Duquesa da Borgonha, no que respeita às futuras alianças matrimoniais das Infantas.

Pelo seu nascimento e enquanto filha primeira do Rei de Portugal, a Infanta D. Leonor era vista pelos seus familiares como um trunfo político a ser jogado com muito cuidado. Entre 1445 e 1448 as negociações estão nas mãos dos dois tios da infanta: D. Pedro de Coimbra e D. Isabel de Borgonha. O primeiro pretende casar a sobrinha fora da esfera de alianças tradicionais de Portugal: Inglaterra e Aragão. D. Pedro estava casado com Isabel de Aragão, condessa de Urgel, que seria herdeira do trono de Aragão, não fora seu pai ter perdido a disputa do trono para Fernando de Atenquerra no Compromisso de Caspe. Como tal, D. Pedro era naturalmente hostil à Casa de Aragão, o que em alguma medida pode ajudar a explicar os acontecimentos após a morte do Rei D. Duarte em que a mãe de D. Leonor, D. Leonor de Aragão, filha de Fernando de Atenquerra, disputa e perde a Regência do Reino para o Duque de Coimbra. Já D. Isabel, Duquesa de Borgonha (por ter casado com o Duque de Borgonha, Filipe III, o Bom) pretende capitalizar o casamento da sobrinha em seu próprio proveito e do Ducado da Borgonha. O entendimento entre estes dois príncipes de Avis passa então por alianças com o Delfim de França, Luís de Valois ou com o Imperador Frederico III.

Graças à projecção internacional de Portugal no século XV, devido ao início do período dos Descobrimentos e às riquezas daí resultantes, Dona Leonor foi requestada para esposa, tanto do Delfim de França, Luís de Valois, como do Imperador Frederico III, do Sacro Império Romano-Germânico.

Ao Sacro Imperador Romano-Germânico não passou despercebida a grande riqueza da Casa de Avis. O comércio de açúcar das ilhas atlânticas e de escravos, ouro e malaguetas da costa africana, tornavam o Portugal do século XV um país em franco crescimento económico. Ainda mais tendo em conta o clima de paz do Reino, em que as únicas operações militares da época se situavam no Norte de África, não perturbando a economia interna. Frederico III era um governante constantemente atormentado com problemas pecuniários. Os seus rendimentos esvaíam-se entre as tentativas de unificar o património dos Habsburgos na Suábia, nos Alpes e na Baixa Áustria, dispersos por inúmeras linhas colaterais; em tentar reaver a Boémia e a Hungria para o seu primo Ladislau Póstumo e em tentar aumentar o prestígio imperial impondo-se como força preponderante na Europa. Como tal, a união com uma rica princesa de uma Dinastia em ascensão era do agrado da Casa d'Áustria.

Assim, a hipótese de casamento da Infanta D. Leonor com Frederico III começa a tomar contornos preferenciais, também para a Coroa Portuguesa e, assim, em finais de 1448 chegam a Portugal os embaixadores do Imperador Frederico III, vindos de Aragão. Eram eles o barão austríaco Jorge de Volrestorf e Ulderico Riedrer, cónego de Augsburg. Viviam-se então no Reino e na Corte momentos conturbados pelas intrigas palacianas que o Duque de Bragança e o seu filho o Conde de Ourém moviam contra o antigo Regente, o Infante D. Pedro. Animosidades, manipulações e insídias que culminariam na Batalha de Alfarrobeira a 20 de Maio do ano seguinte de 1449, com a morte do Infante D. Pedro, pai da Rainha D. Isabel e tio de D. Leonor. Neste contexto é natural que a embaixada

alemã não tivesse causado grande impacto, como se depreende de não ser sequer referida na Chronica do Senhor Rey D. Affonso V, de Rui de Pina. Acredita-se, contudo, que esta embaixada foi importante no sentido de captar de forma segura o interesse do Imperador e para afastar de vez a ideia do consórcio com o Delfim de França, como se conclui da correspondência que, entre as duas cortes, se vai trocando até 1451. De resto, a própria Infanta afirmou preferir esta união, que faria dela não apenas rainha, mas imperatriz, majestade imperial e cesárea. Acredita-se que com esta embaixada tenha vindo um pintor para fazer retratos da Infanta D. Leonor. Não se conhece o nome do artista, embora se especule que fosse da escola de Colónia. Este seria, de resto, um procedimento normal à época, para que o interessado pudesse considerar se a dama em questão lhe era agradável e também para através das suas formas se tentar tirar ilações acerca da sua fertilidade. De acordo com a abundante iconografia da Infanta, seja em pintura, escultura ou moeda, e nas fontes da época, D. Leonor era uma mulher lindíssima. E essa impressão que levaram os embaixadores na mente e em papel ao seu Imperador terá influenciado decisivamente o avanço das negociações.

D. Leonor cresceu na corte, em Lisboa, e dos seus últimos anos em Portugal pouco se conhece. Especula-se, em algumas fontes, quanto os amores que um certo jovem fidalgo da altura lhe terá tido no fim da década de 40 daquela centúria, quando D. Leonor contava 16 anos e o seu contrato de casamento era já negociado. Era esse fidalgo D. João de Menezes da Silva, três anos mais velho que a Infanta, filho de D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e de Ouguela, e de D. Isabel de Meneses, da Casa de Vila Real. O citado D. João de Menezes da Silva era irmão do futuro Conde de Portalegre e de Santa Beatriz da Silva. Teria o jovem acesso à Infanta por intermédio de D. Guiomar de Castro, de quem era primo co-sobrinho pelo lado materno. Dedicaremos, adiante, a estes amores da Infanta, um parágrafo especial, pois terá sido desses amores que terá nascido Salvador/Sancho Anes da Silva, vulgo Cristóvão Colon.

Devido então aos resultados da embaixada alemã de 1448 e à pressão de Afonso V de Aragão e Nápoles as diligências prosseguem. De facto, o Rei de Aragão, tio da Infanta D. Leonor (por ser irmão da mãe desta), empenha-se no projecto.

Em Junho de 1450 parte, para Nápoles, João Fernandes da Silveira, o futuro 1.º Barão de Alvito. Aí, sob a égide de Afonso V de Aragão, *o Magnânimo*, tomam lugar as negociações com os enviados imperiais: D. Eneas, Bispo de Trieste, D. Jorge de Vollesdorff, barão do ducado de Áustria, os seus conselheiros e o seu secretário, Miguel de Phullendorf. As negociações devem ter sido complexas pois prosseguem por quarenta dias até à outorga do contrato em 10/12/1450. O contrato é celebrado na solene presença do Duque da Calábria, do Duque de Cleves e dos embaixadores das Repúblicas de Veneza e de Florença, e foi ratificado na presença do Rei de Aragão: "eles as aceitavam, louvavam, firmavam, aprovavam e juravam, como era em presença e perante Sua Régia Magestade de Aragão", conforme se refere em (Nascimento, Andrade, Rebelo da Silva 1992: 81, [55]).

É de salientar o grande amor do Rei de Aragão pela sua sobrinha, chegando ele a afirmar amar D. Leonor, não como sobrinha, mas como filha, numa carta de 18/01/1451 (após a conclusão das negociações): *vos haueremos en recomendación, no solamente de sobrina, mas de propria fija, por el amor que vos hauemos.*

Entretanto, D. Afonso V, Rei de Portugal, apresenta o projecto para o consórcio de sua irmã com o Imperador, nas Cortes de Santarém de 1451, recebendo o mesmo aprovação geral.

As negociações de Nápoles estipularam o dote D. Leonor em 60.000 florins de ouro, sendo desse valor retirados 10.000 para as despesas de viagem da Infanta. O valor deveria ser satisfeito pelo Rei de Portugal no prazo de 15 meses após a consumação do matrimónio, em Bruges, na Flandres, ou em Florença, na Itália, conforme o estipulasse o Imperador. Na realidade o dote só seria completamente satisfeito já no reinado de D. João II, entre este e o seu primo Maximiliano I, Sacro Imperador Romano-Germânico.

O Imperador, por seu turno, comprometia-se com arras do noivo (ou *donatio propter nuptias*) do mesmo valor do dote, segundo o costume alemão. As arras correspondiam aos bens e propriedades que ficavam à disposição da Infanta a título pessoal e que seriam seus no caso da morte do marido. O Imperador comprometia-se ainda a dotar a sua futura mulher de bens no valor de 120.000 florins, que garantissem a D. Leonor rendimentos suficientes para a manutenção do seu estado. Estas propriedades deveriam ser discriminadas até 4 meses após a união, o que de facto ocorreu. O Imperador doou à sua esposa, por carta de 16/03/1461, o vicedomínio de Laibach, no Ducado de Carníola (actual Liubliana, capital da Eslovénia), o castelo e vila de Bliburgo (actual Bleiburg), no Ducado de Caríntia, e o castelo de Stuchsenstein, no Ducado de Áustria. As propriedades não seriam administradas directamente por D. Leonor, embora os rendimentos fossem seus, como se detalha em carta do Imperador de 24/08/1452. Esse encargo recai sobre os embaixadores na corte alemã Lopo de Almeida - mais tarde, 1.º Conde de Abrantes - e João Fernandes. O pagamento da doação matutina (*donationem matutinam in crastinum scilicet nuptiarum*) - preço simbólico oferecido à esposa pela virgindade após a consumação do matrimónio - ficaria ao critério do Imperador.

Também em (Nascimento, Andrade, Rebelo da Silva 1992: 95, [55]), apresenta-se uma "Carta do imperador Frederico pela qual os alcaides dos castelos aqui nomeados se obrigavam perante Lopo d'Almeida e o doutor João Fernandes, embaixadores do rei Dom Afonso V, a devolver o dote e as arras à imperatriz Dona Leonor em casos especificados na obrigação do dote e lhe obedeceriam a ele ou aos seus procuradores", carta datada de Neustadt, de 24 de Agosto de 1452.

Em (Nascimento, Andrade, Rebelo da Silva 1992: 77, [55]) diz-se que se o dote que o Rei de Portugal teria de pagar "não tiver sido pago na totalidade, será lícito passado esse prazo, ao mesmo senhor rei dos Romanos e somente neste caso, retirar das referidas consignações e obrigação ou inscrição do dote quanto restar dele ser pago, e da mesma maneira dispor livremente da cidade, lugar ou terra donde tenha de ser retirada essa obrigação, sem prejuizo da manutenção de

todas as mais coisas ratificadas supra e infra escritas e convencionadas, ficando, todavia, aditado e especialmente salvaguardado que se o ilustríssimo rei de Portugal não tiver solvido, no todo ou em parte, o pagamento a que fica obrigado no prazo estabelecido e o fizer depois desse prazo na vigência do matrimónio, o próprio sereníssimo rei dos Romanos reporá a parte da consignação ou obrigação retirada como acima se disse, se ela, neste intervalo, não tiver sido subtraída ou alienada para outrem".

Também em (Nascimento, Andrade, Rebelo da Silva 1992: 79, [55]) se refere que "de igual modo fica convencionado e deduzido em pacto, como acima, que a dita inclitíssima Infanta para sua maior satisfação e conveniente acompanhamento e serviço, possa e tenha a faculdade de levar para a Alemanha ou Germânia, e lá conservar, oficiais nobre e outros servidores portugueses daqueles que antes forem seus pagens e que com ela vieram, tanto homens como mulheres, aqueles que o dito sereníssimo senhor rei dos Romanos quiser, na condição e número que bem lhe parecer e que a seu arbítrio serão recebidos e colocados".

Portanto, seguramente, terão ficado na Áustria vários portugueses que, tendo vindo no séquito de D. Leonor, a continuaram a servir enquanto ela foi Imperatriz.

Mais adiante, em (Nascimento, Andrade, Rebelo da Silva 1992: 79, [55]), diz-se que "igualmente foi convencionado e deduzido em pacto especial, como acima, que se qualquer das preditas partes não cumprir ou observar as ditas cláusulas ou alguma delas, tal como a qualquer delas respeita, incorra ipso iure e de facto na pena de 60.000 florins de oiro de câmara, como os que não observam ou não cumprem ou contrafazem o que lhes pertence cumprir e observar, sem prejuízo de se manterem ratificadas as cláusulas e pactos ajustados".

Será que esta cláusula foi introduzida pela parte portuguesa para reduzir as hipóteses de Frederico III vir a rejeitar D. Leonor, caso ele detectasse que a sua mulher não casara virgem?

Celebrado o contrato por *palavras de futuro* em Nápoles, urgia legitimá-lo por *palavras de presente*. Com esse intuito, garante Frederico III, a 14/03/1451, credenciais diplomáticas aos seus capelães Tiago Motz (bacharel em Teologia) e Nicolau Lanckmann de Valckenstein. Este último publicaria posteriormente um diário desta viagem a Portugal, das festas realizadas em Lisboa e da viagem da Infanta para Itália: *Historia Disponsationis Frederici III cum Eleanora Lusitanica*. Estes delegados imperiais, após conturbada viagem terrestre, chegam enfim, em Julho desse ano de 1451, a Lisboa, cidade que descrevem como "*notável e muito maior que Viena de Áustria*". O contrato é celebrado a 9 de Agosto, na presença de toda a corte, por D. Luís Coutinho, Bispo de Coimbra e que, no ano seguinte, seria Arcebispo de Lisboa. Os festejos têm lugar depois do pino do Verão, entre 13 e 25 de Outubro.

É curioso notar que, em (Rodrigues de Oliveira 2010: 594, [56]), se apresenta uma "Cronologia dos Principais Acontecimentos no tempo das Rainhas Medievais de Portugal" na qual se indica que, em 1451, aconteceram os seguintes

eventos:

- casou, por procuração, com o imperador da Alemanha, a infanta portuguesa D. Leonor, irmã de D. Afonso V;
- nasceu a futura Rainha de Espanha, Isabel a Católica;
- nasceu, em Génova, Cristóvão Colombo.

Em finais de Outubro de 1451, após os festejos, D. Leonor embarca na carraca italiana *Doria*. Fica ainda atracada, ao largo de Lisboa, durante alguns dias, à espera de ventos favoráveis. A 5 de Novembro parte enfim, da barra do Tejo, a armada que levará a Infanta até ao porto italiano de Livorno. Era capitão-mor do seu navio D. Afonso de Bragança, 4.º Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença, filho varão primogénito do 1.º Duque de Bragança, ao qual não viria a suceder por o citado D. Afonso ter morrido antes do seu pai, pelo que foi o seu irmão mais novo, Fernando, que foi o 2.º Duque de Bragança. A armada incluía ainda a carraca do Bispo de Coimbra, cinco navios (três de maiores dimensões e dois mais pequenos) e duas caravelas, num total de três mil homens. Na comitiva de D. Leonor destacavam-se além de D. Afonso de Bragaça, a Condessa Velha de Vila Real, D. Brites de Meneses, o futuro Conde de Abrantes, D. Lopo de Almeida (que foi desempenhar o cargo de Embaixador em Viena), o regedor da Casa do Cível de Lisboa, Pêro Vaz de Melo, o Mordomo-Mor, Álvaro de Sousa e o Senhor do Prado, Pêro de Sousa, entre muitos outros nobres e cavaleiros.

Fig. 23 – Túmulo de D. Afonso de Bragança, 4.º Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença, na Igreja Matriz de Ourém *(Foto de autoria do Engº José Mattos e Silva)*

Consta que D. João de Meneses da Silva, o atrás referido apaixonado da Infanta, terá também seguido para Itália, na armada que levou a Infanta D. Leonor e que, após o casamento desta com Frederico III, abraçou a vida religiosa; segundo as mesmas fontes tê-lo-á feito por desgosto de ver a sua amada casada com outrem. Tomou ordens como Frei Amador e ficou conhecido para a história como Beato Amadeu.

A viagem marítima pelo Mediterrâneo Ocidental foi atribulada, como eram sempre as longas viagens naquele tempo. Após temporais que dispersaram a armada, até combates com piratas, de tudo houve entre os curtos períodos que passaram ao abrigo dos portos de escala (Ceuta a 20 de Novembro, Marselha a 8 de Dezembro e Grimaud a 24 de Dezembro). Chegaram, finalmente, a Livorno

em Janeiro de 1452, mas não desembarcam por não se conhecer ainda a vontade do Imperador, o qual se encontrava em Florença. O Imperador concedeu a D. Leonor e à sua comitiva permissão para desembarcar a 7 de Fevereiro. A comitiva portuguesa é recebida, em Livorno, por uma grande embaixada de nobres, que conduziram a comitiva portuguesa até Pisa, para alguns dias de repouso.

A 19 de Novembro, D. Leonor parte para Siena. É recebida às portas da cidade pelo Arquiduque Alberto VI da Áustria, irmão mais novo do Imperador e pelo Rei da Hungria e Duque da Áustria, Ladislau Póstumo, primo do seu marido. Apenas após transpor as portas da cidade é que D. Leonor se encontrou com Frederico III. Esse encontro ficou celebrizado para a eternidade pela mão do pintor Pinturicchio. O responsável pelas negociações do contrato matrimonial, João Fernandes da Silveira mandou erguer, em Siena, um padrão português para comemorar esse encontro. O casamento foi consagrado, na Sé de Siena, pelo bispo Eneias Silvio Piccolomini, o futuro Papa Pio II. D. Leonor parece ter causado boa impressão desde o começo, pois dela escreveu o Bispo de Siena: *"(...) uma donzela de estatura mediana, de dezasseis anos de idade, testa grande, olhos muito negros e luminosos, boca pequena, faces harmoniosamente rosadas, pescoço branco, uma figura em tudo formosa e sem qualquer defeito (...) verdadeiramente distinta na beleza do corpo, possuía as mais notáveis qualidades de espírito; donzela de família real, falava sem intérprete, emitia opiniões ponderadas, respondia com prudência, tudo dispunha de forma adequada, em qualquer domínio mostrava posturas reais (...)"*

Fig. 24 – Quadro representando o encontro de D. Leonor e Frederico III, em Siena

Seguiu, depois, o casal imperial para Roma, chegando a esta cidade no dia 08/03/1452. Foram recebidos pelo Papa Nicolau V, às portas da antiga Basílica de São Pedro, numa demonstração de agradecimento do Papa pelo apoio do Imperador contra o cismático Félix V.

O Papa abençoou o casamento em cerimónia realizada na Quinta-feira, dia 16/03/1452. Não se seguiram festejos porque se observava o período da Quaresma. No Domingo seguinte, 19 de Março, dia de Nossa Senhora da Rosa celebrou-se, em São Pedro, a coroação do Imperador e da Imperatriz pelo Sumo-Pontífice. O próprio ungiu D. Leonor nas espáduas e braço di-

reito e lhe colocou a coroa.

Após a estadia em Roma, partiram para o Sul, onde se quedaram no Reino de Nápoles para as festividades da Páscoa e para as celebrações nupciais oferecidas pelo tio da Imperatriz, o Rei Afonso V de Aragão. Foi também nesta estadia, no Sul de Itália, que o casamento entre D. Leonor e Frederico III foi, fisicamente, consumado. O embaixador D. Lopo de Almeida retrata o episódio caricato de D. Leonor ter recusado por cinco vezes, nessa noite, ser escoltada ao leito do marido por outrem que não o próprio Imperador. Este acabou por ceder e foi pessoalmente buscar D. Leonor aos seus aposentos.

O Imperador ausentou-se para Roma poucos dias passados, mas a Imperatriz ficou a gozar da hospitalidade de seu tio até 24 de Abril. Segundo as estimativas de D. Lopo de Almeida, o Rei de Nápoles terá gasto mais de 100.000 cruzados para acolher o casal imperial.

Qual o motivo desse inopinado regresso de Frederico III, a Roma? Teria assuntos pendentes a tratar? Ou será que terá tido dúvidas sobre a virgindade da mulher e terá ido pedir conselho ao Papa sobre a atitude a tomar?

Segundo o indicado em (Coelho 2002-2003, [53]), D. Leonor partiu de Nápoles sem o marido (mas com o seu séquito) para o restante percurso que a levaria até à Áustria: de Nápoles seguiu, por terra, para a costa Leste de Itália (para Manfredónia) onde embarcou para Ragusa (Croácia), daí seguindo por mar até Sardes (Croácia) e daí para Veneza, onde desembarcou. Em Veneza o seu marido, Frederico III, juntou-se-lhe e seguiram, conjuntamente por terra, para Trieste, depois para Judenburgo e finalmente chegaram a Neustadt (Áustria).

Do enlace entre as Dinastias de Avis e de Habsburgo nasceram cinco filhos, dos quais dois sobreviveram: Maximiliano I da Germânia, que sucedeu a seu pai, e Cunegunda d'Áustria (1465-1520), que se casaria com Alberto IV Duque da Baviera. De Dona Leonor descende toda a linhagem da Casa d'Áustria; entre os seus bisnetos contam-se o Imperador Carlos V, *Senhor do Mundo*, que iniciou o ramo espanhol da Casa d'Áustria (a qual viria a reinar em Portugal, entre 1580 e 1640) e o Imperador Fernando I, que deu origem ao ramo austríaco da dinastia de Habsburgo.

3.5.2 – Os amores com D. João Meneses da Silva e a gestação do seu filho Colon

Referimos, anteriormente, que se especula quanto aos amores de D. Leonor com D. João de Meneses da Silva.

Aliás foi o facto desses amores aparecerem demasiado evidenciados em diversa documentação, que nos alertou para investigar esta "pista". Quantas princesas e príncipes tiveram amores com pessoas com quem não viriam a casar mas, desses amores, pouco ou nada ficou registado em termos históricos? Então, porque razão, no caso da Infanta D. Leonor, tal não aconteceu?

Certamente a razão para que esses amores tenham sido do domínio público, foi a de que deles terá nascido uma criança, da qual se não podia falar abertamente, podendo-se apenas referir que se havia tratado de "amores".

Pensamos que foi o caso vertente: desses amores viria a nascer aquele que viria a ser imortalizado como Cristóvão Colon, sobre cujo nascimento se não poderia falar. E porquê?

Porque certamente D. Leonor ficou à espera de criança (fruto dos seus amores com D. João de Meneses da Silva) quando já estava em marcha todo o processo que a conduziria ao seu casamento com Frederico III, ou seja, algures entre a vinda a Lisboa, em 1448, da embaixada do Imperador e o casamento deste, por procuração, com D. Leonor, também em Lisboa, em 1451.

Como anteriormente referimos, D. Leonor estava à guarda de D. Guiomar de Castro, a qual era parente de D. João de Meneses da Silva. De facto, D. Guiomar de Castro era filha de D. Pedro de Castro, Senhor de Cadaval, e de D. Leonor de Meneses, a qual era tia de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, por ser irmã do pai deste. Assim, a referida D. Guiomar de Castro era prima direita de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, avô materno do pai de Colon.

A citada D. Guiomar de Castro era possuidora duma grande fortuna e é referida como sendo alguém que era prestamista, ou seja, emprestava dinheiro, nomeadamente à Coroa Portuguesa. Sabe-se que o era por haver textos que referenciam uma Guiomar de Castro, como prestamista, dizendo que ela era avó materna de Afonso de Albuquerque, Governador da Índia. Efectivamente, Afonso de Albuquerque era filho de Gonçalo de Albuquerque, 3.º Senhor de Vila Verde dos Francos e de D. Leonor de Meneses, filha de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e de D. Guiomar de Castro.

O regente D. Pedro entrega D. Leonor aos cuidados da anteriormente citada D. Guiomar de Castro, dama de nobre e elevada linhagem, filha do Senhor de Cadaval e mulher do aio do Infante D. Afonso, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, futuro Conde de Atouguia. Segundo (Coelho 2002-2003, [53]), quando a Rainha D. Leonor morreu, em 1445, a Infanta terá ido habitar, conjuntamente com suas duas irmãs, o Paço de S. Bartolomeu, em Lisboa, o que terá facilitado o namoro com D. João Meneses da Silva.

Sabe-se que terão servido na casa das Infantas, entre outros, Beatriz Pereira, Branca de Lira, D. Violante Lopes, Maria Rodrigues, Catarina Lopes Bulhoa, Diogo de Torres e Fernão de Torres.

É interessante ver quem seriam estas pessoas que serviram as Infantas e que relações familiares teriam entre si.

A Beatriz Pereira pode ser a Brites Pereira (filha de Paio Pereira e de mulher desconhecida) que era casada com Vasco Martins Moniz (n. c. 1400), e que foram os pais de Isabel Moniz que casou com Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão--Donatário de Porto Santo, o qual viria a ser o sogro do Colon.

A citada D. Violante Lopes será, certamente, D. Violante Lopes de Távora, casada com Martim Afonso de Sousa, o qual era filho duma relação de Martim

Afonso de Sousa, 2.º Senhor de Mortágua, o da Batalha Real, com Aldonça Rodrigues de Sá, Abadessa de Rio Tinto, a qual era meia-irmã de João Rodrigues de Sá, o das Galés. Uma meia-irmã do marido de D. Violante Lopes de Távora, D. Catarina de Sousa (filha de Martim Afonso de Sousa, 2.º Senhor de Mortágua, o da Batalha Real, e de sua mulher Maria de Briteiros, sendo que esta era irmã de João Lourenço da Cunha, 2.º Senhor de Pombeiro, o qual foi o primeiro marido de D. Leonor Teles que viria a ser Rainha de Portugal, ao casar com D. Fernando I, Rei de Portugal), era casada com João Freire de Andrade, 2.º Senhor de Bobadela.

A referida D. Catarina de Sousa era irmã inteira de D. Briolanja de Sousa, casada com Martim Afonso de Melo, Senhor de Arega e Barbacena (em segundo casamento deste), o qual foi pai (do seu primeiro casamento com D. Beatriz Pimentel) de D. Isabel de Melo, primeira mulher de D. Duarte de Meneses, 2.º Conde de Viana do Alentejo, tio-avô de Colon, por ser irmão inteiro da sua avó paterna, D. Isabel de Meneses.

A Catarina Lopes Bulhoa será, certamente, uma Catarina Lopes Bulhão (por vezes as mulheres usavam a versão feminina do seu apelido), a qual era filha de mãe desconhecida e de Afonso Lopes de Bulhões. A citada Catarina tinha vários irmãos: um era Afonso Lopes de Bulhão que casou primeiro, sem geração, com Inês de Brito e, segunda vez, com Isabel Gramacho, tendo tido geração, nomeadamente tendo sido avós de Maior de Bulhão, a qual casou com D. Pedro de Meneses que era trineto dum tio-avô de Colon por ser irmão inteiro da sua avó paterna D. Isabel Meneses), D. Duarte de Meneses, através do segundo casamento deste (após a morte da primeira mulher, D. Isabel de Melo) com D. Isabel de Castro; outro irmão foi João Lopes de Bulhão que, de mulher desconhecida, teve uma filha, Violante de Bulhões, a qual casou com Álvaro Coutinho, que era filho de D. Joana de Castro e de Gonçalo Vaz Coutinho, o qual era filho de Fernão Coutinho e Maria da Cunha, 3.ª Senhora de Basto. A referida D. Joana de Castro era, por sua vez, filha de D. João de Noronha, o Velho, Alcaide-mor de Óbidos (filho do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha e de Isabel Perestrelo, irmã de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, por sua vez sogro de Colon) e de D. Filipa de Castro a qual era filha dos já anteriormente referidos D. Guiomar de Castro e D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia. Por sua vez, D. Joana de Castro era irmã de D. João de Noronha que foi casado com D. Isabel de Meneses que era filha de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, 3.º Senhor de Pedrógão, e de D. Branca da Silva, a qual era irmã do pai de Colon, D. João Meneses da Silva (futuro Beato Amadeu).

Em relação a quem seria a Maria Rodrigues, três hipóteses se poderão colocar. Na primeira hipótese poderá ser uma Maria Rodrigues Pacheco, nascida cerca de 1380, a qual casou com Álvaro Vaz de Abreu, tendo sido pais, nomeadamente, de João de Abreu que casou com D. Inês Dias de Sousa, a qual era filha de D. Lopo Dias de Sousa, Senhor de Mafra, Ericeira e de Enxara dos Cavaleiros. O citado Álvaro Vaz de Abreu era irmão, entre outros, de Diogo Gomes de Abreu (que casou com Violante Afonso Teles de Meneses) e de Teresa Gomes de Abreu,

a qual casou com Lopo Gomes de Lira, podendo ser estes os pais da Branca de Lira, aia da Infanta D. Leonor.

Uma segunda hipótese será a de Maria Rodrigues ser uma Maria Rodrigues de Azevedo, casada com Vasco da Cunha, o qual era filho de Constança Pires de Escobar e de Estêvão Soares da Cunha, sendo que estes foram os bisavós de D. Maria da Cunha (mãe do filho bastardo de D. Afonso V). Um irmão de Maria Rodrigues de Azevedo foi João Rodrigues de Azevedo que foi casado com D. Branca d'Eça, a qual era neta paterna de D. Maria Teles de Meneses (irmã da Rainha D. Leonor Teles, mulher do Rei de Portugal, D. Fernando I) e de D. João, Infante de Portugal, Duque de Valência de Campos, o qual era filho do Rei de Portugal, D. Pedro I, e de D. Inês de Castro. Como o referido Infante D. João nasceu em 1349 e como entre ele e a citada Branca d'Eça há duas gerações, a referida Branca terá nascido por 1349 + 2 x 30 = 1409, pelo que esta será, muito aproximadamente, a data de nascimento da referida Maria Rodrigues de Azevedo, o que lhe permitiria ser aia da infanta D. Leonor. Esta Maria Rodrigues de Azevedo, de acordo com (Felgueiras Gayo, 1989, [48]), foi Dama da Rainha D. Leonor e, o seu marido, Vasco da Cunha, viveu no tempo de D. Duarte e D. Afonso V. Teve um filho, Aires da Cunha o qual casou pela primeira vez com D. Maior Afonso, filha de Isabel Gramacho e de Afonso Lopes de Bulhão (irmão da atrás citada Catarina Lopes Bulhoa, ou Bulhão, que foi Dama da Infanta D. Leonor), pelo que resulta que a Maria Rodrigues de Azevedo seria da mesma geração que esta Catarina e teriam, entre si, laços familiares, dado que um filho de Maria Rodrigues de Azevedo tinha casado com uma sobrinha de Catarina Bulhão.

Uma terceira hipótese seria a de Maria Rodrigues ser a Maria Rodrigues Galvão que consta no título de "Galvões, § 1, e em "Castros", § 45, de (Felgueiras Gayo, 1989, [48]), a qual era filha de Rui Galvão, o qual foi criado da Rainha D. Leonor (mulher do Rei D. Duarte), Escrivão da Câmara e depois Secretário do Rei D. Afonso V e foi ainda, Escrivão da Puridade do mesmo Rei D. Afonso V e Embaixador a Castela, e de sua mulher Branca Gonçalves, a qual era filha bastarda de Pedro Gonçalves, Cónego de Lisboa, e de Catarina Anes.

Estes Galvões tinham origem em Évora. Este Rui Galvão era inimigo do Infante D. Pedro e muito amigo do Rei D. Afonso V. Em (Gomes 2009, [57]), diz-se que um Rui Galvão foi Secretário deste rei, entre 1438 e 1460. Assim, o referido Rui poderia ter nascido por 1390/1400, pelo que a sua filha Maria Rodrigues Galvão terá nascido por 1410/1420. A citada Maria (que casou com D. Álvaro de Castro, descendente dos Senhores das Alcáçovas e de Alvito) teve, nomeadamente, os seguintes irmãos:

- D. João Galvão, que foi Escrivão da Puridade do Rei D. Afonso V (teve este cargo entre 1464 e 1477, aparentemente já sendo Bispo de Coimbra), Bispo de Coimbra e indigitado a ser Arcebispo de Braga (tomou posse do cargo, mas a Bula nunca chegou a Portugal). Foi também Vedor-Mor das Obras e Resíduos do Reino, pelo menos entre 1472 e 1483. Como Bispo de Coimbra (o 36.º) foi o 1.º Conde de Arganil. No Volume II da obra

Nobreza de Portugal [58] obtêm-se os seguintes elementos biográficos: foi frade crúzio, recebendo o hábito de Cónego regrante em 1448. *Em 1451 embarcou para Itália na qualidade de Capelão da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, que ia desposar Frederico III, Imperador da Alemanha. Foi recebido em Siena pelo prelado Eneas Sílvio, com quem ficou mantendo correspondência sobre assuntos históricos. Aquele prelado subiu ao trono pontifício com o nome de Pio II e nomeou D. João Galvão seu legado em Portugal.* D. João Galvão morreu, em 1485, totalmente ostracizado pois, nos últimos anos de vida, perdeu as boas graças do Rei e do Papa (então Xisto IV). D. João Galvão para já ser, em 1451, Capelão da Infanta D. Leonor, terá de ter nascido, o mais tardar, por 1420, possívelmente por 1410/1415;

- Duarte Galvão, que terá nascido cerca de 1425 e que, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [59], morreu em 7/6/1517. Foi Cronista-Mor do Reino e também, entre 1445 e 1475, Secretário do Rei D. Afonso V. Foi, depois, Secretário do Rei D. João II e Embaixador ao Imperador Maximiliano I, ao Rei Luís XII de França, ao Papa Alexandre VI e ao Prestes João. Foi casado, primeira vez, com D. Catarina de Sousa e, segunda vez, com D. Catarina da Silva, filha do 3.º Senhor de Figueiró e Pedrógão, pelo que era sobrinha direita do pai de Colon, D. João Meneses da Silva. Duarte Galvão, do seu segundo casamento foi, nomeadamente, pai de António Galvão (nascido cerca de 1475), o qual foi Governador das Molucas a partir de 1536, tendo morrido em 1557;
- Isabel Galvão, casada com Rui Mendes de Vasconcelos, 4.º Senhor de Figueiró e Pedrógão, o qual era, também, sobrinho do pai de Colon, D. João Meneses da Silva. Curiosamente a mãe de Maria Rodrigues Galvão e de todos estes irmãos, era Branca Gonçalves, o que pode indiciar que esta fosse irmã, meia-irmã, prima ou tia da Catarina Gonçalves, mãe de Inês Gomes, que foi irmã-colaça da infanta D. Leonor.

Portanto, mais uma vez, vemos no círculo íntimo da infanta D. Leonor, pessoas relacionadas com D. Guiomar de Castro e com a família Meneses da Silva.

Em relação a Diogo e Fernão de Torres, existe uma família deste apelido em Jaen, Espanha, à qual pertencia a principal casa da cidade.

Sabe-se que estes Torres descendem do infante D. Dinis (filho do Rei de Portugal, D. Pedro I e de D. Inês de Castro), nascido em 1354. Diogo de Torres era bisneto do citado D. Dinis, pelo que havia 3 gerações entre eles, donde: 3 x 25 + 1354 = 1429, ou seja, seria 5 anos mais velho do que a infanta D. Leonor. Se foi a partir de 1445 que serviram na casa da infanta, então teria 16 anos e, possivelmente, o seu irmão Fernando, teria sensivelmente a mesma idade, talvez ligeiramente mais velho. Diogo teve um filho Fernão, mas esse teria nascido depois de 1450, pelo que não poderia servir a Infanta. É pois uma possibilidade, que Diogo e Fernando Torres, primos da infanta (tinham um bisavô comum, pelo que eram primos em segundo grau), tenham sido aios dela.

É também de assinalar vários casamentos entre a família dos Duques de Bragança (não esquecer que o filho primogénito do 1.º Duque de Bragança, D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença, foi quem comandou a armada que conduziu a Infanta D. Leonor a Itália) e os Meneses:

- um filho do atrás citado D. Duarte de Meneses, D. Henrique de Meneses, 4.º Conde de Viana do Alentejo, casou com D. Guiomar de Bragança, filha do 2.º Duque de Bragança, D. Fernando, e de sua mulher D. Joana de Castro, pelo que a referida D. Guiomar era irmã de D. Álvaro de Bragança (o qual viria a apoiar, em Espanha, a primeira viagem de Colon);
- outra irmã dos citados D. Guiomar e D. Álvaro de Bragança, D. Beatriz de Bragança, casou com D. Pedro de Meneses, 1.º Marquês de Vila Real, o qual era sobrinho de D. Duarte de Meneses e neto materno de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real;
- D. Leonor de Meneses, meia-irmã de D. Duarte de Meneses, foi casada com o 3.º Duque de Bragança, D. Fernando, o qual foi, supostamente, decapitado em Évora.

Portanto, dois primos direitos do pai de Colon foram casados com duas filhas dos 2.ºs Duques de Bragança e o pai de Colon era sobrinho do 3.º Duque de Bragança.

Com toda esta teia de relações familiares, era fácil a D. João Meneses da Silva ter acesso à intimidade da Infanta D. Leonor, o que terá originado os seus amores e o nascimento de Colon.

Como atrás dissémos, algures entre 1448 e 1451, a Infanta D. Leonor terá ficado à espera duma criança: o futuro Colon, filho de D. João de Meneses da Silva. A situação era muito delicada pois se Frederico III soubesse que, não só a Infanta não iria casar virgem mas, ainda para mais, já tinha um filho bastardo, certamente o casamento imperial se não efectuaria, com prejuizo evidente para a estratégia de alianças da Coroa Portuguesa.

Poder-se-à colocar a dúvida sobre se era ou não, à época, frequente haver bastardos de elementos femininos das Casas Reais, nomeadamente, de infantas ou princesas portuguesas. Para termos uma confirmação, não é preciso afastar-mo-nos do círculo familiar da Infanta D. Leonor, através do exemplo da sua irmã, a Infanta D. Joana a qual, pelo seu casamento com Henrique IV, viria a ser Rainha de Castela.

De facto, segundo a Wikipédia, D. Joana teve algumas relações extra-matrimoniais das quais nasceram alguns filhos ilegítimos. Por exemplo, de Pedro de Castilla y Fonseca, teve:

• André de Castilla y Portugal, casado com Mencía de Quinones

• Pedro Apóstolo de Castilla y Portugal, casado com Joana de Mendonza

o que é confirmado por (Endika, Irantzu, Gariokoitz de Mogrobejo s.d.: 140, [60]), no qual se diz: "Don Pedro de Castilla, "el Mozo", Maestresala de la Reina Doña Juana de Avis, hija de los Reyes de Portugal, Don Duarte y Doña Leonor de Aragón, durante la prisión a que la sometió Don Enrique IV, su esposo. Esta

desgraciada Princesa, victima de su marido y de aquella Corte en que le tocó vivir, tuvo un único amor en su vida, Don Pedro de Castilla. Evadida Doña Juana, en dramaticas circunstancias, del castillo de Alaejos, vivió con los Mendoza en Trijueque y finalmente en Madrid, donde se retiró al Convento de San Francisco, hasta su muerte, en 1475, cuando sólo contaba treinta y seis años. De sus amores con Pedro de Castilla dejó dos hijos:

1.º - Andrés de Castilla y Portugal;

2.º - Pedro de Castilla".

Como se dizia que Henrique IV de Castela era impotente, pensa-se que a suposta filha do casal, Joana, a Beltraneja (1462-1530), não seria filha de Henrique IV mas fruto duma relação da rainha com Beltran de la Cueva, o que estaria na origem do cognome "Beltraneja" dado à sua filha. Esta, contudo, viria a ser nomeada, em 1468, por Henrique IV, como sua herdeira e casaria, em 1475, com o seu tio D. Afonso V de Portugal.

D. Joana, Infanta de Portugal e Rainha de Castela, viria a ser repudiada pelo seu marido Henrique IV, devido às diversas relações extra-matrimoniais que ela mantinha.

A Wikipédia diz que a citada D. Joana, Infanta de Portugal e Rainha de Castela, "era bonita, ligeira, pouco recatada e amiga de prazeres". Será que a sua irmã, a Infanta D. Leonor, se lhe assemelhava?

Portanto, se dúvidas houvesse, elas seriam dissipadas por este caso flagrante de filhos bastardos duma Infanta de Portugal e Rainha de Castela, a qual era irmã da Infanta D. Leonor e, portanto, tia de Colon.

Também um primo direito de Colon, D. Diogo, 4.º Duque de Viseu (que supostamente viria a ser assassinado por D. João II, em Setúbal), teve um filho (D. Afonso, 8.º Condestável de Portugal, o qual casou com D. Joana de Noronha, a qual era filha de D. Pedro de Meneses, 1.º Marquês de Vila Real, e de sua mulher D. Beatriz de Bragança) de D. Leonor de Sottomayor y Portugal, antes desta casar com Alfonso de Aragón, 1.º Duque de Villahermosa. Aquela D. Beatriz era filha de D. Brites de Meneses, 2.ª Condessa de Vila Real, a qual era aia da Infanta D. Leonor, mãe de Colon. Portanto, aqui temos mais um caso de uma dama, da alta nobreza, que teve um filho, bastardo, antes do seu casamento.

Voltando à situação da gravidez da Infanta D. Leonor, não era conveniente provocar um aborto pois a Infanta, não só poderia vir a morrer na consequência do mesmo, mas também poderia ficar sem hipóteses de vir a ter futuros filhos, o que seria muito inconveniente para o casamento que se estava a negociar.

Portanto era essencial não só ocultar o período de gestação da criança mas, sobretudo, o seu nascimento.

Em relação ao período de gestação havia um factor favorável: a moda da época. Efectivamente, segundo (Oliveira Marques 2010: 80, [54]), na época da Infanta usava-se vestuário feminino "que acentuava a linha voluntária do corpo: amplos pregueados à frente, cintura bem em cima apertando o busto, duplas saias e toda a espécie de efeitos que realçassem o ventre. Mas ia-se mais além: as

damas elegantes chegavam a colocar enchumaços de algodão sob o tecido das cotas, por forma a acentuar o arredondado e a saliência da barriga!" e, mais adiante: "*dir-se-ia, como aliás observaram os críticos contemporâneos, que todas as mulheres andavam perpetuamente grávidas*".

Assim, a Infanta, colocando um menor número de enchumaços de algodão sob as suas saias, iria gerindo a evolução da sua gravidez, para que esta não fosse patente.

Portanto, o problema colocava-se, essencialmente, na escolha do local adequado para o nascimento da criança.

3.5.3 – A escolha da vila alentejana de Cuba como local para o nascimento de Colon

Seguramente que, quando se soube que a Infanta esperava uma criança, terá havido uma reunião, ao mais alto nível, entre as famílias de D. Leonor e a de D. João Meneses da Silva, de modo a escolher o local mais adequado para a Infanta dar à luz.

Pensamos que terá sido escolhida a vila alentejana de Cuba, pelas razões que, adiante, apresentaremos.

Os dados disponíveis sobre a história da vila de Cuba, nomeadamente indicados em (Salvado Borges 1999, [61]), referem que, na primitiva povoação, havia uma igreja, onde um cura de Santa Maria de Beja celebrava os ofícios divinos. Deste modo, esta igreja bejense adquiriu o direito aos dízimos de Cuba. Quando D. Afonso III doou São Cucufate ao Mosteiro de São Vicente de Lisboa e o Bispo de Évora, D. Martinho, demarcou, em 1255, a nova freguesia de São Cucufate, que os Padres Vicentes quiseram restaurar, Cuba foi anexada a esta nova freguesia. Mas Santa Maria de Beja ainda lá ficou com um quinhão nas dízimas de Cuba. Em 16/06/1279, o Bispo D. Durando deu o padroado da igreja de Cuba à Ordem de São Bento de Avis. Houve uns diferendos, na repartição das dízimas entre a Ordem de Avis e Santa Maria de Beja, nomeadamente em 1410. A igreja referida nos documentos do séc. XIII, como a "capela de S. Vicente da Cuba", pode ter sido uma pequena edificação cuja ampliação posterior deu origem à actual igreja da invocação de S. Vicente, ou pode ter sido também a ermida do Espírito Santo, apontada como a primeira freguesia da povoação, construída em data desconhecida e destruída há muito. Em 1305 passam os direitos da aldeia de Cuba para a posse do Rei D. Dinis, que troca, com o Mosteiro de S. Vicente de Fora, o padroado da Igreja de Santa Justa de Lisboa pelo do Mosteiro de São Cucufate (ao pé de Vila de Frades, termo da Vidigueira), incluindo a capela da aldeia de Cuba, da invocação de S. Vicente (19/05/1305). Em 1327, D. Afonso IV concede aos moradores de Cuba o privilégio de elegerem dois homens-bons, para julgarem na povoação pequenas demandas, para evitar que as pessoas tivessem de se deslocar a Beja. Este privilégio é confirmado, a 13/02/1365, 23/06/1487 e

16/08/1497, pelos respectivos monarcas.

A aldeia de Cuba, na posse do Rei desde 1305, é doada pelo Rei D. Fernando, a 22/09/1372, ao fidalgo castelhano Diogo Afonso do Carvalhal. Deve ter-lhe pertencido até 1374, data em que este sai de Portugal e, em 10/09/1377, o monarca doa-a, de juro e herdade, a *Vasco Martins de Melo, seu Guarda-Mor*. O mesmo Rei confirmara aos habitantes de Cuba os privilégios de que gozavam, por carta de 20/04/1367, tal como o viriam a fazer D. João I, a 25/02/1391, e D. Afonso V a 04/11/1439.

Na 1.ª metade do séc. XVI, a povoação de Cuba pertenceu ao Infante D. Luís, 4.º filho do segundo casamento de D. Manuel I, que ali mandou construir um palácio (no qual jantou el-rei D. Sebastião em 1573, quando jornadeou por Évora e Beja) do qual resta, unicamente, um portal manuelino, hoje colocado na Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição da Rocha (também conhecida por Ermida de S. Brás), situada no Rossio, em Cuba. As outras pedras daquele Paço terão sido levadas para construir a cadeia de Beja, por ordem do Rei D. Filipe I de Portugal. Possivelmente, este pretendeu destruir um edifício que estava relacionado com D. António, Prior do Crato, o qual era filho do citado Infante D. Luís e duma Violante Gomes, alcunhada de "a Pelicana".

No site da Internet "peru.rotasturisticas.com/visitV.php?id=17733...Cuba", indica-se que a Igreja de Nª Sraª da Conceição da Rocha (ou Ermida de S. Brás) tem um "belo portal manuelino, arco trilobado, ornamentado a romãs em baixo relevo, que ilumina a fachada do templo".

Em 1536 as dízimas do pão e miunças do limite da Cuba eram repartidas entre as igrejas de Santa Maria, Salvador e Santiago (de Beja).

É de referir que o Engº Carlos Calado, no site atrás referenciado, escreveu: "Desde 1377, que a família (Martins de Melo) detinha os direitos sobre a aldeia de Cuba, atribuída pelo rei D. Fernando I. Os senhores da Castanheira eram os poderosos de Cuba". De facto, o atrás citado Vasco Martins de Melo, era o Senhor de Povos, Cheleiros, de Castanheira e de Cuba.

No entanto, há informações de que o senhorio de localidades próximas de Cuba (como Vila Alva e Vila Ruiva) tinha sido doado, por D. Nuno Álvares Pereira, ao seu neto D. Fernando, 2.º Duque de Bragança, o qual era casado com D. Joana de Castro, que era filha de D. João de Castro, Senhor de Cadaval, o qual era irmão da citada D. Guiomar de Castro (casada com o 1.º Conde de Atouguia). Portanto, não se sabe se Cuba terá ou não, também, pertencido ao Ducado de Bragança.

Portanto, à data do nascimento de Colon, o senhorio de Cuba poderia já não pertencer aos descendentes de Vasco Martins de Melo (embora esta família pudesse continuar a ter relevância naquela localidade) mas, talvez, aos Braganças.

Este facto talvez esteja na origem da Infanta D. Leonor ter estado a viver no Paço de S. Cristóvão, em Lisboa, onde residia D. Afonso de Bragança, 4.º Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença (que era filho primogénito do 1.º Duque de Bragança), desde que casou por procuração com Frederico III até embarcar para

Itália justificando-se, assim, que D. Afonso de Bragança tenha sido o comandante da frota que conduziu D. Leonor àquele país.

Muito provavelmente, D. Afonso V terá encarregue a família Bragança, após Colon ter nascido, de controlar a vida da Infanta D. Leonor, para que não viesse a acontecer um novo "percalço", resultante dos amores da Infanta com D. João Meneses da Silva.

Para além das relações familiares que atrás apresentámos, entre os Braganças e a família Meneses, podemos, ainda, referir o seguinte:

- a segunda mulher do 1.º Duque de Bragança, D. Catarina de Noronha, uma vez que não teve filhos, adoptou como filho e herdeiro o seu sobrinho D. Pedro de Noronha e Meneses, que foi o 3.º Conde de Vila Real, o 1.º Marquês de Vila Real, e o 7.º Conde de Ourém (o qual foi casado com D. Beatriz de Bragança, filha do 2.º Duque de Bragança e de D. Joana Castro), e que era filho de D. Brites de Meneses, 2.ª Condessa de Vila Real e de D. Fernando de Noronha (2.º Conde de Vila Real pelo seu casamento com a condessa D. Brites), o qual era irmão de D. Constaça de Noronha e de D. Pedro de Noronha, Bispo de Lisboa (que teve vários filhos de duas irmãs de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, e futuro sogro de Colon). A referida D. Brites de Meneses era irmã inteira de D. Leonor de Meneses (que viria a casar com o 3.º Duque de Bragança) e eram ambas meias-irmãs de D. Isabel de Meneses que foi mãe do pai de Colon. Daí o relacionamento estreito entre estas famílias e o apoio que os Braganças deram ao encobrimento do nascimento de Colon, na Cuba, que à época, talvez pertencesse ao seu senhorio. Também é de notar que um primo direito de Colon, D. João da Silva, 2.º Conde de Portalegre, foi casado com D. Maria de Meneses, a qual era filha de D. Filipa Melo e de D. Álvaro de Bragança (irmão do 3.º Duque de Bragança).

Depois desta introdução histórica, vamos apresentar as razões, pelas quais, entendemos que Colon terá nascido em Cuba:

- um irmão inteiro de D. Isabel de Meneses (avó paterna de Colon), D. Duarte de Meneses, era o 3.º Conde de Viana do Alentejo, povoação que fica a cerca de 30 km, a Norte, de Cuba;
- o mesmo D. Duarte de Meneses tinha sido nomeado, em 1438, Alcaide de Beja e, mais tarde, também viria a ser Fronteiro de Beja, localidade situada a cerca de 20 km, a Sul, de Cuba;
- a primeira mulher do citado D. Duarte de Meneses, 2.º Conde de Viana do Alentejo, foi D. Isabel de Melo, a qual era filha de Martim Afonso de Melo, Senhor de Arega e Barbacena e de sua mulher D. Beatriz Pimentel (filha de Juan Afonso Pimentel, 1.º Conde de Benavente e de sua mulher D. Joana Teles de Meneses, meia irmã de D. Leonor Teles que foi mulher do Rei D. Fernando I de Portugal. Curiosamente, segundo alguns nobiliários, este Juan Afonso Pimentel, 1.º Conde de Benavente teria tido um filho bastardo, Martim Gonçalves Pimentel, o qual foi o avô materno de Fernão

de Magalhães, pelo que, aparentemente, se "cruzam" as famílias dos dois navegadores). Por sua vez, o citado Martim Afonso de Melo, Senhor de Arega e Barbacena, era filho de *Vasco Martins de Melo, que havia sido Senhor de Cuba*, pelo que este era avô paterno da citada D. Isabel de Melo, tia-avó de Colon;

- um meio irmão do referido Martim Afonso de Melo, chamado João de Melo, casou segunda vez com uma senhora da família Lobo, dos Senhores de Alvito (povoação situada a cerca de 15 km, a Norte, de Cuba);
- uma das aias da Infanta D. Leonor, D. Violante Lopes de Távora, era casada com Martim Afonso de Sousa, o qual era meia-irmão de D. Briolanja de Sousa, casada com o atrás citado Martim Afonso de Melo, Senhor de Arega e Barbacena (em segundo casamento deste), o qual foi pai (do seu primeiro casamento com D. Beatriz Pimentel), da D. Isabel de Melo casada com D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo;
- uma meia-irmã do marido de D. Violante Lopes de Távora, D. Catarina de Sousa, era casada com João Freire de Andrade, 2.º Senhor de Bobadela. Estes foram pais de Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela, que casou com Isabel Coutinho (irmã de Fernão Coutinho, casado com Maria da Cunha, 3.ª Senhora de Basto, em casa de quem ocorreram os amores de D. Afonso V que conduziram ao nascimento de Álvaro Soares da Cunha, filho bastardo do rei, sendo ambos filhos de Gonçalo Vasques Coutinho, 2.º Marechal do Reino, e de sua mulher D. Joana de Albuquerque). Gomes Freire de Andrade e Isabel Coutinho foram, nomeadamente, pais de Nuno Freire de Andrade (n.c. 1440) que casou, pela primeira vez com Helena de Brito (n. c. 1450), filha de Artur de Brito, Alcaide-Mor de Beja (n. c. 1425) e de sua segunda mulher D. Catarina de Almada. Embora, à data do nascimento de Colon, ainda não houvesse uma relação matrimonial entre as famílias Freire de Andrade e Brito (dos Alcaides de Beja), já deveriam existir relações de proximidade familiar. É de notar que a citada Isabel Coutinho, mulher de Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela, era também irmã de D. Luís Coutinho, Bispo de Coimbra, o qual, como atrás dissémos, também seguiu na frota que conduziu a Infanta D. Leonor até Itália.

Face a este conjunto de razões, parece fácil descortinar o que terá acontecido: perante a gravidez da Infanta, D. Violante Lopes de Távora, para além de ter alertado as famílias dos futuros pais de Colon, terá também informado o marido o qual, por sua vez, terá mobilizado a família das suas meias-irmãs: uma delas madrasta da mulher de D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo e, a outra, casada com João Freire de Andrade, 2.º Senhor de Bobadela. Isto também explicará a razão pela qual o filho deste João Freire de Andrade, o citado *Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela, seguiu viagem com a Infanta até Itália e, eventualmente, mesmo até à Alemanha*, conforme indicado no título "Andrades Freires", § 2, N 5, de (Felgueiras Gayo, 1989, [48]).

O atrás referido João Freire de Andrade, 2.º Senhor de Bobadela (n. c. 1385), morreu num acidente em Évora, caindo ele e o seu cavalo, num poço, que se passou a chamar "poço de João Freire", e foi Capitão de Batalha, muito amigo de D. João I, esteve na tomada de Ceuta e foi Monteiro-Mor do Reino, tendo instituído a Capela dos Túmulos, também chamada Capela dos Freires, no Mosteiro de São Francisco de Beja, ali instituindo o seu panteão familiar (conforme vem referido no Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Beja, Volume I, pág. 160), de onde se vê que era uma pessoa bastante importante e que, consequentemente, teve uma ligação a Beja, onde terá nascido o seu filho Gomes Freire de Andrade.

Fig. 25 – Estátua de Cristóvão Colon, na Cuba *(Foto de autoria do Engº José Mattos e Silva)*

Portanto, parece óbvio que, face a todo este relacionamento das pessoas que giravam à volta da Infanta e de D. João Meneses da Silva, com o Alentejo, numa área entre Beja e Viana do Alentejo, *a vila de Cuba, ficando entre aquelas duas localidades, parecia adequada a ser o local escolhido para a Infanta dar à luz.*

Como vimos, um dos personagens importantes nesta fase de gestão do problema relacionado com o nascimento de Colon, é *D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo*. De acordo com (Baquero Moreno 1980, [39]), ele terá nascido por 1414, sendo filho natural de D. Pedro de Meneses, primeiro capitão da praça de Ceuta, que foi 1.º Conde de Vila Real, e de Isabel Domingues, mulher solteira quando do seu nascimento. Foi o terceiro Conde de Viana do Alentejo. D. João I legitimou-o em 15 de Março de 1424.

Foi criado em casa de João Álvares Pereira onde esteve até ao termo do segundo cerco feito pelos mouros a Ceuta, indo depois viver para junto de seu pai, D. Pedro de Meneses o qual, tendo-se ausentado para o reino em 1423, confiou pela primeira vez a capitania da praça de Ceuta a seu filho que apenas tinha nove anos, ficando D. Rui Gomes da Silva (avô paterno de Colon) encarregado da defesa da mesma. Passados seis anos foi armado cavaleiro, por se ter distinguido num feito de armas. Tendo novamente partido para o reino, em 1432, o Conde D. Pedro de Meneses voltou a confiar ao seu filho a capitania da praça marroquina. Entre os principais acontecimentos em que se notabilizou D. Duarte de Meneses, no período que se estende até ao falecimento de seu pai, em 1437,

cabe realçar o papel, por ele desempenhado no cerco efectuado pelos mouros à praça de Ceuta, e na acção que teve ao conquistar Tetuão, em 1436. Foi na altura em que se encontrava no malogrado cerco de Tânger, que recebeu a notícia do estado grave em que se encontrava o seu progenitor pelo que teve que regressar a Ceuta com autorização do Infante D. Henrique, «ante do cerco do palante», onde chegou a tempo de assistir à morte do pai. Com a nomeação de D. Fernando de Noronha para o cargo de capitão de Ceuta, deixou D. Duarte de Meneses esta cidade, regressando a Portugal em Julho de 1438, onde se avistou com o monarca, o qual mostrou grande arrependimento por não o ter nomeado para o referido ofício. Procurou recompensá-lo nomeando-o seu Alferes-mor e Alcaide de Beja, com todas as suas rendas. Fez-lhe ainda a doação de um casal régio existente em Comedeiras, termo da cidade da Guarda, o qual trazia aforado Antão Guilhém, filho de Guilhém, Inglês.

Falecido o rei D. Duarte, assistiu em 10 de Setembro de 1438, ao auto juramento do jovem rei D. Afonso V, tendo transportado na cerimónia a bandeira real. Seguidamente, encontramo-lo nas cortes de Torres Novas de 1438 onde se estabeleceu que pertencia ao primeiro turno do concelho real, cuja missão era assistir ao regimento do reino. Partidário de D. Leonor, correspondeu ao seu apelo, ao escusar-se participar nas cortes de Lisboa de 1439, em que sabia que a rainha ia ser privada do regimento do reino. Nas mencionadas cortes, o concelho de Ribacoa apresentou uma queixa contra os abusos praticados pelos seus alcaides nas vilas e aldeias da referida região.

Não tardou muito a reconciliar-se com o Infante D. Pedro. Este confirmou-lhe a posse da alcaidaria de Beja, com todos os seus direitos, e ainda o paço e a coutada situada no termo da vila, em condições análogas às que tivera seu pai, o Conde D. Pedro de Meneses. Confiou-lhe, a seguir a uma reunião que teve na Covilhã, com os Infantes D. Henrique e D. João, em fins de Julho de 1441, o comando duma expedição ao mestre de Alcântara, de que resultou a destruição de Zalamea, que se havia aliado a D. Henrique de Aragão contra o mestre. No ano em curso os concelhos da Guarda e de Viseu formularam queixas contra ele, nas cortes de Torres Vedras, por ter muitos acostados que se eximiam aos serviços concelhios das mencionadas localidades. Entretanto, a perigosa ameaça duma invasão castelhana, levou o regente a nomeá-lo Fronteiro da vila de Beja. Participou D. Duarte de Meneses numa segunda expedição enviada a Andaluzia, em Fevereiro de 1444, em auxílio à cidade de Sevilha, cercada pelo Infante D. Henrique de Aragão. Teria então solicitado ao rei de Castela que o colocasse na fronteira de Granada para combater os mouros recebendo, em troca, alguns benefícios e passando a pertencer ao concelho desse rei.

Poucos meses deve ter permanecido em Castela. O Regente D. Pedro nomeou-o Alferes-mor do reino, em 6 de Agosto de 1444, cargo que já anteriormente desempenhara com o Rei D. Duarte. Investido nas referidas funções, participou na expedição de socorro a Castela efectuada, em Maio de 1445, sob a direcção do Condestável D. Pedro. A título de indemnização pelos gastos suportados numa

das suas idas a Castela, o regente concedeu-lhe 4.000 reais brancos provenientes do rendimento dos bens móveis e de raiz confiscados a Álvaro Esteves, morador no Rosmaninho, que era «deuedor da rrenda dos nossos portos de Trallosmontes de que fora rrendeiro o ano passado de 111j e quoremta». Nas últimas cortes celebradas pela regência em Évora, no ano de 1447, foram apresentadas queixas contra este fidalgo, que se apoderava indevidamente de terras e herdades pertencentes a lavradores que as tinham herdado de seus pais.

Após o afastamento do Infante D. Pedro da regência do reino, continuou D. Duarte de Meneses ligado ao rei. Em Maio de 1449 surge nomeado Fronteiro do Castelo de Pombal, com o objectivo de suster qualquer tentativa do Duque de Coimbra para levar a guerra ao reino. Logo a seguir deparamos com a sua presença em Alfarrobeira, onde combateu ao lado do soberano. Tendo o mesmo, em atenção os altos serviços por ele prestados à coroa, determinado que, por seu falecimento, seu filho primogénito herdasse todos os castelos e terras que ele trazia, bem assim como o ofício de Alferes-mor com o seu respectivo ordenado. No caso de morrer, sendo seu filho menor, deveria o cargo ser desempenhado por um seu parente. Também lhe foram concedidos poderes para usar da jurisdição da terra de Ferreira de Aves «que ora tem», e dos lugares que a ela pertencem tal como a usaram e tiveram os seus anteriores possuidores Rui Vasques Coutinho e João Rodrigues Coutinho. Passou igualmente a usufruir a tença anual de 15.000 reais brancos pagos na Alfândega de Lisboa ou em qualquer outro sítio. Foi-lhe ainda confirmada a tença anual de 60.000 reais brancos, obtida do «assentamento» do Infante D. Henrique, por dívida contraída por este príncipe, a qual vinha sendo paga desde 1440.

Por determinação régia de, 04/06/1451, deixou de desempenhar as funções de Alcaide do Castelo de Vilar Maior, cargo em que foi substituído por Rui de Melo, fidalgo da casa do rei.

D. Duarte de Meneses esteve presente no baptizado do príncipe D. João, efectuado em 28/05/1455, na Sé de Lisboa, sendo ele quem transportou o «argomyll» e o «bacyo» utilizados nesta cerimónia. No mês seguinte, no dia 25 participou, na capital, no auto de juramento do príncipe herdeiro.

Acompanhou o rei na tomada de Alcacer-Ceguer, efectuada a 23/10/1458. Tomada tal vila, D. Duarte de Meneses foi nomeado seu Capitão e Governador. No mês seguinte ao da sua conquista a vila foi cercada pelo rei de Fez, voltando a ser assediada dez meses após o primeiro cerco, no qual D. Duarte foi ferido no rosto. A sua acção foi notabilíssima, tendo por diversas vezes saído de Alcácer para combater os mouros que a ameaçavam. Entretanto, no espaço de tempo compreendido entre os dois cercos, o monarca doou-lhe as lezírias e barrocas de Redinha, situadas no almoxarifado de Santarém, que pertenciam ao Infante D. Fernando, o qual obtinha por troca, a seu requerimento, a Alcaidaria de Beja que se encontrava em poder do governador de Alcácer. A efectivação da outorga processava-se a partir de 1459, sendo as lezírias e barrocas transmissíveis a seu filho varão primogénito. Após o levantamento do segundo cerco de Alcácer, em

fins de Agosto de 1459, D. Duarte de Meneses participou em alguns feitos em terras de mouros, distinguindo-se particularmente no ataque a Anexamez, em Novembro desse ano.

Em Abril de 1460, obteve autorização do rei para entregar a capitania de Alcácer a seu sobrinho Afonso Teles, a fim de se poder deslocar a Lisboa. Na capital do reino esteve com o monarca, que o recebeu «commuyta honrra», tendo-se deslocado com ele para a vila de Santarém «onde com solene arenga de seus serviços e merecimentos» foi elevado a Conde de Viana e Caminha, por carta régia de 6 de Julho do mesmo ano. A par do título, o rei concedia-lhe o senhorio e jurisdição e alcaidaria da vila de Caminha, apenas com excepção da correição e alçadas. Obtinha ainda o padroado das igrejas, a dízima do pescado da mencionada vila e seu termo, o serviço real e novo dos judeus, etc., cabendo-lhe também a atribuição de nomear os juízes, oficiais e tabeliães da citada localidade.

Regressando de novo a África, em 1461, encontramo-lo em diversos cometimentos. Por três vezes, nesse ano, realizou surtidas a Tânger. A primeira, no mês de Abril, na companhia de D. Fernando, Marquês de Vila Viçosa (futuro 3.ºº Duque de Bragança): a segunda, no mês de Maio, também juntamente com D. Fernando e, a terceira, no mês de Julho, quando aquele fidalgo já tinha partido para o reino onde fora nomeado Conde de Guimarães. Antes de findar o referido ano foi recompensado, pelos seus grandes feitos, com a isenção de pagamento das dízimas das coisas oriundas de fora e de dentro do reino, e ainda com a absolvição das taxas de portagem, passagem e costumagem.

Em Agosto de 1462 apoderou-se da vila de Gibraltar, que pertencia ao reino de Granada. No mesmo ano, tomou parte em várias incursões por terras marroquinas, tendo recebido, por mar, no mês de Novembro do ano seguinte, a D. Afonso V, que se dirigia a África com o objectivo de se apoderar de Tânger. A empresa resultou num desastre, devido em parte ao facto de D. Duarte de Meneses ter sido afastado da direcção da mesma, vítima da rivalidade que vinha mantendo com o seu sobrinho, D. Pedro de Noronha e Meneses, 1.º Marquês de Vila Real (o tal que esteve presente no encontro de Colon, com a Rainha de Portugal, em 1493, no Convento de Santo António da Castanheira) a quem o soberano concedia o máximo crédito. Segundo Rui de Pina, o rei ao dar-se conta da funesta situação teria dito a vários fidalgos «nom me leixastes crer ao Conde D. Duarte, por ventura se o fyzera esta vinda se empregara mylhor». Voltou a tentar-se o assalto a Tânger, agora por iniciativa do infante D. Fernando o qual, apesar da opinião em contrário de D. Duarte de Meneses e doutros fidalgos, o fez sem autorização do rei, em Janeiro de 1464, do que resultou mais um fracasso. Uma terceira tentativa do Infante de escalar Tânger, no dia 19 de Janeiro, teve resultado idêntico. Sentindo-se o rei desgostoso com tal série de insucessos, resolveu organizar uma expedição punitiva a terra de mouros, na qual foi acompanhado por D. Duarte de Meneses. Ao embrenhar-se o monarca, imprudentemente, através da Serra de Benacofú, achou aí este fidalgo a sua morte.

Damião de Gois afirma que D. Duarte de Meneses faleceu em 20/01/1464.

No entanto, conforme demonstrou Braamcamp Freire, a sua morte deve situar-se nos princípios de Fevereiro, tratando-se dum lapso do cronista.

Casou-se, em primeiras núpcias, com D. Isabel de Melo que estava viúva de João Rodrigues Coutinho, filha de Martim Afonso de Melo, Guarda-mor do rei D. João I e Alcaide-mor de Évora. O consórcio foi celebrado em Avis, a 05/06/1438, obtendo confirmação régia em 21/05/1439. Do casamento, nasceu D. Maria, que foi mulher de D. João de Castro, 2.º Conde de Monsanto. Por morte de sua mulher, tornou a casar com D. Isabel de Castro, filha de D. Fernando de Castro, Governador da casa do Infante D. Henrique. Este matrimónio foi confirmado por carta régia a 28/07/1442. Dele houve D. Duarte de Meneses os seguintes filhos: D. Henrique de Meneses, Conde de Loulé e primeiro Capitão de Arzila; D. Garcia de Meneses, Bispo de Évora; D. Fernando Narizes; D. João de Meneses, Conde de Tarouca (o que participou no "acidente" que vitimou o príncipe herdeiro D. Afonso, filho de D. João II) e Mordomo-mor dos reis D. João II e D. Manuel; e D. Leonor, freira em Aveiro.

Sendo solteiro, D. Duarte de Meneses teve um filho de uma mulher também solteira, D. Beatriz Dias, de nome, D. Pedro Galo, o qual foi legitimado por carta régia em 20/12/1462.

Também é de realçar que a primeira mulher de D. Duarte de Meneses, a citada D. Isabel de Melo, era irmã inteira de D. Martim Afonso de Melo, Alcaide-mor de Olivença, o qual casou com D. Margarida de Vilhena, que era neta materna de Henrique Manoel de Vilhena, Conde de Seia (que foi bisavô do Cardeal Fonseca, que ajudou Fernão de Magalhães na preparação da sua expedição) e meia-irmã de D. Maria da Cunha, 3.ª Senhora de Basto (casada com Fernão Coutinho, em cuja casa terão ocorrido os amores de D. Afonso V que conduziram ao nascimento do seu filho bastardo, Álvaro Soares da Cunha). D. Martim Afonso de Melo, Alcaide-mor de Olivença, e D. Margarida de Vilhena foram pais, nomeadamente, de D. Rodrigo Afonso de Melo, 1.º Conde de Olivença (casado com D. Isabel de Meneses, filha de Aires Gomes da Siva, 3.º Senhor de Vagos, e de D. Beatriz de Meneses) e de D. Branca de Vilhena, casada com D. Rui de Sousa, o célebre embaixador de D. João II junto dos Reis Católicos, para as capitulações do célebre Tratado de Tordesilhas, em 1494, além de chefe da expedição missionária ao Congo, em 1490. D. Rui de Sousa era neto paterno dos atrás citados Martim Afonso de Sousa, 2.º Senhor de Mortágua e de Aldonça Rodrigues de Sá, Abadessa de Rio Tinto a qual era meia-irmã de João Rodrigues de Sá, o das Galés. Ou seja, o referido D. Rui de Sousa era bisneto de Rodrigo Anes de Sá o qual fora casado, nomeadamente, com Cecília Colonna, pelo que o referido Rui era bisneto, por afinidade, da citada Cecília. Terá sido por esta razão (o parentesco com os Colonnas) que D. Rui de Sousa terá sido escolhido por D. João II para esta missão? É muito provável que sim.

É ainda de referir que Rodrigo de Melo, 1.º Conde de Olivença, era também irmão de D. Madalena de Vilhena, casada pela primeira vez com Rui Lobo, Senhor de Alvito (localidade situada perto de Cuba), o qual era "Sousa" pela mãe;

e casada, pela segunda vez, com João Rodrigues de Sá, Alcaide-Mor do Porto, o qual era neto do João Rodrigues de Sá, o das Galés, e bisneto de Cecília Colonna.

Também é de realçar que uma filha de D. Rodrigo Afonso de Melo, 1.º Conde de Olivença, e de sua mulher D. Isabel de Meneses, foi D. Filipa de Melo, a qual viria a casar com D. Álvaro de Bragança o qual, como primeiro Presidente da Casa da Contratação, em Sevilha, foi o grande promotor da primeira viagem de Colon às Américas.

Este D. Álvaro de Portugal era filho do 2.º Duque de Bragança, D. Fernando, e de sua mulher D. Joana de Castro, a qual era sobrinha de D. Guiomar de Castro que foi casada com D. Álvaro de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, casal que acompanhou a infanta D. Leonor na sua viagem até Itália. Curiosamente, um dos filhos de D. Álvaro, Jorge Alberto de Portugal y Melo, 1.º Conde de Gelves, viria a casar com D. Isabel Colon de Toledo, neta de Cristóvão Colon, por ser filha do seu filho primogénito Diego Colon, 1.º Duque de Veragua, o qual viria a casar com Maria de Toledo y Rojas, neta paterna do 1.º Duque de Alba. Uma filha de D. Álvaro, D. Beatriz de Vilhena, viria a casar com o filho bastardo de D. João II, D. Jorge de Lencastre. Outra filha, D. Maria de Meneses, viria a casar com D. João da Silva, 2.º Conde de Portalegre, o qual era primo direito de Colon.

A primeira mulher de D. Duarte de Meneses, D. Isabel de Melo, era meia-irmã de Diogo de Melo, Alcaide-mor de Serpa, casado com D. Maria da Silva a qual era filha de Pedro Gonçalves Malafaia e de Isabel Gomes da Silva, sendo que a referida D. Maria da Silva era irmã de D. Brites da Silva (que foi casada com D. Lopo de Almeida, 1.º Conde de Abrantes, o qual fez o relato circunstanciado da viagem da Infanta D. Leonor para Itália). É ainda de referir que a citada D. Maria da Silva viria a casar, segunda vez, com António de Ataíde, Senhor de Penacova (cujo o túmulo se encontra no Convento de Santo António da Castanheira), tendo sido pais, nomeadamente, de Margarida da Silveira (que casou com Diogo Moniz, Alcaide-mor de Silves) e de Catarina Ataíde (casada com o ilustre navegador D. Vasco da Gama, 2.º Vice-Rei da Índia). O referido Diogo Moniz, Alcaide-mor de Silves, era sobrinho de Isabel Moniz (mãe da Filipa Moniz, que viria a casar com Colon), por ser filho dum irmão daquela, Henrique Moniz, Alcaide-mor de Silves.

O Diogo de Melo, Alcaide-mor de Serpa foi pai de Isabel de Melo, casada com Lopo Vaz Castelo Branco, os quais foram pais de Nuno Vaz Castelo Branco, 10.º Almirante-mor de Portugal.

Verifica-se, pois que, à volta da família paterna de Colon, "gravitam" pessoas que têm interligações familiares. Essas ligações estendem-se até ao periodo da expedição de Fernão de Magalhães (não esquecer que o sogro deste, Diogo Barbosa, era um "homem de mão" do atrás citado D. Álvaro de Portugal).

3.5.4 – O ano de nascimento de Colon: 1450

Pensamos que esse nascimento tenha ocorrido por 1450, não só pelas razões que já anteriormente referimos, mas também pelo facto de ter havido o seguinte documento da Chancelaria de D. Manuel I: "Ao concelho de Cuba, confirmação de uma carta de D. João II, dada em Santarém, aos 23 de Junho de 1487, na qual confirmava outra de D. Afonso V, passada em Évora, aos 28 de Novembro de 1449, na qual se não consentia aos fidalgos e grandes que aí fossem, pousar, não levando alvará del-rei, e não estando aí mais de 3 dias".

Em (Salvado Borges 1999, [61]) diz-se que, no tempo do Rei D. Afonso V, grandes fidalgos da região de Cuba, como Gomes Freire de Andrade, Mendo Afonso e Martim Mendes, que iam caçar para o Mato do Seixal (Cuba), costumavam permanecer na aldeia por largas temporadas, comendo, usando e estragando as roupas dos pobres aldeões que tomavam a seu serviço como criados. Estes queixaram-se de tais abusos ao Rei, que proibiu a permanência de fidalgos na aldeia por mais de três dias, em carta dada em Évora a 28/11/1449, e depois confirmada por D. João II em Santarém a 23/6/1487, e por D. Manuel I, em Évora, em 16/8/1497.

A leitura do texto original do documento emitido na época de D. Manuel I, efectuada pela Dra. Margarida Ortigão Ramos Leme, a quem muito agradecemos, é a seguinte:

"Ao Concelho da Cuba, termo de Beja, carta para os juízes da dita aldeia que não consintam aos fidalgos e grandes que aí forem pousar não levando alvará del rei que estejam aí mais de três dias. D. Manuel ..., a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte do Concelho da Cuba nos foi apresentada uma carta del rei D. João que tal é: D. João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e d'além mar em África senhor da Guiné a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte dos moradores da aldeia da Cuba termo da vila de Beja nos foi apresentada uma carta del rei meu senhor e padre que Deus tem selada do seu selo pendente da qual o teor tal é como se segue: D. Afonso por graça de Deus rei de Portugal e do Algarve senhor de Ceuta, a todos os corregedores juízes e justiças dos nossos reinos a que esta carta for mostrada saúda. Sabede que os lavradores e moradores e homens bons da aldeia da Cuba termo da vila de Beja nos enviaram dizer que lhes é feito mui grande agravo e dano destruição e perda de seus bens por os fidalgos e grandes homens da dita vila de Beja, assim por Gomes Freire e Mendo Afonso e Martim Mendes e por outros poderosos que aí têm suas casas na dita vila ou mais longo a duas e três léguas os quais se vêm lançar em suas casas e lhes tomam suas roupas e as têm e lhas estragam e rompem e os tomam de seus serviços por espaço de cinco seis e sete meses e mais lançando-os de suas casas fora no que diziam que lhe era feito grande agravo e sem razão e que nos pediam por mercê que a elo lhe houvéssemos algum remédio com direito e lhes déssemos nossa carta por que lhes não fossem tomadas tais pousadas. E visto por nós seu dizer e pedir temos por bem e

mandamos aos juízes da dita aldeia que quando algum dos sobreditos ou semelhantes comarcãos aí vierem pousar e não trouxerem alvará ou carta nossa ou de quem nosso poder tiver para aí pousarem. E querendo aí estar passante de três dias que lhes requeiram os ditos juízes que saiam em paz e lhes desocupem suas casas e o seu e não o querendo fazer não lhes consintam que aí mais dos ditos três dias estejam. E porém mandamos que assim o façais cumprir e guardar isto que assim por nós é mandado e al não façais. Dante em a cidade de Évora a 28 dias do mês de Novembro, el rei o mandou por o doutor Rui Gomes de Alvarenga e por o doutor Pero Lobato seus vassalos e do seu Desembargo e Fernando Afonso a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1449. E pedindo-nos os ditos lavradores e moradores da dita aldeia da Cuba por mercê que lhes confirmássemos a dita carta e nós visto seu dizer e pedir e querendo-lhes fazer graça e mercê temos por bem e confirmamos-lha assim e tão compridamente como em ela se contém. E porém mandamos a todos os nossos corregedores ouvidores juízes e justiças oficiais e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer e esta nossa carta for mostrada que lha cumpram e guardem e façam mui inteiramente cumprir e guardar sem outra dúvida nem embargo que sobre ela ponham em maneira alguma que seja porque assim é nossa mercê. Dada em a nossa vila de Santarém a 24 dias do mês de Junho, el rei o mandou pelo doutor Fernão Rodrigues do seu Conselho e deão de Coimbra e Rui Boto ambos seus desembargadores do Paço, Rui Dias por Fernão Gonçalves a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1487. E pedindo-nos o dito Concelho da Cuba que lhe confirmássemos a dita carta e nós visto seu requerimento e querendo-lhe fazer graça e mercê temos por bem e lha confirmamos assim e pela guisa e maneira que se em ela contém. E assim mandamos que se cumpra inteiramente. Dada em a nossa cidade de Évora aos 6 dias do mês de Agosto, Vicente Pires a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1497 anos". (ANTT – Leitura Nova, Odiana).

Pensamos que estas afirmações são, no mínimo, intrigantes. Então os fidalgos usavam as roupas dos aldeões? Não tinham os fidalgos melhores roupas do que estes?

Sabe-se que havia várias queixas de aldeões de diversas localidades, contra o comportamento de certos fidalgos. Contudo, regra geral, D. Afonso V não atendia essas reclamações, defendendo sempre os privilégios dos fidalgos.

Aliás, em (Costa Lobo 1984: 145, [62]), diz-se: "atento o carácter perdulário e imprevidente do monarca, e a sua obsequiosidade para com a nobreza...".

Também não é vulgar uma disposição deste rei no sentido de obrigar a que só com alvará do monarca algum fidalgo pudesse deslocar-se a Cuba, não podendo (no caso de ter autorização régia) lá permanecer por mais de três dias.

Pensamos que todos estas restrições, por parte de D. Afonso V, ao limitar o acesso a Cuba, estariam relacionadas com o facto de ali se encontrar a sua irmã, a Infanta D. Leonor, preparando-se para dar à luz o seu filho Colon.

Portanto, sendo o decreto régio datado de Novembro de 1449, pensamos que Colon terá nascido depois dessa data, muito presumivelmente já no ano de 1450.

Também não deixa de ser curioso que a determinação de D. Afonso V tivesse sido repetida, sucessivamente, por D. João II e D. Manuel I. Pensamos que o que se pretendia era evitar que saissem para fora de Cuba, informações sobre o facto da Infanta D. Leonor ali ter dado nascimento a Colon. Era importante que as pessoas que, em Cuba, tinham tido conhecimento desse nascimento, não pudessem contar o que sabiam a muita gente fora do círculo dos habitantes daquela localidade.

O facto dessa disposição ser repetida pelos reis D. João II e D. Manuel I, parece revelar que havia interesse em deixar que as pessoas que sabiam do dito facto fossem sucessivamente morrendo, para que fosse diminuindo o risco do Sacro Império Romano-Germânico vir a conhecer a verdadeira história da Imperatriz D. Leonor.

É ainda de estranhar o facto de D. Afonso V referir o nome de três fidalgos (Gomes Freire de Andrade, Mendo Afonso e Martim Mendes), pois em regra os documentos que referem queixas de aldeões não personalizam os supostos infractores.

Já anteriormente nos referimos a Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela (filho de João Freire de Andrade, 2.º Senhor de Bobadela e de D. Catarina de Sousa), que era irmão de João Freire de Andrade, Senhor de Alcoutim e *Aposentador-Mor* de D. Afonso V, o qual era casado com D. Leonor da Silva que era irmã de D. Maria da Silva (casada com Diogo de Melo, Alcaide-mor de Serpa) e de D. Brites da Silva (casada com D. Lopo de Almeida, 1.º Conde de Abrantes), todas filhas de Pedro Gonçalves Malafaia e de D. Isabel Gomes da Silva.

Do citado João Freire de Andrade (n. c. 1415), Senhor de Alcoutim (em 1465) e *Aposentador-mor* de D. Afonso V (cerca de 1451), e de sua segunda mulher D. Leonor da Silva, foi filha Maria Freire de Andrade, Senhora de Alcoutim, que foi casada com D. Fernando de Meneses, 2.º Marquês de Vila Real, o qual era filho de D. Pedro de Meneses, 1.º Marquês de Vila Real, e de D. Beatriz de Bragança.

É de notar que, de acordo com a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [59], *"*o *Aposentador-mor* era aquele que tinha a seu cargo o alojamento do Rei e das pessoas da sua Côrte, quando em jornada. Era obrigação do Aposentador-mor prevenir o alojamento do Rei nas jornadas e resolver as dúvidas que surgissem sobre a aposentadoria dos Infantes e das outras pessoas da Côrte que formavam a comitiva. Partia com um dia de avanço ao da jornada".

João Freire de Andrade, Senhor de Alcoutim, foi uma das pessoas que tratou dos preparativos para a viagem da Infanta D. Leonor, de Lisboa para Itália, tendo partido para este país antes da Infanta.

Portanto, na comitiva de D. Leonor, que partiu do Reino em 20/11/1451, para além de Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela*,* terá também tomado parte o seu irmão, João Freire de Andrade, na sua qualidade de Aposentador-mor do reino, muito embora este possa ter partido antes, para poder tratar da logística da viagem.

Este João Freire de Andrade casou duas vezes: a primeira vez, em 1/10/1442,

com D. Isabel Coutinho, tendo o casamento sido efectuado em Castela, em Arévalo, junto a Ávila (onde viveu muito tempo a Rainha portuguesa D. Isabel, tia do Rei D. Afonso V de Portugal e da Infanta D. Leonor, por ter sido a segunda mulher do Rei D. João II de Castela, o qual tinha casado, pela primeira vez, com D. Maria de Aragão), sendo que a citada D. Isabel Coutinho era filha do terceiro casamento de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, com D. Brites Coutinho, pelo que a referida D. Isabel Coutinho era tia direita do pai de Colon; a segunda vez casou, como atrás indicámos, com D. Leonor da Silva, filha de Pedro Gonçalves Malafaia e de D. Isabel Gomes da Silva (esta era filha do 2.º Senhor de Vagos). Esta D. Leonor da Silva era irmã de D. Brites da Silva, mulher de D. Lopo de Almeida, 1.º Conde de Abrantes, o qual foi encarregue, por D. Afonso V, de lhe fazer o relato da viagem da Infanta D. Leonor até Itália.

Portanto havia uma relação entre os Freire de Andrade e a família do pai de Colon.

Em (Baquero Moreno 1980, [39]), refere-se a biografia de *Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela*, dizendo-se que foi cavaleiro da casa do rei, que era filho de João Freire de Andrade, 2.º Senhor de Bobadela, e de D. Catarina de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa, senhor de Mortágua. Era irmão de João Freire de Andrade, Aposentador-mor de D. Afonso V.

Assinalamos a sua presença em Beringel, em Junho de 1439, na companhia de sua mãe, onde recebe ordens do Regente D. Pedro para se ausentar por praticar muitos danos nessa localidade. Partidário de D. Leonor, no conflito travado entre a rainha e D. Pedro, acedeu à sua vontade não participando nas cortes convocadas pelo Duque de Coimbra realizadas, em Lisboa, no mês de Dezembro de 1439. Não tardou muito para que se congraçasse com o Regente D. Pedro. Assim, vemo-lo à frente da primeira expedição de auxílio enviada por aquele ao seu amigo, o Condestável D. Álvaro de Luna. Com o afastamento do Infante D. Pedro da regência do reino, permaneceu na corte do rei como fidalgo da sua casa. Em 02/03/1441, recebeu o padroado das Igrejas de Bobadilha, Lagos, Covas e Travanca, situadas na sua terra de Bobadilha.

Combateu em Alfarrobeira, integrado nas hostes reais. Como recompensa dos serviços prestados à coroa, obteve doação do lugar de Ferreira, de par de Terena, incluindo a coutada, com todas as rendas direitos e montados. Conseguiu também a confirmação da doação que lhe fizera El-Rei D. Duarte, em 20/11/1434, do Reguengo de Quintos, situado no termo de Beja, com direito ao foro de duas azenhas aí existentes.

Acompanhou a Imperatriz D. Leonor na sua viagem para Itália, onde esta se ia encontrar com seu marido, o Imperador Frederico III da Alemanha. A frota partiu do Tejo em Novembro de 1451, apenas chegando a Pisa no primeiro dia de Fevereiro do ano seguinte.

De novo em Portugal vamos encontrá-lo no auto de juramento do príncipe herdeiro D. João, celebrado a 25 de Junho de 1455.

Tomou parte activa nas campanhas de África. Em princípios de 1459 parti-

cipa na luta pela libertação da cidade de Alcácer-Ceguer, que fora cercada pelo Rei de Fez, logo após a sua conquista no ano anterior. Menos feliz na terceira tentativa de escalamento de Tânger, dirigida pelo Infante D. Fernando, acabou por morrer, juntamente com outros fidalgos, em Janeiro de 1464.

Casou com D. Isabel Coutinho (filha de Gonçalo Vasques Coutinho, que tinha sido Marechal de D. João I), irmã de Vasco Fernandes Coutinho, Marechal do reino durante os reinados de D. Duarte e D. Afonso V. Existem duas cartas de confirmação deste matrimónio dadas por D. Duarte. A primeira, outorgada em Estremoz a 08/05/1436 e, a segunda, feita em Avis, a 27/03/1438. A última foi confirmada no começo do reinado de D. Afonso V, em 14/03/1439. A citada D. Isabel Coutinho era meia-irmã de D. Filipa Coutinho, que foi a segunda mulher de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, bisavô paterno de Colon.

Gomes Freire de Andrade foi o terceiro senhor de Bobadela, senhorio que foi confirmado, de juro e herdade, a sua viúva D. Isabel Coutinho. De igual modo obteve, sua mulher, a confirmação da posse do Reguengo de Beja, que o falecido marido trazia da coroa. D. Isabel Coutinho ficaria com o usufruto do reguengo enquanto, seu filho Luís Freire, fidalgo da casa do rei, não se casasse. De acordo com o estabelecido no documento régio, era obrigada a dar ao filho a tença anual de 30.000 reais brancos. No caso deste falecer, pertencer-lhe-ia a posse definitiva do mencionado reguengo.

O citado Gomes Freire de Andrade e sua mulher, tiveram diversos filhos:

- Luís Freire de Andrade (n. c. 1450) que casou com D. Mécia da Cunha (de Sá), neta paterna de João Rodrigues de Sá, o das Galés;
- Nuno Freire de Andrade (n. c. 1440) que casou, pela primeira vez, com Helena de Brito (n. c. 1450), irmã de seu cunhado, seguidamente citado, Estêvão de Brito, e filha de Artur de Brito, Alcaide-mor de Beja (n. c. 1425) e de sua segunda mulher D. Catarina de Almada. Este Artur de Brito era filho de Estêvão de Brito, Alcaide-mor de Beja, o qual era irmão de João Afonso de Brito, Senhor do Morgado de Santo Estêvão de Beja, casado com Violante Nogueira (dos Nogueiras de Lisboa). O dito Nuno Freire de Andrade casou, segunda vez, com D. Isabel de Almeida (n. c. 1450), sobrinha paterna de D. Lopo de Almeida, 1.º Conde de Abrantes;
- João Freire de Andrade, 4.º Senhor de Bobadela, (n. c. 1460), que casou com D. Maria da Silva (n. c. 1465), filha de D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, 1.º Conde de Penela, e de D. Isabel da Silva (filha de D. Lopo de Almeida, 1.º Conde de Abrantes);
- D. Maria Coutinho (n. c. 1450) casou com D. Martinho de Meneses (n. c. 1420), que era filho de D. Fernando de Meneses (n. c. 1400), 3.º Senhor de Cantanhede e Mordomo-mor da Rainha D. Isabel (mulher de D. Afonso V), e de sua mulher D. Brites Freire de Andrade. Esta D. Brites Freire de Andrade era filha de Rui Freire de Andrade, Senhor de Arruda e Comendador de Palmela, e de sua mulher Maria Fernandes de Meira, pelo que a D. Maria Coutinho e o seu marido D. Martinho de Meneses

eram primos, sendo ele de uma geração acima da da sua mulher;
- D. Joana Freire de Andrade (n. c. 1450) casou com Estêvão de Brito, Alcaide-Mor de Beja (n. c. 1450), (irmão de sua cunhada Helena de Brito), filho do dito Artur de Brito, Alcaide-Mor de Beja, e de sua segunda mulher D. Catarina de Almada.

Pensamos que os elementos da família Brito que estiveram ligados à alcaidaria de Beja, terão ocupado esse cargo depois de D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Viana do Alentejo, o qual deveria ser o titular do cargo de Alcaide-mor de Beja à data do nascimento de Colon, ou teria deixado o cargo há muito pouco tempo.

Não deixa de ser curioso que, como atrás referimos, o citado Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela, tenha acompanhado a Infanta D. Leonor até à Alemanha. Então se ele era um homem que, supostamente, se apropriava e estragava a roupa de aldeões, que confiança mereceria a D. Afonso V para ser um acompanhante da irmã deste, até ao estrangeiro? Só se pode explicar esta situação se aceitarmos que Gomes Freire de Andrade era um dos três fidalgos que D. Afonso V autorizava que permanecessem em Cuba, no séquito da Infanta.

Aliás, possivelmente D. Afonso V elencou-o na lista dos três fidalgos "incómodos" para os aldeões de Cuba, por o referido Gomes Freire de Andrade já ter tido "cadastro" em Beringel, como atrás se referiu.

O citado Mendo Afonso é um neto (e não filho como, erradamente, alguns nobiliários referem) de D. Lopo Dias de Sousa, Alcaide de Chaves e de sua mulher Brites Afonso de Sousa. Por sua vez, D. Lopo Dias de Sousa, Alcaide de Chaves, era filho de D. Diogo Afonso de Sousa, Senhor de Mafra e Ericeira, e de sua mulher D. Violante Lopes Pacheco (irmã de D. Diogo Lopes Pacheco, 8.º Senhor de Ferreira das Aves e um dos assassinos de D. Inês de Castro e o único que, fugindo para Espanha e, daí para França, conseguiu escapar à vingança de D. Pedro I, Rei de Portugal). Uma forma de demonstrar a idade provável de Mendo Afonso é descer na sua descendência até ao primeiro descendente com data certa de nascimento/baptizado. Neste caso, o primeiro descendente de que se conhece tal data é José Luis Rangel Perestrelo de Quadros que terá nascido (ou sido baptizado, embora na época os baptizados eram realizados muito pouco tempo depois do nascimento, dada a grande mortalidade infantil) em 31/05/1737 e que é 10.º neto de Mendo Afonso, o que origina que, entre eles, haja onze gerações de diferença, do que resulta que Mendo Afonso terá nascido por 1737 – 11 x 30 = 1407, ou seja, cerca de 1400, pelo que teria cerca de 49 anos de idade quando o referido decreto de D. Afonso V foi publicado. Outra forma de fazer a contagem é a partir de D. Violante Lopes Pacheco que terá nascido cerca de 1310 e que era bisavó de Mendo Afonso, pelo que entre eles existem três gerações de permeio, donde: 1310 + 3 x 30 = 1400.

O referido Mendo Afonso aparece referido em (Felgueiras Gayo, 1989, [48]), no título de "Pachecos", no § 35.

Ainda em (Felgueiras Gayo, 1989, [48]) pode-se ler, sobre o dito Mendo

Afonso: “Foy mtº rico e Fidgº de grande respeito, e grande caçador. Dele nasceo o proverbio de se dizer nas vizinhanças de Alvito e Vianna do Alemtejo: He tão honrado como os caes de Mendo Affonso”.

Também em (Felgueiras Gayo, 1989, [48]) se diz que Mendo Afonso casou com D. Joana de Brito Lobo (embora a sua ascendência não seja referida), sendo provável que esta seja filha (se for dos Lobos, de Alvito) de um Diogo Lopes Lobo e de sua mulher D. Isabel de Sousa, a qual era filha do Grão-Mestre da Ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa. O filho primogénito de Mendo Afonso casou, em Portel, o que demonstra a ligação de Mendo Afonso e da sua família, ao Alentejo.

Dado que este Mendo Afonso é uma pessoa importante, continua a ser curioso aquele documento de D. Afonso V, onde este o trata (e aos restantes nele citados), aparentemente, como uns “devassos”. Portanto, tudo isto só faz sentido se Mendo Afonso fosse um dos fidalgos que D. Afonso V pretendia que estivessem, em Cuba, no círculo próximo da Infanta D. Leonor.

Finalmente o Martim Mendes pode ser o que casou com Brites Mafalda, sendo pais de Mór Mafalda ou Mór Martins, a qual casou com D. João Homem de Sousa sendo pais de D. Garcia Homem de Sousa, o qual foi um dos fidalgos que D. Afonso V enviou para a Madeira para casar com as filhas de João Gonçalves Zarco, sendo que o referido D. Garcia Homem de Sousa viria a casar com Catarina Gonçalves da Câmara. Como João Gonçalves Zarco terá nascido por 1390 (dado ter participado na conquista de Ceuta em 1415), a sua filha Catarina (supostamente a mais nova) terá nascido cerca de 1430. Admitindo idade semelhante para D. Garcia Homem de Sousa, o seu avô Martim Mendes poderia ter nascido por 1380, pelo que poderia ser aquele a que se refere o documento de D. Afonso V.

Uma das provas do nascimento de Colon na vila alentejana de Cuba, é referida pelo Engº Carlos Calado, no atrás citado site, do qual nos cedeu, amavelmente, as respectivas fotografias que, seguidamente, apresentamos, do portal da Ermida de S. Brás. Esse portal será, segundo (Salvado Borges 1999, [61]), um dos vestígios que restam do Paço Ducal construído pelo Infante D. Luís.

É curioso notar que o portal parece ter sido executado em, pelo menos, duas épocas diferentes. Os “tímpanos” superiores à porta, dois deles em forma de quarto de círculo, parecem ser mais antigos do que o friso (de estilo manuelino) que circunda o portal. Em cada um dos dois referidos tímpanos, em forma de quarto de círculo, existem três romãs que representam a simbologia relacionada com a Infanta D. Leonor.

Fig. 26 – Portal da Ermida de S. Brás, vendo-se o pormenor dos conjuntos de três romãs

Pensamos que os Senhores de Cuba, da família de Vasco Martins de Melo, teriam uma casa senhorial naquela localidade, para ali poderem pernoitar. Mais tarde essa casa poderá ter passado para os Braganças, caso estes tenham ficado com o senhorio da vila. Possivelmente, o 1.º Duque de Beja, D. Fernando (irmão da Infanta D. Leonor), quando entrou, em 1453, na posse do Ducado, terá tido contacto (ou mesmo possuido) a referida casa e nela terá mandado executar um portal com os dois conjuntos de três romãs, para perpetuar a estadia, na casa, da sua irmã D. Leonor.

A propósito de D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu (tio de Colon) diz-se, em (Costa Lobo 1984: 442, [62]) que "a maior fortuna que houve em Portugal no século XV, de rendimento superior ao Rei, abstraindo este dos encargos públicos, foi a do Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V". Em (Costa Lobo 1984: 454, [62]) refere-se que "em 1460, faleceu o outro seu tio e pai adoptivo, o Infante D. Henrique: D. Fernando entrou na posse de todas as terras, direitos, possessões e estanques, que aquele disfrutara. Ao mestrado de Santiago juntou agora o da Ordem de Cristo. Não entraram na massa da herança os tratos de Guiné, nem os descobrimentos no continente da África mas recebeu, em senhorio, a Madeira, os Açores e as ilhas de Cabo Verde. Poucos anos logrou estes grandes cabedaes, porque morreu, em 1470, em Setúbal. Foram os seus restos mortais transladados depois, dali, para o Mosteiro da Conceição de Beja, que a sua viúva fundara e dotara de rendimentos perpétuos".

Mais tarde, o infante D. Luís terá ampliado e melhorado a casa e teria complementado, ao estilo manuelino, o referido portal, com o respectivo friso envolvente. Possivelmente este estaria na capela da casa inicial, que terá continuado a ser a capela do Paço de D. Luís.

Quando da demolição do Paço, certamente a capela terá sido preservada, em função do seu carácter de templo religioso, dando origem à actual ermida de S. Brás.

Esta nossa ideia parece fazer sentido até porque o Paço de D. Luís estava situado no Rossio da vila de Cuba, tal como acontece, actualmente, com a Ermida

de S. Brás.

Segundo Joaquim Figueira Mestre, que foi Director da Biblioteca José Saramago, em Beja, o Rei de Portugal, D. João II, atribuiu a Cuba privilégios de concelho, quando esta localidade era ainda um lugar do termo de Beja.

Porquê esta consideração pela Cuba? Seria uma forma de reconhecimento pelos serviços que lhe prestou Salvador Anes da Silva, infiltrado em Castela sob o nome de Cristóvão Colon?

Por tudo o que anteriormente foi referido, é nossa convicção que Colon terá nascido, em 1450, na vila alentejana de Cuba.

3.5.5 – A viagem do pequeno Colon para Itália

Como já referimos, a frota que levaria a Infanta D. Leonor para Itália, partiu do Tejo em 05/11/1451 (há autores que referem a partida a 20/11/1451), sob o comando de D. Afonso de Bragança, 4.º Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença.

Em (Coelho 2002-2003: 57, [53]), em nota de pé de página, refere-se que, na comitiva de D. Leonor seguia, como sua aia, D. Brites de Meneses, 2.ª Condessa de Vila Real (irmã da 3.ª Duquesa de Bragança), a qual era tia do pai de Colon, por ser meia irmã da mãe de D. João Meneses da Silva. Portanto, como aia de D. Leonor, seguiu, segundo a nossa teoria, uma tia-avó de Colon! É de lembrar que, quando em 1493 Colon se foi encontrar com a Rainha D. Leonor (mulher de D. João II), em Vila Franca de Xira, uma das pessoas que assistiu a esse encontro foi D. Pedro de Meneses, 1.º Marquês de Vila Real, filho da citada D. Brites de Meneses e primo direito do pai de Colon! Curiosamente o 1.º Marquês de Vila Real teve uma filha, Joana de Noronha, que casou com um filho bastardo de D. Diogo, 4.º Duque de Viseu.

É curioso notar que um dos embaixadores de Portugal, no séquito da Infanta, era D. Lopo de Almeida, casado com D. Brites da Silva, a qual era parente de D. João Meneses da Silva, pois a referida D. Brites (filha de Pedro Malafaia e de D. Isabel Gomes da Silva) era quarta neta materna de D. Gomes Pais da Silva, enquanto que D. João Meneses da Silva era terceiro neto paterno do citado D. Gomes Pais da Silva, pelo que os referidos D. Brites e D. João, eram primos em quarto grau. É ainda de notar que o referido D. Lopo de Almeida (futuro 1.º Conde de Abrantes) era filho de D. Brites Anes (bisneta de D. Pedro I e de D. Inês de Castro) e de Diogo Fernandes de Almeida, Alcaide-mor de Abrantes, o qual viria a casar, em terceiras núpcias, com D. Teresa Nogueira, a qual era irmã de D. Constança Nogueira, casada com Afonso Furtado Mendonça, pelo que a citada D. Teresa Nogueira era tia de Violante Nogueira, Comendadeira do Convento de Santos e também aia da Infanta D. Leonor. Esta Violante Nogueira foi quem "supervisionou" a vida de Filipa Moniz Perestrelo quando esta esteve a viver no referido convento. A citada D. Teresa Nogueira era, também, tia-avó da

D. Ana Mendonça, a qual foi amante de D. João II e mãe do seu filho bastardo, D. Jorge de Lencastre. É ainda de referir que um filho de D. Lopo de Almeida, D. Francisco de Almeida, 1.º Vice-Rei da Índia, foi casado com D. Brites Pereira, a qual era filha de Aldonça Cabral e de Vasco Martins Moniz, Comendador de Panóias, o qual era irmão de D. Isabel Moniz (casada com Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo), futura sogra de Colon. Portanto, a Filipa Moniz Perestrelo, que viria a ser a mulher legítima de Colon, era prima direita da nora de D. Lopo de Almeida.

Também ia no séquito de D. Leonor um Álvaro de Brito, que deve ser o Álvaro de Brito que casou com D. Isabel de Almeida, meia-irmã de D. Lopo de Almeida. Este Álvaro era filho de João Afonso de Brito, Senhor do Morgado de Santo Estêvão de Beja, e de Violante Nogueira, herdeira do Morgado de São Lourenço, em Lisboa. É de notar que a referida Violante Nogueira era irmã da D. Catarina Nogueira atrás citada, casada com Afonso Furtado de Mendonça, sendo que os ditos Catarina e Afonso foram os pais da outra Violante Nogueira que foi comendadeira de Santos (tendo apoiado, nesse convento, a futura mulher de Colon) a qual era sobrinha dos referidos Violante Nogueira *(Comendadeira-mor de Santos e aia da Infanta D. Leonor)* e de João Afonso de Brito, parentes de Filipa Moniz Perestrelo, futura mulher de Colon.

Se este "Santo Estêvão", de que João Afonso de Brito tinha o senhorio, for o que é hoje a vila de Beringel (cujo orago é Santo Estêvão), deve-se acrescentar que D. Afonso V, encontrando ali um mosteiro muito abandonado, que seria da Ordem de Cister, fez a sua transição para a Coroa, e deu-o logo a seguir (em 1477) a D. Rui de Sousa, Chanceler-Mor e seu Conselheiro, e 1.º Senhor de Beringel (o qual era irmão de D. Pedro de Sousa, Senhor do Prado, e de D. Fernão de Sousa, já anteriormente referidos).

Por sua vez, aquele João Afonso de Brito era irmão de Estêvão de Brito, Alcaide-mor de Beja. Uma bisneta deste, Margarida de Brito, veio a casar com D. Pedro de Sousa, Conde do Prado, o qual veio a ser Alcaide-mor de Beja.

É importante notar que, consultando, na Wikipédia, a biografia da infanta D. Leonor, se diz que ela e suas irmãs estavam a cargo duma Violante Lopes (que pensamos seria a Violante Lopes de Távora) mas, também na Wikipédia, na biografia de Filipa Moniz, diz-se que "a tia das meias-irmãs de Filipa, Violante Nogueira (cunhada de Bartolomeu Perestrelo I, portanto tia de Inês ou Izeu Perestrelo), foi Comendadeira-Mor de Santos e foi tutora das irmãs do Rei D. Afonso V: a infanta D. Catarina, a infanta D. Leonor de Portugal, Sacra Imperatriz Romana, e a infanta D. Joana (futura Rainha de Castela e mãe de Joana, a «Excelente Senhora») e era tia de Ana de Mendonça amante de D. João II"

Neste texto há uma incorrecção pois a Violante Nogueira, que foi aia da Infanta (e que foi casada com João Afonso de Brito), era cunhada do pai da Brites Furtado Mendonça, segunda mulher de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, e não cunhada deste. Essa Violante Nogueira era tia-avó (e não tia) da D. Ana de Mendonça, mãe do filho bastardo de D. João II (D. Jorge

de Lencastre), porque era irmã da Constança Nogueira que casou com Afonso Furtado Mendonça e que foram os pais de Nuno Furtado Mendonça (casado com Leonor da Silva), o qual era o pai da citada D. Ana de Mendonça, amante de D. João II.

As atrás citadas Constança Nogueira e Violante Nogueira (aia da Infanta) eram irmãs de Rui Nogueira, Alcaide-Mor de Lisboa. Curiosamente, uma tia do pai de Colon, D. Aldonça de Meneses, foi casada, em primeiras núpcias, com este Rui Nogueira.

Seguramente, esta relação entre as famílias Brito, Nogueira e Meneses, será mais um argumento a favor do nascimento de Colon na região de Beja, mais concretamente na vila de Cuba.

Isto comprova que a Violante Nogueira, aia da Infanta D. Leonor, quando esta ficou à espera dum filho (o Colon) ter-se-à lembrado de pedir apoio ao cunhado, Estêvão de Brito, Alcaide-Mor de Beja**,** para tentar arranjar um local para que essa gravidez pudesse ser escondida. Possivelmente, do lado da família Meneses da Silva terá acontecido o mesmo e, como D. Duarte de Meneses era Conde de Viana do Alentejo (Cuba fica, sensivelmente, a meio caminho entre Viana do Alentejo e Beja) e este D. Duarte de Meneses foi casado com uma neta dum antigo Senhor de Cuba, terão decidido que este era o local adequado para o nascimento de Colon. É de notar que D. Duarte de Meneses só morreu (na Batalha de Benacafu, Norte de África) em Fevereiro de 1464, pelo que era vivo à data do nascimento de Colon.

Como atrás dissémos, o citado Afonso Furtado Mendonça seria, também, o pai de Brites (ou Catarina) Furtado Mendonça, segunda mulher de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo, pelo que a dita Violante Nogueira (aia da Infanta) era tia da citada segunda mulher deste Bartolomeu Perestrelo.

O atrás citado Pedro Gonçalves Malafaia casou com D. Isabel Gomes da Silva e teve três filhas:

- Brites, casada com o D. Lopo de Almeida (que foi o que escreveu as cartas relatando a viagem de D. Leonor até Itália);
- Leonor, casada com o atrás referido João Freire de Andrade, que foi Aposentador-Mor do Rei D. Afonso V;
- Maria, casada pela primeira vez com Diogo de Melo, Alcaide-mor de Serpa (o qual também foi no séquito da Infanta) e casada, pela segunda vez, com D. Álvaro de Ataíde, Senhor de Penacova, tendo sido mãe, por este segundo casamento, de D. Margarida da Silveira (casada com Diogo Moniz, Alcaide-mor de Silves, primo direito da futura mulher de Colon) e de D. Catarina de Ataíde, mulher do ilustre navegador D. Vasco da Gama, 2.º Vice- Rei da Índia.

Parece evidente, portanto, que algumas das pessoas mais importantes do séquito de D. Leonor, eram das famílias "Meneses" e "Silva". E é também evidente a relação entre a família Silva e parentes de Filipa Moniz Perestrelo, futura

mulher de Colon.

É curioso assinalar que o anteriormente citado D. Fernando de Noronha, 2.º Conde de Vila Real, foi 2.º Governador de Ceuta, onde morreu em 03/06/1445. Pensamos que a sua mulher, D. Brites de Meneses (meia-irmã da avó paterna de Colon), depois de enviuvar, terá sido Comendadeira-mor do Convento de Santos. É de notar que a mãe do 1.º Duque de Bragança (filho bastardo do Rei de Portugal, D. João I) foi Inês Pires, que era Comendadeira de Santos. Parece, pois, que as comendadeiras do Convento de Santos foram muito "desejadas" por alguns monarcas portugueses da Casa de Avis, para nelas fazerem bastardos, como foram os casos de D. João I e de D. João II.

Tanto o referido Pedro Gonçalves Malafaia como o seu irmão Luís Gonçalves Malafaia, foram homens importantes de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, tendo ambos tido o cargo de Vedor-mor destes monarcas e deles sido Embaixadores.

O Luís Gonçalves Malafaia foi um dos embaixadores que D. Afonso V mandou para Itália, para tratar dos assuntos relativos ao casamento da infanta D. Leonor, e também escreveu cartas para D. Afonso V com o relato das negociações. Casou com D. Filipa da Silva de Azevedo (filha de D. Joana Gomes da Silva, a qual era bisneta do anteriormente citado D. Gomes Pais da Silva, pelo que era prima em terceiro grau do pai de Colon) e tiveram, entre outros, uma filha D. Filipa, casada com D. Martinho de Ataíde, 2.º Conde de Atouguia (filho dos já referidos D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e D. Guiomar de Castro) e uma D. Joana, casada com D. Afonso Teles da Silva (o qual era irmão do pai de Colon).

Portanto, à volta deste caso do casamento da infanta, encontramos sempre elementos das famílias Meneses e Silva! Tudo se passa como se D. Afonso V tivesse mandado chamar os elementos mais importantes dessas duas famílias e lhes tivesse dito: já que me arranjaram este problema com o nascimento, inusitado, do pequeno Salvador Anes da Silva, agora ajudem-me a resolver este caso!

O comandante da frota, D. Afonso de Bragança, 4.º Conde de Ourém e 1.º Marquês de Valença, era casado com D. Brites de Sousa, que era irmã de D. Pedro de Sousa, Senhor do Prado (que foi, também, na comitiva de D. Leonor) e que era, também, irmã de D. Fernão de Sousa, que era casado com D. Mécia de Castro, filha dos atrás citados D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, e D. Guiomar de Castro. Esta D. Guiomar de Castro foi mãe de D. Álvaro de Ataíde, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros (casado com D. Leonor de Melo, trineta paterna do atrás citado Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros), o qual foi pai de D. António de Ataíde, 1.º Conde de Castanheira.

Os referidos Brites, Pedro e Fernão de Sousa eram filhos de Martim Afonso de Sousa e de D. Violante Lopes de Távora (nascida cerca de 1390), a qual era a Violante Lopes que é indicada como uma das aias da infanta D. Leonor.

Outro elemento que seguiu na comitiva foi D. Álvaro de Sousa, 19.º Senhor da Casa de Sousa, Mordomo-Mor de D. Afonso V e membro do seu Conselho, o qual era primo do Martim Afonso de Sousa, marido de D. Violante Lopes de Távora.

Em (Baquero Moreno 1980, [39]), refere-se a biografia de *D. Álvaro de Sousa*, que era filho primogénito de D. Diogo Lopes de Sousa, Mordomo-mor de D. Duarte e Alcaide-mor de Arroches e de Elvas. Herdou a casa de seu pai, tendo sido Mordomo-mor de D. Afonso V.

Muito embora faltem documentos probatórios, tudo indica que esteve em Alfarrobeira, no exercício das suas funções, junto do monarca, visto que seu pai já tinha falecido no ano anterior. D. Afonso V confirmou-lhe, em 28/07/1450, a posse das vilas de Miranda, Podentes e dos lugares de Germelo e Folgosinho, com suas rendas e direitos, jurisdição civil e criminal, apenas com ressalva de correição e alçadas. Sucedendo igualmente a seu pai na alcaidaria do castelo de Arroches, onde era representado por Álvaro Rodrigues.

Em 1451 partiu para a Itália, integrado na comitiva chefiada pelo Conde de Ourém, a qual acompanhava D. Leonor, que se tinha consorciado com o Imperador Frederico II da Alemanha.

Antes de ter seguido viagem concedeu-lhe o rei carta de privilégio para todos os seus lavradores, mordomos e apaniguados, que estivessem assiduamente nas suas quintas e herdades.

O rei fez-lhe doação, tendo em atenção os muitos serviços recebidos dele e dos seus antecessores, da jurisdição civil e criminal do lugar da Vela, situado no termo da Guarda «posto que Seia da jurdiçam» desta cidade. Poderia em vida nomear os tabeliães, ficando estabelecido que as apelações viriam directamente dos juízes ao seu ouvidor e destes aos oficiais de justiça real a saber: o crime á casa de Suprição e o cível à casa do Cível. Reservava o soberano para si a correição e as alçadas, ao mesmo tempo que subtraía o lugar da Vela à «jurdiçam e subieiçam da dita nossa cidade da Guarda» elevando-a à categoria de vila. Contra tal concessão insurgiu-se a cidade da Guarda, alegando que, se a jurisdição da Vela lhe fosse tirada, estariam condenados ao despovoamento, pois os bens por eles consumidos vinham em grande parte da referida aldeia. A reclamação levou o soberano a dar sem efeito a outorga da jurisdição da Vela, a qual perdeu a categoria de vila, a Álvaro de Sousa, cujo senhorio era sua pertença.

No desempenho das suas funções de Mordomo-mor da Casa do Rei recebia, nos anos 1462 e 1469, o ordenado mensal de 6.500 reais brancos, o que equivalia à importância anual de 78.000 reais brancos. Já era falecido em 18 de Novembro quando seu filho, D. Diogo Lopes de Sousa, foi empossado Mordomo-mor do rei.

A sua vida sentimental decorreu sempre bastante agitada, tendo chegado a incorrer no crime de bigamia, que lhe valeria a perda do ofício e dos bens, se entretanto não tivesse falecido.

Casou com D. Maria de Castro, filha de D. Fernando de Castro, Governador da casa do Infante D. Henrique, de quem teve os seguintes filhos: Diogo Lopes de Sousa, que lhe sucedeu na sua casa; Lopo de Sousa, comendador da Alcáçova de Santarém; Francisco de Sousa; e D. Guiomar, que casou, em primeira núpcias, com D. Pedro de Melo, senhor de Castanheira e de Povos e, em segundas núpcias, com Gonçalo Vaz de Castelo Branco, Governador de Lisboa.

Falecida a sua primeira mulher, em data impossível de precisar, mas certamente num período que recua a 1455, teve afeição carnal com D. Maria de Meneses, donzela da casa da rainha e filha de D. Rui Gomes da Silva, Alcaide de Campo Maior e Ouguela, pelo que a referida D. Maria de Meneses era irmã inteira do pai de Colon. Não consta que tenha tido algum filho desta ligação episódica, vindo a consorciar-se, entretanto, com D. Isabel da Silva, prima em segundo grau da anterior donzela. Do casamento nasceram dois filhos: Nicolau de Sousa e Tristão de Sousa. É de notar que esta D. Maria de Meneses viria a casar com Gil de Magalhães, 2.º Senhor de Ponte da Barca, *o que é mais uma situação duma dama de elevada estirpe social que não terá casado virgem.*

O citado D. Álvaro de Sousa abandonou D. Isabel da Silva, incorrendo no crime de bigamia, ao casar-se com D. Guiomar de Meneses, irmã de D. Maria de Meneses (e do pai de Colon), com quem anteriormente estivera ligado. O matrimónio era anterior a 09/04/1467, data em que o monarca doava, a D. Guiomar de Meneses (em caso do marido vir a falecer primeiro), as rendas e direitos do lugar de Vale de Flores, no termo de Portalegre, que ele trazia da coroa. Já era falecido D. Álvaro de Sousa quando o rei atribuiu uma tença de 20.000 reais brancos a sua viúva, D. Guiomar de Meneses. Segundo consta, não houve descendência deste enlace matrimonial. Entretanto, D. Isabel da Silva instaurou uma demanda contra o casal, levando o rei a reconhecer como válido o seu casamento com D. Álvaro de Sousa, que assim incorria no crime de bigamia. Quando a sentença de confiscação dos bens foi proferida, em 01/12/1472, contra ele e sua mulher, D. Guiomar de Meneses, já D. Álvaro havia falecido havia um ano, sendo os mesmos doados a D. Diogo Lopes de Sousa, filho primogénito do primeiro matrimónio. Esta situação irregular de D. Guiomar de Meneses, não impediu que ela recebesse metade do lugar de Podentes e umas casas em Santarém, situadas na freguesia de Santo Estevão, que o falecido D. Álvaro de Sousa trouxera da coroa e lhe outorgara com o consentimento dos filhos. O rei voltou a atribuir-lhe a tença anual de 20.000 reais brancos, que tinha sido anulada por carta de 01/ 12/1472.

Outro dos elementos integrantes do séquito de D. Leonor, foi *Afonso de Miranda*. Segundo (Baquero Moreno 1980, [39]), foi cavaleiro da Casa do Rei e Porteiro-mor de D. Afonso V. Era filho primogénito de Martim Afonso de Miranda, Senhor do Morgado de Patameira, e de D. Genebra Pereira, filha de Aires Gonçalves de Figueiredo. Seu avô paterno era o Doutor Martim Afonso, Arcebispo de Braga.

Supomos que participou no conflito de Alfarrobeira integrado nas hostes reais. D. Afonso V fez-lhe doação dos bens pertencentes a Fernando Gil, filho de André Gil, que lutou ao lado do infante D. Pedro na referida batalha. Por carta régia de 28/04/1450, deixou de ser Anadel-mor dos besteiros da câmara, cargo que passou a ser desempenhado por João Pires Rombo, criado do rei.

Juntamente com seu irmão Gomes de Miranda fez parte da comitiva que acompanhou D. Leonor até à Itália, quando a imperatriz se consorciou, em 1451, com Frederico III da Alemanha. Terminada a missão deste fidalgo em Itália, va-

mos encontrá-lo anos depois em Alcácer-Ceguer, onde combateu num dos assédios movidos pelos marroquinos, tendo regressado ao reino em 1459.

D. Afonso V, por carta de 06/07/1464, deu-lhe a terra e corte das Quebradas, no termo de Azambuja, com suas rendas, foros, direitos, etc. Na mesma data, determinou, noutra carta, que lhe deveriam ser descontados 5.000 reais brancos, a partir de 1465, duma tença anual de 10.000 reais brancos, devido à anterior doação que o monarca lhe fizera.

Conforme já notámos, acompanhou o rei nas guerras com Castela. O soberano, tendo em linha de conta os altos serviços por ele prestados, doou-lhe a jurisdição civil e criminal da vila de Selir, com todas as rendas e direitos, ressalvando a correição e as alçadas e a renda da alfândega da mencionada vila. Solicitou ao rei que, por seu falecimento, a corte das Quebradas ficasse para sua mulher D. Violante de Sousa, e por morte de ambos, revertesse para seu filho Fernão de Miranda, no que foi atendido. Deve ter falecido no decurso das referidas guerras, o que levou o monarca a doar a D. Violante de Sousa a tença anual de 10.000 reais brancos, com efectividade a partir de 1476. Na mesma carta, referem-se os brilhantes serviços prestados, à coroa, pelo seu marido.

Afonso de Miranda casou com D. Violante de Sousa, filha de Diogo Gomes de Sousa. Sua mulher foi donzela em casa do Infante D. Pedro, tendo sido o casamento confirmado em 11/07/1443. Tiveram a Fernão de Miranda e a outros filhos, que morreram jovens. Também tiveram diversas filhas, sendo algumas freiras, e outras duas, D. Isabel e D. Leonor, casaram respectivamente com Gonçalo Borges, Senhor de Carvalhais, e João de Sousa, Senhor e Comendador Perpétuo da vila de Sousa.

Também em (Baquero Moreno 1980, [39]), aparece a biografia de *Gomes de Miranda*, irmão de Afonso de Miranda. Era, também, filho de Martim Afonso de Miranda, Senhor do Morgado da Patameira, e de D. Genebra Pereira. Herdou o morgado do seu pai, porque o irmão mais velho, Afonso de Miranda, morreu em vida daquele.

Sendo muito jovem, acompanhou El-Rei D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira, na qualidade de seu Pagem-mor. O monarca, em sinal de apreço, fez-lhe doação de todos os bens móveis e de raiz de André Gil, morador em Ancas (que incorreu no castigo por ter lutado ao lado do Infante D. Pedro), e dos bens patrimoniais pertencentes a Fernão Alvares da Maia, sendo que este será o suposto pai da Maria Álvares de Sá, mãe de Rui Cotrim, conforme indicado em (Mattos e Silva 2010, [63]).

Seguidamente, *vemo-lo como participante da comitiva chefiada pelo Conde de Ourém, que acompanhou a Itália a imperatriz D. Leonor, irmã de D. Afonso V, a qual se consorciara com o Imperador da Alemanha, Frederico III, no ano de 1451.*

Como resultado da viagem, casou com D. Violante da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, que fora Escrivão da Puridade de El-Rei D. Duarte, que, na qualidade de donzela da casa da Imperatriz D. Leonor, fazia parte da comitiva.

Esta D. Violante da Silveira era irmã de D. Guiomar da Silveira, casada com Vasco Martins de Melo, Alcaide-mor de Évora e de Castelo de Vide, o qual era neto paterno do anteriormente citado Vasco Martins de Melo, Senhor de Castanheira, Povos, Cheleiros e Cuba.

O monarca, tendo em atenção os grandes serviços por ele prestados à coroa, nomeia-o Alcaide-mor do Castelo de Torres Vedras, em condições análogas às que tivera seu pai, Martim Afonso de Miranda, o anterior alcaide. Gomes de Miranda manteve-se na alcaidaria do castelo durante sete anos, tendo renunciado à mesma, a favor de Gomes Soares, fidalgo do conselho do rei e seu Reposteiro-mor.

Em 18/06/1473, foi nomeado Coudel da cidade de Lisboa, por um período de três anos.

Com a subida ao trono de El-Rei D. João II, aparece-nos nomeado membro do júri que julgou e condenou à morte, por unanimidade, o 3.º Duque de Bragança, D. Fernando. No ano seguinte, o monarca designa-o por um período de três anos para o cargo de Coudel da cidade de Lisboa e seu termo, tal como já o fora no reinado de D. Afonso V.

Sucedeu-lhe, na sua casa, seu filho mais velho Martim Afonso de Miranda. Sua filha, D. Leonor, casou com João Ramirez Arellano, fidalgo castelhano residente em Portugal. Teve ainda outros filhos: Diogo de Miranda, que faleceu solteiro; Fernão de Miranda; e uma filha que se consorciou com Garcia de Sousa Chichorro.

É ainda de notar que o pai dos citados Afonso de Miranda e Gomes de Miranda, o anteriormente referido Martim Afonso de Miranda, 2.º Morgado da Patameira, tinha as seguintes duas meias- irmãs:

- Margarida de Miranda, que foi a primeira mulher de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real (avô materno do pai de Colon);
- Leonor de Miranda, que casou com Aires Gomes da Silva, 3.º Senhor de Vagos.

A mãe de Afonso de Miranda e de Gomes de Miranda, Genebra Pereira de Figueiredo, foi irmã de Uruana Pereira, casada com Fernão Martins do Carvalhal, Alcaide-mor de Tavira. Estes foram pais (entre outros) de Leonor da Silva (que era, portanto, prima direita dos irmãos Afonso e Gomes de Miranda), a qual casou primeira vez com Martim Correia, 1.º Senhor da Torre da Murta, e segunda vez com Nuno Furtado de Mendonça, Aposentador-mor do Rei D. Afonso V, Comendador de Veiros e do Torrão, etc., irmão de Violante Nogueira, Comendadeira de Santos, ambos (entre outros) filhos de Afonso Furtado de Mendonça, Anadel-mor de Besteiros de D. Afonso V, e de sua mulher Constança Nogueira.

É de relembrar que este Afonso Furtado de Mendonça foi sogro de Bartolomeu Perestrelo, 1.º Capitão-Donatário de Porto Santo.

Prosseguindo a descrição do percurso marítmo da viagem de D. Leonor, a frota passou por Ceuta, depois por Marselha, atracando, finalmente, na cidade de Livorno. A partir desta cidade, iniciou-se o percurso por terra, com destino a Pisa.

Em (Coelho 2002-2003: 60, [53]), em nota de pé de página, e citando (Sousa Viterbo s.d.: 435 ss, [64]), diz-se o seguinte: "sabemos que D. Leonor, estando em

Pisa, passou, a 15 de Fevereiro de 1452, uma carta de dote de casamento, no valor de 4.500 ducados de ouro, a Inês Gomes, sua colaça, filha de Catarina Gonçalves, ama de D. Leonor e de D. Afonso V, que era casada com Aires Gomes. Mas este dote custou a traduzir-se em acto, tendo-se conhecimento que Inês Gomes e seu marido, Diogo Pedrosa, foram mesmo três vezes à Alemanha, depois da morte da Imperatriz, reclamar esta verba que não lhes foi paga. Então, D. Afonso V, por carta de Évora de 5 de Abril de 1475, decide pagar-lhes aquele montante, mas descontando no dote da imperatriz que ainda não havia sido entregue".

Pensamos que a explicação para esta tença decorre do facto do pequeno Colon (que teria apenas cerca de ano e meio de idade) ter seguido na viagem "disfarçado" de filho da citada Inês Gomes, a qual era colaça da Infanta (o que significa que ambas tinham sido amamentadas pela mesma ama, pelo que haveria uma relação de muita intimidade entre D. Leonor e Inês Gomes). Portanto, Inês Gomes asumiria, publicamente, que teria tido um filho, com Diogo Pedrosa, antes do casamento de ambos.

Muito provavelmente, Inês Gomes terá ficado em Itália a acompanhar os primeiros anos do pequeno Colon junto da família italiana (os Colonna d'Appiano) com quem ele terá ido viver.

Porque razâo D. Leonor fez o atrás referido dote de casamento, a favor de Inês Gomes, em Pisa? Seguramente pelo facto de Pisa ser o local de entrega do filho da Infanta, Colon, à família italiana que o iria acolher.

Em Piombino (localidade situada, aproximadamente, a 120 km a Sul de Pisa e Livorno), cerca de três anos antes (1449) morrera aquela que havia sido a senhora desta povoação, *Catarina Colonna d'Appiano* (filha de Gherardo Leonardo d'Appiano, Conde de Piombino, e de Paola Colonna, a qual era irmã do Papa Martinho V) que tinha sido casada com Rinaldo Orsini *(general da armada de Siena* e filho de Giacomo Orsini e Isabel Marzano, sendo que o citado Rinaldo morreu de peste, em Piombino, em 1450, um ano depois da sua mulher Catarina), sem geração.

Um tio da referida Catarina, Emmanuele Appiano, 4.º Principe de Piombino, que havia casado com *Colia de Giudice, filha bastarda de Afonso V, Rei de Aragão* (pelo que a referida Colia era prima direita de D. Leonor) era, à data da chegada de D. Leonor a Itália, o novo senhor de Piombino. O citado Emmanuele (que viria a falecer em 1454) teve um filho bastardo, Giacomo (ou Jacobo III) Appiano (nascido cerca de 1420 e que casou, em Genova, com Battistina Campofregoso, filha de Galiano I Campofregoso, ex-Doge de Génova, e de Violante Avogari de Gentile) que teve um filho, Jacobo IV, que se casou com Vittoria Todeschini Piccolomini, filha de Maria de Aragão e de António Todeschini Piccolomini, 1.º Duque de Amalfi, pelo que, após a morte de Emmanuele Appiano, foi Jacobo III quem passou a ser o Senhor de Piombino.

Esta é, pois, uma possível explicação para Colon se ter integrado na familia Colonna, donde pensamos viria a retirar o seu apelido fictício.

Portanto, como vimos, dois anos depois de Colon ter entrado no seio da fa-

milia dos Senhores de Piombino, o chefe desta família já era Jacobo III, *o qual era casado com uma dama duma importante família de Génova, o que terá originado a suposta ligação de Colon a esta cidade.*

Assim, há uma ligação de Colon a elementos duma familia (a Appiano) com fortes relações com a família Colonna (antes de Paola Colonna entrar para a família já o seu sogro, Jácobo I, havia casado, em terceiras núpcias, com Agatina Colonna di Sciarra, filha de Stefanello Colonna di Sciarra).

O facto de a família Appiano ter tido um seu membro (Paola Colonna) que era irmã do Papa Martinho V, daria certamente algum relevo ao apelido Colonna no seio da família Appiano, facto que não deve ter passado despercebido a Colon na escolha do seu apelido fictício.

Assim, o apelido fictício Colon, escolhido por Salvador Anes da Silva, derivaria de Colon(na).

Na página 378 da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, IX* [65], sobre as "Cartas de Itália" de D. Lopo de Almeida, em "notas finais" de Rodrigues Lapa, diz-se: "Al entrar el Emperador en Pisa en las primeras horas del amanecer, descubrió en el Palacio una escala sujeta á las ventanas de las habitaciones d^ D/ Leonor, y aunque averiguó que la culpable era cierta desenvuelta dama portuguesa, bastó para que privara á su prometida de la compañía de las doce doncellas y de las damas de su séquito, á excepción de D/ María de Bobadilla, que no era portuguesa". Pensamos que haverá, nesta descrição, um equívoco, pois não terá sido Frederico III a descobrir a dita escada, mas sim algum dos seus embaixadores que se encontraram, em Livorno, com a Infanta e que a terão acompanhado até Pisa, pois o Imperador e a Infanta só se terão visto, pela primeira vez, em Siena.

Mas para que serviria a referida escada? Pensamos que seria para que, ou D. João Meneses da Silva pudesse, discretamente, visitar D. Leonor, ou para esta poder ver o seu filho que a respectiva ama lhe traria, através da citada escada.

Qual seria o Palácio em Pisa onde D. Leonor e parte do seu séquito terão estado albergados? Pensamos que ela terá ficado no Palazzo Vecchio ou Palazzo Medici. De acordo com a Wikipédia, as formas actuais do palácio remontam ao século XIII, pelo que este também ficou conhecido como *Palazzo "Vecchio"* ("Palácio Velho"), e foram edificadas sobre construções precedentes datadas do século XI. O palácio foi habitado pelos Appiano, senhores de Pisa, de 1392 a 1398 e, mais tarde, adquirido pelos Médici, em 1446, na época de Pedro, o Gotoso; também o filho deste, Lourenço, o Magnífico, fez aqui várias estadias, quando se deslocava para a costa toscana a fim de tratar da sua fraca saúde, acompanhado dos seus amigos humanistas, como Agnolo Poliziano. Acontece que Pedro, o Gotoso, era filho de Cosme de Medici (o Velho, também denominado "Pai da Pátria") que era irmão de Carlos ou Filipe, Arcebispo de Pisa.

Portanto, muito provavelmente, terá sido neste palácio que D. Leonor terá ficado hospedada.

Segundo o indicado em (Coelho 2002-2003: 61, [53]), a comitiva de D. Leonor seguiu, no dia 19 de Fevereiro de 1452, de Pisa a caminho de Siena, onde ela

se encontrou, pela primeira vez, com o seu futuro marido. Depois do encontro em Siena, sob a égide do Bispo de Siena (Enea Silvio Piccolomini), Frederico e Leonor partiram para Roma, onde viriam a ser coroados imperadores, em 16/03/1452, pelo Papa Nicolau V.

Na pág. 381 da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, IX* [65], vem uma relação das pessoas mais importantes que estiveram, em Roma, a assistir à coroação, à qual nós acrescentámos uns comentários em itálico: "Después desto se venieron junta mente todos aquí á Roma, c llegaron á ocho deste mes de Mar^o, é fueron rebebidos en esta manera. Primera mente toda la casa Ursina salió, en que abía Condes c barones, c serían fasta ^iento é corenta de caba-llo» ésalyeron fasta legua é media en asaz buen apparato; é luego en pos dellos la casa de Colunna *(os Colonna),* de que eran los principales el Príncipe de Salerno *(este era António Colonna, Principe de Salerno, que era sobrinho do Papa Martinho V. Era, também, sobrinho de Paola Colonna, casada com Gerardo d'Appiano, por o referido António Colonna ser filho de Lorenzo Onofrio Colonna, irmão da referida Paola),* é el Duque su hermano *(este era Odoardo Colonna, Duque de Marsi, irmão do citado António Colonna e, consequentemente, também sobrinho de Paola Colonna),* sobrinos del Papa Martino".

Esta passagem confirma a nossa tese de que foram os Colonna, em particular os do ramo dos Appiano de Piombino, que recolheram, em sua casa, o pequeno Colon.

É de notar que outro irmão dos citados António e Odoardo Colonna, era o Cardeal Próspero Colonna.

Depois, os Imperadores seguiram para Nápoles (onde foi consumado o matrimónio) mas, logo a seguir a essa consumação, Frederico III deixou a mulher e voltou para Roma. Como atrás questionámos, será que Frederico III tinha compromissos inadiáveis naquela cidade, ou terá tido dúvidas sobre a virgindade da mulher e terá ido pedir conselho ao Papa sobre a atitude a tomar?

Ainda na pág. 378 da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, IX* [65], vem: "El Emperador, algo supersticioso, quería consumar el matrimonio en Alemania y no en Italia, por temor á algún influjo maligno en la sangre de su descendencia. Leonor, tomándolo á desprecio, iba entristecida, creyendo que no había logrado agradar al esposo, y como lo notase D. Alfonso, rogó al Emperador, sin conseguir-lo, que modificara su propósito, añadiendo: <¿Con que quieres consumar el matrimonio en Alemania, para, si la novia te desagrada, devolvérmela y casar alli con otra? Siendo aquí en Italia, si la encuentras de tu agrado, llevarás contigo una compañera que te hará feliz, y en caso contrario, podrás dejarla á mi cuidaio".

Não deixa de ser estranho que o Rei de Aragão, D. Afonso V, tio da Infanta, colocasse a hipótese de D. Leonor vir a ser repudiada pelo marido na noite de núpcias: seria por o monarca saber que ela já não era virgem e recear que Frederico III se pudesse aperceber disso?

É ainda de referir que a Infanta D. Leonor de Portugal era sobrinha de D. Pedro, 1.º Duque de Coimbra, o qual era casado com D. Isabel de Aragão, Con-

dessa de Urgel (irmã de D. Leonor de Aragão, casada com Raimondo Orsini, Duque de Amalfi e Príncipe de Salerno, o qual era neto de Roberto Orsini, Conde de Pitigliano), a qual era filha de Jaime II de Aragão, Conde de Urgel, e de Isabel, Infanta de Aragão, a qual era meia-irmã de D. Leonor, Infanta de Aragão (sendo ambas filhas de Pedro IV, Rei de Aragão), a qual casou com Juan I, Rei de Castela, sendo avós da Rainha D. Leonor, mulher do Rei D. Duarte de Portugal. Portanto, havia uma relação familiar muito estreita entre a Casa de Avis e a Casa Real de Aragão, reforçada pelo facto da Rainha D. Leonor (mulher do Rei D. Duarte) ser uma princesa de Aragão, irmã do Rei D. Afonso V de Aragão.

No final da pág. 378, e início da pág. 379, da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, IX* [65], vem: "Señalada la noche siguiente para convertir en realidad el simbólico acto, un sacerdote, durante el baile de corte, ben-dijo y roció con agua bendita el lecho nupcial, y las damas portuguesas le sahumaron, recitando versos, por una superstición mujeril de que así se conseguía la felicidad para el matrimonio y el eterno amor de los desposados. Cuando el Emperador se enteró de los conjuros temió algiín maleficio especialmente de D. Leonor, quien gozaba fama de poseer el don de fascinar á los hombres i, y mandó preparar otra cama".

Seria que as damas portuguesas pretendiam criar um "clima psicológico", em torno do leito nupcial, de modo a que o Imperador ficasse focado em aspectos "marginais", de modo a não se dar conta da falta de virgindade de D. Leonor? O facto de, no final da frase, se reforçar a ideia do poder de sedução de D. Leonor, confirma a nossa tese de que ela terá seduzido o pai de Colon, D. João Meneses da Silva.

O episódio relatado por D. Lopo de Almeida, já anteriormente por nós citado, de D. Leonor se ter recusado, por cinco vezes, na noite da consumação física do matrimónio, a ser escoltada ao leito do marido, por outrem que não o próprio Imperador (acabando este por ceder e ir, pessoalmente, buscar D. Leonor aos seus aposentos), também se pode enquadrar em todo este "jogo psicológico". Seria que a Infanta receava que, alguns dos que a viessem buscar, para a levarem aos aposentos do Imperador, a iriam "inspeccionar" para verificar se ela era ou não virgem? Assim sendo, D. Leonor preferiu que fosse o próprio Imperador a buscá-la, para não correr riscos.

É curioso assinalar que, na terceira carta de D. Lopo de Almeida para D. Afonso V, Rei de Portugal, a propósito da noite da consumação do casamento, se diz o seguinte: "e tanto que entraram lançaram-se na cama com ela e tanto que entrou lançarão-na na cama em camiza, e elle com ella o que passarão de noite não o sey, mas sospeito-o e vós, Senhor, o deveis intender".

Como não seria normal D. Lopo de Almeida entrar em detalhes "escabrosos" sobre a irmã do nosso rei, qual o motivo de ele entrar naqueles pormenores? Seguramente por saber que D. Afonso V estava preocupado com a possível descoberta, por Frederico III, de que a Infanta, não só não era virgem, como até já tinha tido um filho.

Contudo, diz D. Lopo de Almeida, nessa terceira carta que, na manhã se-

guinte, o Imperador pagou a doacção matutina (não se sabe qual o respectivo montante). Assim, se Frederico III ficou com dúvidas sobre a virgindade da mulher, com esse pagamento terá aceite não colocar reservas à virgindade da mulher.

Aliás, não deixa de ser estranho que, sendo o contrato matrimonial extremamente detalhado em tudo o que se refere a pagamentos e aos prazos de efectivação dos mesmos, a "doacção matutina" não tivesse nele ficado quantificada, mas sim deixada ao livre arbítrio do Imperador.

Efectivamente, no contrato de casamento de D. Leonor, há a seguinte referencia: "O pagamento da doação matutina (*donationem matutinam in crastinum scilicet nuptiarum*) - preço simbólico oferecido à esposa pela virgindade após a consumação do matrimónio - ficaria ao critério do Imperador".

Seria que a parte portuguesa, sabendo que D. Leonor já havia sido mãe do pequeno Colon, não quis colocar condições muito estritas em relação ao preço pela virgindade, ficando a aguardar que Frederico III desse ou não pela falta de virgindade da mulher? Seguramente, os negociadores portugueses não queriam arriscar uma verba que, depois, tivesse de ser devolvida pelo Rei de Portugal, D. Afonso V, a Frederico III.

3.6 – Estadia de Colon em Itália

Já anteriormente referimos que Colon deverá ter ficado, em Itália, entregue aos cuidados da família Colonna d'Appiano.

É de notar que, no periodo em que Colon terá estado em Itália houve, de acordo com a Wikipédia, os seguintes Papas:

- Nicolau V, cujo mandato foi de 06/03/1447 a 24/03/1455;
- Calisto III, de 08/04/1455 a 06/08/1458;
- Pio II, de 19/08/1458 a 15/08/1464;
- Paulo II, de 30/08/1464 a 26/07/1471;
- Sisto IV, de 09/08/1471 a 12/08/1484.

Nicolau V era Tommaso Parentucelli, Calisto III era Alfonso de Bórgia, Pio II era o anteriormente citado Enea Silvio Piccolomini, Paulo II era Pietro Barbo e, Sisto IV, Francesco della Rovere.

Portanto, para além da família Colonna, outra família marcante para Colon, na sua estadia em Itália, terá sido a família Piccolomini, até por ter sido Pio II quem, na sua anterior condição de Bispo de Siena, havia apadrinhado o primeiro contacto pessoal da sua mãe, D. Leonor, com o Imperador Frederico III.

É curioso recordar que esse encontro, em Fevereiro de 1452, entre D. Leonor e Frederico III, em Siena, decorreu sob a égide do Bispo de Siena, que era Enea Sílvio Piccolomini (que nasceu a 18/10/1405 e morreu em 15/08/1464 e que viria a ser, depois, o futuro Papa Pio II o qual, antes de abraçar a carreira eclesiástica, havia sido secretário de Frederico III.

Aliás, antes de ser Bispo de Siena havia sido Bispo de Trieste e havia sido um dos primeiros negociadores, por parte de Frederico III, dos acordos prévios do casamento deste com a infanta D. Leonor. Enea Silvio Piccolomini era irmão de Laudomia Piccolomini casada com Nanni di Pietro Todeschini, os quais foram pais do Papa Pio III, do Conde Giacomo Todeschini Piccolomini (casado com Cristofora Colonna) e do atrás citado António Todeschini Piccolomini, 1.º Duque de Amalfi, casado com Maria de Aragão (pais da anteriormente citada Vittoria Piccolomini) sendo que, esta Maria, era filha de Fernando I de Aragão, Rei de Nápoles (nascido cerca de 1423 e que era primo direito da Infanta D. Leonor por ser filho de Afonso V, Rei de Aragão, irmão da mãe da infanta D. Leonor).

Isto mostra que o Bispo de Siena (futuro Papa Pio II) era tio dum genro de Fernando I de Aragão, Rei de Nápoles. Seria que o próprio Bispo de Siena estaria ao corrente de que D. Leonor não iria casar virgem?

É de notar que Enea Silvio Piccolomini foi consagrado, na Basílica de São Pedro, em Roma, a 03/09/1458, pelo Cardeal Colonna, como Papa Pio II, e pontificou até 15 de Agosto de 1464. O Cardeal Colonna era Próspero Colonna, o qual era sobrinho da citada Paola Colonna e do Papa Martinho V, por ser filho do irmão de ambos (Lorenzo Onofrio Colonna, Conte de Celano e de Alba, e de sua mulher Sveva Gaetani), todos filhos de Agapito Colonna e de Caterina Conti.

Possívelmente Colon terá tido, também, contacto familiar com os Piccolomini, daí resultando a sua suposta ligação a essa família, que está na origem da tese errada que pensa que Colon terá nascido na Sardenha, que foi defendida em (Azuara 2007, [15]).

Não deixa de ser muito curioso que exista uma cunhada do atrás citado António Todeschini Piccolomini, 1.º Duque de Amalfi (por ter sido casada com o seu irmão Giacomo Todeschini Piccolomini), denominada *Cristofora Colonna!*

Será que foi no nome desta dama que Colon se viria a inspirar para usar o pseudónimo de "Cristoforo Colon" ? É bem possível.

Outra possível razão para Colon ter adoptado o nome fictício de Cristóvão (como sinónimo de Salvador) pode decorrer do facto de, durante os festejos que antecederam a sua partida e a de sua mãe, para Itália, terem ficado, em Lisboa, no palácio dos Condes de Ourém, junto à igreja de S. Cristóvão, em Lisboa (os designados por "paços a par de S. Cristóvão").

Muito provavelmente Colon terá tido contacto com Cristofora Colonna, nascida cerca de 1440 (pois, de acordo com o indicado no *Indice delle Famiglie Nobile del Mediterraneo* [50], o seu pai Giacomo Colonna terá morrido antes de 1450) e, portanto ela seria de idade próxima da de Colon o qual terá, seguramente, privado com ela, dado que ambos estavam inseridos no mesmo meio familiar.

Esta Cristofora Colonna era filha de Giacomo Colonna e de Luigia Orsini, sendo que, esta ultima, é dada, erradamente, no *Indice delle Famiglie Nobile del Mediterraneo* [27], como imã do condottieri/navegador Nicoló Orsini, o qual era filho de Aldobrandino Orsini, 5. Conte di Pitigliano. Acontece que, no citado *Indice delle Famiglie Nobile del Mediterraneo* [27] se indica que Luigia Orsini,

possivelmente depois de enviuvar de Giacomo Colonna, terá casado, segunda vez, em 1450, pelo que não poderia ser irmã do citado condottieri/navegador Nicoló Orsini, o qual nasceu cerca de 1442.

Assim, pensamos que Luigia Orsini era irmã do citado Aldobrandino Orsini, 5. Conte di Pitigliano, pelo que a referida Luigia era tia do condottieri/navegador Nicoló Orsini, que também viria a ser Conde de Pitigliano.

Uma outra tia de Nicoló Orsini, Orsina Orsini di Soana, foi casada com Salvatore Colonna (filho de Nicolo Colonna, Senhor de Palestrina), o qual era sobrinho da atrás referida Agatina Colonna, terceira mulher de Jacopo I, Senhor de Pisa e Piombino.

Será que Colon terá colaborado com Nicoló Orsini na sua carreira marítima? É bem possível.

A referida Cristofora Colonna era prima em quinto grau da citada Paola Colonna, pois ambas tinham quintos avós comuns que foram Giordano Colonna e sua mulher Francesca Conti. Por sua vez, Cecilia Colonna (casada com Rodrigo Anes de Sá) era trineta dos referidos Giordano Colonna e de sua mulher Francesca Conti. É de notar, ainda, que na família Colonna existiram, pelo menos, dois individuos de nome *Cristoforo Colonna:* um era o Maestro Cristoforo Colonna (nascido cerca de 1300, neto de Frederico Colonna, o "Romano", sendo que este era irmão do atrás citado Giordano Colonna casado com Francesca Conti) e um neto do referido maestro, um Cristoforo Colonna que viveu na época de Colón, dado que morreu em 1453. Estes dois Cristoforos viveram em Messina, na Sicília, pelo que não é provável que o mais novo se tenha relacionado com Colon durante a estadia deste em Itália.

Foi, certamente, durante a sua estadia em Itália, que Colon se terá familiarizado com os relatos das viagens de Marco Polo.

O facto de Colon ter vivido, possivelmente, no Castelo de Piombino, no seio da familia Appiano, primeiro com Emmanuele d'Appiano e, depois com o filho natural deste, Jacobo III d'Appiano, justificará o facto de ele não escrever em nenhum dialecto italiano, pois terá aprendido a escrever em português (possivelmente com a citada Inês Gomes, admitindo que esta terá permanecido como sua aia, durante alguns anos em Piombino) e em *catalão, que era a língua oficinal do império aragonês,* o qual incluia as Baleares (em Minorca mantem-se, ainda hoje, a toponímia catalã), a Sicília e o Reino de Nápoles. É de não esquecer que a mulher do citado Emmanuele, a atrás citada Colia de Giudice, (a qual só viria a falecer cerca de 1473, pelo que terá sido a "tutora" de Colon em Piombino) era filha natural do Rei D. Afonso V de Aragão e prima direita da Infanta D. Leonor.

O facto de, como atrás dissémos, a mulher de Jacobo III d'Appiano ser duma importante família de Génova, poderá justificar a falsa associação do nascimento de Colon a esta cidade.

É de assinalar que enquanto Colon estava em Itália, algures no final de 1452, o futuro Duque de Beja, o Infante D. Fernando, irmão do Rei de Portugal D. Afonso V e da Infanta D. Leonor, ter-se-à ausentado subitamente do reino e,

segundo os cronistas da época, teria ido para Itália já que se dizia que ele tinha pretensões a vir a herdar o reino de Nápoles, pelo facto do seu tio, D. Afonso V de Aragão, não ter descendentes varões legítimos, mas apenas bastardos. Os mesmos cronistas dizem que ele terá sido obrigado a regressar de Ceuta a Lisboa, em 1453, depois duma "embaixada" enviada a Ceuta por D. Afonso V (era então, Governador de Ceuta, D. Sancho de Noronha, 1.º Conde de Odemira), "embaixada" essa chefiada pelo Conde de Arraiolos (D. Fernando, futuro 3.º Duque de Bragança, o que supostamente viria a ser executado em Évora) e que integrava, também, o Conde de Atouguia (este deveria ser D. Martinho de Ataíde, filho dos anteriormente citados D. Guiomar de Castro e D. Álvaro de Ataíde, 1.º Conde de Atouguia, este já falecido em 1452).

Pensamos que a missão de que D. Fernando terá sido encarregue, por D. Afonso V, foi a de ir a Itália agradecer, em nome do monarca português, ao Rei de Aragão, a contribuição decisiva que dera para que o casamento da Infanta com Frederico III se efectuasse: tanto na fase da negociação do contrato matrimonial, como ao insistir com o Imperador para que consumasse, fisicamente, o casamento, em Nápoles e não na Alemanha ou Áustria, evitando o risco da Infanta vir a ser repudiada pelo seu marido.

É curioso que D. Fernando tenha sido nessa missão acompanhado, nomeadamente, pelo *Dr. Vasco Fernandes de Lucena*. Segundo (Baquero Moreno 1980, [39]), este era natural do reino de Castela, onde nasceu, em data desconhecida, na vila andaluza de Lucena. Entrou em Portugal no reinado de D. Duarte, por volta de 1433-1434, acompanhado, ao que se julga, por seus irmãos, o Doutor Mestre Rodrigo, que foi físico-mor do Rei D. João II, e mestre Afonso.

Na qualidade de Doutor em Leis, participou no Concílio de Basileia em 1435, fazendo parte da embaixada chefiada pelo Conde de Ourém, na qual participavam o Bispo do Porto, D. Antão Martins de Chaves (mais tarde Cardeal), D. Luís do Amaral (Bispo de Viseu), Frei Gil Lopo (teólogo franciscano), Frei João da Ordem de Santo Agostinho, Mestre Frei Gonçalo (provincial dos Dominicanos portugueses), e Doutor Diogo Afonso Mangacha (formado em Direito Canónico e Direito Civil).

Teve o Dr. Vasco Fernandes de Lucena um papel preponderante no Concílio de Basileia. Ao protestarem os embaixadores castelhanos contra a concessão de indulgências plenárias aos habitantes de Ceuta e doutros lugares que se viessem a conquistar, respondeu-lhes habilmente o nosso jurista, declarando não ser intenção de El-Rei D. Duarte prejudicar as conquistas que viessem a ser efectuadas pelo rei castelhano. Abstinha-se o nosso representante, no entanto, de declarar quais seriam as terras pertencentes a Castela.

Em Bolonha, coube ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena a tarefa de proferir, perante o Papa Eugénio IV, a oração de Obediência. Realizou-se essa cerimónia em Julho de 1435, tendo o este jurista ensejo de revelar os seus bons conhecimentos de latim.

Ainda no decurso da embaixada, quando o conde de Ourém se encontrava

em Itália, provavelmente de regresso a Portugal, El-Rei D. Duarte solicitou ao chefe da missão portuguesa que enviasse o Dr. Vasco Fernandes de Lucena junto do Papa Eugénio IV, a fim de inquirir se era lícito mover guerra aos infiéis e em consequência disso lançar pedidos ao povo. Debatia-se D. Duarte com o agudo problema da expedição a Tânger, fruto de pareceres contraditórios e causadores de grande mal-estar no país, devido às avultadas verbas necessárias para a sua concessão.

Após o regresso a Portugal, vindo de Itália, ei-lo de novo encarregue doutra missão diplomática, agora em Castela. O desastre de Tânger, com o consequente cativeiro do Infante D. Fernando, motivara a convocação das Cortes de Leiria, em 1438. Em demanda de auxílio e com o objectivo de obter apoio diplomático e militar, partiu este jurista para o país vizinho, acompanhado de Nuno Martins da Silveira. A missão foi coroada de êxito, tendo o Rei de Castela, Juan II, exercido influência junto de Çala-ben-Çala e de Azrak, para que libertassem o Infante Santo. Infelizmente, as instâncias de Juan II de Castela não tiveram o menor sucesso.

Depois do falecimento d'El-Rei D. Duarte, ocorrido em Setembro de 1438, encontramo-lo nas cortes de Torres Novas, cuja abertura solene se verificou em 10/11/1438. Procedia-se, nelas, ao juramento de obediência feita ao jovem rei D. Afonso V. Coube ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena proferir a arenga em que exortou os presentes à obediência, numa oração «muito elegante e cheya de muy doces palavras e grandes sentenças». Nas cortes, figura entre as testemunhas da «Protecção da Rainha» D. Leonor ao regimento elaborado pelo Infante D. Henrique, com vista a uma solução adequada do conflito gerado pela leitura do testamento de D. Duarte, logo após a sua morte.

Durante o período da co-regência da Rainha D. Leonor e do Infante D. Pedro, que se estende desde Novembro de 1438 até Setembro de 1439, é outorgada ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena, a partir do primeiro dia de Janeiro de 1439, a tença anual de 210.000 libras, pagas pelo Tesouro de Lisboa. Na concessão faz-se menção do mesmo pertencer ao desembargo do Rei. Foi-lhe também confirmada a tença anual de 15.000 reais brancos, que lhe fora outorgada pelo falecimento do Rei D. Duarte em 21/08/1438, por ocasião do seu matrimónio com D. Violante de Alvim, donzela da casa real. A quantia foi-lhe confirmada, por D. Afonso V, um ano após a morte do Infante D. Pedro em Alfarrobeira.

O Dr. Vasco Fernandes de Lucena serviu como emissário do Infante D. Pedro nas álgidas relações existentes entre o mesmo e a rainha D. Leonor. Assim, quando, no decurso do ano de 1440, esta rainha se encontrava em Sintra, constando-lhe que o Infante D. Pedro tinha guardas e espias em sua casa resolveu, por induzimento do Prior do Crato, D. Frei Nuno de Gois e doutros sequazes, partir para Almeirim.

Nesta vila podia manter correspondência com os seus irmãos, os Infantes de Aragão, que então se encontravam em Castela. A situação causou viva apreensão ao regente e seus irmãos, que viam assim o perigo em que se encontrava a estabilidade política do reino. O jovem rei foi trazido para a vila de Santarém. Daí, o

Infante D. Pedro enviou o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, como seu mensageiro, à Rainha D. Leonor, com o propósito de a tranquilizar aconselhando-a a que não desse ouvidos aos seus maus conselheiros. A evolução dos acontecimentos mostrou quão infrutífera foi a missão do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, pois não tardaria que D. Leonor escolhesse o caminho que a levaria ao exílio.

Não voltamos a ter notícias deste jurista, durante a regência do Infante D. Pedro. Apenas sabemos que, por incumbência deste, traduziu em 1442, do latim para o português, a *Instrução para Príncipes,* de Paulo Vergerio, obra destinada á educação d'El-Rei D. Afonso V. Dedicou ainda, ao Infante D. Pedro, a tradução de duas obras latinas, que o Príncipe lhe mandara executar: o *De Senectute,* de Cícero e o *Pamegyricus Trajano Augusto*, de Plínio, o Jovem. Posteriormente, escreveu para D. Afonso V um *Tratado das Virtudes que ao REy pertencem*.

Embora se encontrasse ligado ao Infante D. Pedro por laços de ordem espiritual, sabemos que esteve ao lado do rei no conflito de Alfarrobeira. D. Afonso V fez doação ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena dos bens móveis e de raiz, pertencentes a seu irmão, Dr. Mestre Rodrigo, que lutou ao lado do desafortunado Duque de Coimbra. A posição por ele assumida valeu-lhe ainda a confirmação da tença que lhe fora dada por casamento, pelo Rei D. Duarte, acrescida do padrão de 210.000 libras anuais. O ordenado foi generosamente concedido por D. Afonso V «porque tjnha carrego de fazer as cartas de latim para fora da terra» desde o reinado d'El-Rei D. Duarte.

Barbosa Machado refere a ida, a Roma, do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, numa embaixada enviada por D. Afonso V ao Papa Nicolau V. Devido às crónicas serem omissas, ignoramos qual terá sido a missão específica desta delegação diplomática. A embaixada realizou-se em 1450, pelo que julgamos haver tido o propósito de justificar, junto do papa, a atitude assumida pelo monarca no caso do Infante D. Pedro.

Nicolau V, a pedido de D. Isabel, Duquesa de Borgonha, enviara um Breve a D. Afonso V, em que censurava asperamente o nosso rei. A posição ideológica do nosso embaixador, aliada à sua cultura humanística e às relações que mantivera com o Infante D. Pedro, constituía um poderoso trunfo a favor do monarca português, na sua preocupação de justificar a sua acção junto da Santa Sé.

De regresso a Portugal, após a sua missão em Roma, encontramo-lo desempenhando, por especial mandado d'El-Rei D. Afonso V, a função de Corregedor da corte.

Conforme afirma o cronista Rui de Pina, acompanhou o Infante D. Fernando, irmão do rei, numa saída secreta que, por motivos desconhecidos, levou o Infante a ausentar-se do reino sem autorização de D. Afonso V.

Que papel terá tido, nessa suposta evasão do Infante, o Dr. Vasco Fernandes de Lucena? Porque razão este renomado jurista se ausentou do reino? Descontentamento com o Rei? Nada se pode afirmar de concreto. Apenas é possível constatar que a sua figura, depois deste episódio, penetrou numa relativa obscuridade até ao termo do reinado de D. Afonso V. Voltará apenas a emergir, em toda

a plenitude, no reinado do Príncipe Perfeito.

Nomeado, por D. João II, para o cargo de Chanceler da Casa do Cível pronunciou, na abertura das cortes de Évora de 1481, uma célebre oração. O cronista Garcia de Resende refere-se à cerimónia do seguinte modo: «E depois de tudo posto em ordem e a casa em grande silêncio, o Doutor Vasco Fernandes de Lucena, chanceler da casa do cível fez, em alta voz, uma arenga mui bem feita, e bem conforme ao caso…».

O Rei D. João II, tendo em consideração o mérito dos serviços por ele prestados «em este nossos rregnos e fora delles», nomeia-o Desembargador do ofício dos agravados da Casa do Cível de Lisboa, lugar que se encontrava vago por falecimento de Pedro da Costa, com o ordenado anual de 40.000 reais brancos, quantia equivalente à que recebia na Casa da Suplicação.

Como Desembargador da coroa, fez parte do júri do tribunal que, em Junho 1483, sentenciou a morte do 3.º Duque de Bragança.

Em 1485, partiu para Roma, numa embaixada enviada por D. João II ao Papa Inocêncio VIII. Acompanhava o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, D. Pedro de Noronha, Comendador-mor da Ordem de Santiago e Mordomo-mor d'El--Rei. Coube ao ilustre jurista a tarefa de pronunciar a Oração de Obediência em 11/12/1485, no que teve ensejo de revelar os seus grandes dotes de orador e humanista. Na sua famosa oração, exprime com clareza o pensamento de D. João II, ao afirmar: «a tudo isto acresce a esperança bem fundada…. De explorar o Golfo arábico… dos quais povos já a navegação portuguesa se não encontra senão a alguns dias de viagem», previsão que acabou largamente por ser confirmada pela expedição de Bartolomeu Dias, ao dobrar o Cabo da Boa Esperança em 1488.

Numa sentença dada em 20/04/1487, o eminente jurista intitula-se do Conselho e do Desembargo do rei, Conde Palatino e Cronista-mor do reino. Conjectura Leitão Ferreira que o título de Conde Palatino lhe foi concedido por Inocêncio VIII, em 1485, quando visitou o Pontífice na embaixada de obediência enviada por D. João II.

Integrado na missão diplomática chefiada por D. Manuel, Duque de Beja, partiu para a Ribeira do Caia, onde a restante comitiva aguardou a chegada da Princesa D. Isabel de Castela, filha dos Reis Católicos, que vinha consorciar-se, solenemente, com o príncipe herdeiro de Portugal, D. Afonso.

Pertenceu-lhe, uma vez mais, a função de orador oficial. Assim, em 02/11/1490, pronunciou uma «arenga», em homenagem à princesa, em nome de D. João II e dos seus súbditos.

O Dr. Vasco Fernandes de Lucena foi Guarda-mor na Torre do Tombo, entre os anos 1486 e 1496, recebendo, por alvará de 04/07/1497, a tença anual de 12.000 reais brancos, como Cronista-mor, acrescida de 7.000 reais brancos anuais, pelos emolumentos de Guarda-mor.

Como cronista, não consta que tenha deixado algum escrito. É muito provável, tal como defende Alexandre Herculano, que as muitas missões de tipo oficial o impedissem de se dedicar a tal tarefa. A tese de Jaime Cortesão, a cerca

da esterilidade do Dr. Vasco Fernandes de Lucena como cronista, por motivos ligados à «política de sigilo» do Príncipe Perfeito, é de difícil aceitação. Julgamos, antes, ser plenamente de aceitar o ponto de vista do professor Veríssimo Serrão, ao afirmar que a idade avançada em que teve o referido cargo e as funções palacianas o impediram de realizar a tarefa. Em reforço da proposição do professor Veríssimo Serrão, poderemos aduzir uma carta d'El-Rei D. Manuel I, datada de 07/03/1497, em que o monarca, tendo em linha de conta os muitos serviços prestados por este membro do seu conselho e do seu desembargo, bem assim como a «leteradura» e a «afeiçam» com que servira o Rei D. João II, lhe confirma o cargo de Chanceler da Casa do Cível que, com tanta eficiência, desempenhara no reinado do seu antecessor. Confirma-lhe, igualmente, a tença de 40.000 reais brancos anuais, inerentes ao mencionado ofício.

A provecta idade com que desempenhou o cargo de Chanceler, aliada a outras funções para as quais era constantemente solicitado mostra, com clareza, a impossibilidade de desempenhar, cabalmente, o cargo de Cronista-mor do reino.

Segundo Barbosa Machado, o Dr. Vasco Fernandes de Lucena ainda era vivo em 1499. Por certo, nessa altura, era já nonagenário, devendo ter falecido próximo dos cem anos.

Além das traduções mencionadas do Latim para o Português, teve ainda o encargo de Dom João II de verter, para vernáculo, as *Três Orações Latinas* com que o Deão de Vergi, Embaixador dos Duques de Borgonha, increpou severamente o Rei D. Afonso V por ter causado a morte do sogro em Alfarrobeira. Homenagem deveras significativa, prestada pelo Príncipe Perfeito ao seu infortunado avô (o Infante D. Pedro), ao mandar traduzir as referidas orações por um humanista que, de tão de perto, conhecera a vida e a obra do referido Infante.

Face a este brilhante curriculum do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, não o estamos a imaginar a partilhar, com o Infante D. Fernando, uma qualquer fuga marítima à revelia de D. Afonso V.

Muito pelo contrário, ele terá ido acessorar o citado Infante, como Embaixador de Portugal, na missão de agradecimento, oficial, da Coroa Portuguesa ao Rei de Nápoles.

Possivelmente, terão tido oportunidade de contactar, em Itália, com elementos da família Colonna d'Appiano (que tinha, a seu cargo, o pequeno Colon), agradecendo-lhes, directamente, por terem recebido o filho bastardo da Infanta D. Leonor. Até, muito possivelmente, D. Fernando terá tido a possibilidade de contactar, pessoalmente, com o pequeno Colon, o que terá deixado, neste, uma marca muito forte.

Pensamos que terá sido para homenagear o seu tio, D. Fernando, que Colon terá dado o seu nome ao seu filho bastardo, filho de Beatriz Enriquez de Harana y Torquemada.

Aliás, não deixa de ser curioso que, depois do regresso de D. Fernando da sua "missão secreta", ele foi recompensado, pelo seu irmão D. Afonso V, com o título de 1.º Duque de Beja. Efectivamente, sabe-se que D. Fernando só vol-

tou a Portugal no início de 1453, tendo sido recebido pelo Infante D. Henrique (seu tio) em Castro Marim encontrando-se, depois, com D. Afonso V, em Beja, a 17/02/1453.

3.7 – Percurso de vida de D. João Meneses da Silva

O pai de Colon, D. João Meneses da Silva, que terá nascido cerca de 1431 (seria três anos mais velho do que a Infanta D. Leonor), era filho de D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela (e 17.º avô dos signatários), e de sua mulher D. Isabel de Meneses, a qual era filha de bastarda do atrás citado D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, e de Isabel Domingues, com a alcunha de "a Pixegueira".

Em (Baquero Moreno 1980, [39]), apresenta-se a biografia de D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela, referindo-se que, muito embora o Livro de Linhagens do Século VI e grande parte dos genealogistas o considerem filho de Aires Gomes da Silva, o Velho, ficou-se a dever a Braamcamp Freire o mérito de ter demonstrado a impossibilidade de tal fliação, com base nos documentos existentes nas chancelarias régias. Ficamos assim sem saber quais foram os progenitores deste Alcaide-mor de Campo Maior e de Ouguela, nos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

Tomou parte na conquista de Ceuta, efectuada em 1415, ficando a pertencer à guarnição da cidade. A sua permanência deu azo a que estivesse comprometido em diversos feitos de armas, tendo participado, activamente, nas razias organizadas por D. Pedro de Menezes, 1.º Conde de Vila Real, seu futuro sogro, às terras que circundavam a cidade de Ceuta. De igual modo se distinguiu durante os assédios movidos pelos muçulmanos, os quais visavam a expulsão portuguesa do Norte de África. Chegou a cair prisioneiro dos mouros quando procurava socorrer Fernão Barreto, tendo sido resgatado com relativa facilidade: «teve tanta prudência, e fortaleza, que sempre mostrou ser pessoa miserável». Algum tempo depois da sua libertação, voltou a correr grave perigo ao ser cercado pelos inimigos, tendo-lhe valido o auxílio do seu futuro sogro, D. Pedro de Meneses. Este Governador de Ceuta enviou-o numa embaixada a Çala-bem-Çala, que tinha sido atacado em Arzila pelo rei de Fez, com a promessa de auxílio português. Com a vinda de D. Pedro de Meneses à metrópole, no ano de 1423, foi-lhe confiada a guarda da cidade, tendo-se em conta o facto de ser «nobre homem de grande siso, e grande ardileza, que poucas se acham juntamente».

Durante a ausência do Governador de Ceuta, a cidade foi atacada por duas vezes tendo D. Rui Gomes da Silva revelado em ambas as situações «muito siso e descrição». Distinguiu-se de tal maneira, num dos ataques dos mouros à cidade, que o D. Pedro de Meneses o armou cavaleiro, em Agosto de 1426.

Regressou a Portugal, em 1427, ficando a prestar serviço na casa do infante D. Duarte. O Rei D. João I ordenou ao seu almoxarife em Estremoz, Gonçalo No-

gueira, que entregasse mil libras a este «cavaleiro da casa do Infante meu filho». El-Rei D. Duarte fez-lhe doação, em 23/11/1433, do lugar de Ouguela com suas rendas e direitos. Já era alcaide do Castelo de Campomaior, quando dois anos depois, em 08/04/1435, obteve a portagem da referida vila com seus foros, rendas e direitos. Atribuiu-lhe ainda, o soberano, a tença anual de 1.500 libras, pagas no almoxarifado de Estremoz.

Voltou, novamente, a África para tomar parte na malograda expedição a Tânger. O insucesso do empreendimento deu azo a que o Infante D. Henrique, tendo-o na conta de homem «prudente e bom cavaleiro», o enviasse como emissário ao Rei de Fez sem que, porém, tal embaixada obtivesse o menor êxito.

Falecido o rei D. Duarte, esteve este fidalgo presente nas cortes de Torres Novas de 1438, ficando aí estabelecido que ficaria a fazer parte do grupo incumbido de auxiliar a regência no primeiro quadriénio anual. O regente D. Pedro procurou atraí-lo a favor da sua causa, quando, em 20/12/1443, lhe doou os bens pertencentes a D. Isabel de Meneses, mulher de D. Fernando de Cascais a qual, juntamente com seu marido, se refugiou em Castela, ao acompanhar voluntariamente a Rainha D. Leonor.

Não restam dúvidas da sua lealdade ao rei na questão de Alfarrobeira, muito embora se ponham reservas à sua participação directa no conflito, talvez devido, em parte, à sua idade. Devemos, no entanto, salientar o apoio que prestou à causa régia, ao enviar os seus filhos Pedro da Silva Meneses, Diogo da Silva Meneses, Fernão da Silva Meneses e João Meneses da Silva (futuro Beato Amadeu), para junto do soberano, ao lado de quem tiveram o ensejo de combater em Alfarrobeira. O Rei D. Afonso V confirmou-lhe a posse do lugar de Ouguela, da portagem de Campo Maior e a tença de 1500 libras anuais, pagas no almoxarifado de Estremoz. Nomeou-o, ainda, juiz das sisas de Campo Maior. Ainda era vivo em 25/01/1452, conforme se depreende da carta de nomeação do seu escudeiro Pedro Afonso para o cargo de coudel da vila de Campo Maior. Depois disto não se volta a encontrar nenhuma outra carta a seu respeito, do que se infere que tenha falecido.

Casou com D. Isabel de Meneses, filha natural de D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real e 1.º Governador de Ceuta. O contrato nupcial foi assinado pelo Infante D. Duarte, em 16/11/1432, tendo sido ratificado por este príncipe, em 13/11/1432 e confirmado, por D. Afonso V, em 10/03/1450. Contudo, em (Silva Campos 2004: 154, [30]), diz-se que o casamento de D. Rui Gomes da Silva se terá realizado em Ceuta, por 1422.

Foi D. Isabel de Meneses contemplada, pelo Infante D. Pedro, com os bens pertencentes a sua meia-irmã, D. Isabel Coutinho, a qual partira para Castela com o seu primeiro marido, D. Fernando de Vasconcelos. Dado que este, entretanto faleceu, D. Isabel Coutinho voltou a casar, segunda vez, com o atrás citado João Freire de Andrade, Senhor de Alcoutim (irmão de Gomes Freire de Andrade, 3.º Senhor de Bobadela), que também se encontrava exilado no país vizinho.

Os referidos D. Rui Gomes da Silva e D. Isabel de Meneses, tiveram nume-

rosa descendência: Pedro Gomes da Silva, que sucedeu a seu pai nas alcaidarias de Campo Maior e Ouguela; Fernão da Silva Meneses, Alcaide-mor de Alter do Chão; Diogo da Silva Meneses, aio de D. Manuel I, e que foi o 1.º Conde de Portalegre; Afonso Teles de Meneses, que por morte de seu irmão mais velho, lhe sucedeu nas alcaidarias de Campo Maior e de Ouguela; João de Meneses da Silva, que foi o famoso Beato Amadeu, fundador da Congregação dos Amadeus, com domicílio em S. Pedro de Montório em Roma; D. Branca da Silva, mulher de João Rodrigues Ribeiro de Vasconcelos, 3.º Senhor de Figueiró e de Pedrogão; D. Guiomar de Meneses, casada com D. Álvaro de Sousa, Senhor de Miranda, Alcaide-mor de Arronches e Mordomo-mor de D. Afonso V; D. Beatriz da Silva, dama da Rainha D. Isabel de Castela (mulher do Rei Juan II de Castela); D. Maria de Meneses, mulher de Gil de Magalhães, 2.º Senhor de Ponte da Barca; D. Mécia, consorciada com Afonso Lopes de Biveiro, em Castela; e ainda D. Leonor de Meneses e D. Catarina da Silva, que faleceram solteiras.

É de destacar, de entre os tios e tias da família paterna de Colon, a sua tia Santa Beatriz da Silva, que acompanhou, a Castela, a Infanta D. Isabel de Portugal, que muito a maltratou. D. Isabel era filha do Infante D. João (filho de D. João I, Rei de Portugal), e foi mulher do rei Juan II de Castela, sendo ambos pais de Isabel, a Rainha Católica, a qual era meia-irmã de Henrique IV de Castela, por serem ambos filhos de Juan II de Castela, embora de mães diferentes. Aquela Infanta D. Isabel era irmã de D. Beatriz (mulher de D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu), sendo prima direita da Infanta D. Joana (irmã da mãe de Colon) e, simultaneamente, sua sogra. D. Isabel era, também, prima direita da infanta D. Leonor.

Portanto foi uma prima direita da mãe de Colon (D. Isabel) quem maltratou, em Castela, uma tia de Colon (Santa Beatriz da Silva).

Também um irmão do pai de Colon merece uma referência especial: D. Fernão da Silva Meneses. Em (Baquero Moreno 1980, [39]), refere-se que foi casado com D. Maria de Abreu, filha de Fernão de Abreu, Senhor do Morgado de Sempre Noiva.

Ainda muito jovem, combateu ao lado do Rei D. Afonso V, na batalha de Alfarrobeira. Tinha regressado a Portugal, nesse ano de 1449 recebendo, em 9 de Julho, como prémio dos seus serviços, a tença anual de 12.000 reais brancos.

Sendo fidalgo da casa de D. Afonso V, obteve doação em vida, pelos muitos serviços prestados á coroa, da quinta de Vale de Flores que pertencera a sua falecida irmã, D. Guiomar de Meneses, casada com o atrás citado D. Álvaro de Sousa, Mordomo-mor da casa do rei.

Juntamente com o seu irmão D. Diogo da Silva Meneses, foi convocado por El-Rei D. João II para tomar parte no julgamento do Duque de Bragança. O monarca enviou-o à corte dos Reis Católicos, no ano de 1485. Era portador de uma relação, contendo vários quesitos, que devia apresentar aos monarcas em resposta à embaixada por eles enviada sobre as capitulações de paz entre ambas as coroas.

Ocupando o cargo de membro do concelho do Rei D. João II, obteve a alcaidaria do Castelo de Alter do Chão, com suas rendas e direitos, em recompensa dos muitos serviços prestados à causa pública. Acrescentou-lhe ainda este rei, em sua vida, as rendas, foros, tributos e direitos de Alter do Chão e dos lugares de Margem e de Legumoel.

Depois de tais doações não se voltam a encontrar quaisquer referências a seu respeito, pelo que se supõe ter falecido durante o reinado de D. João II, tendo-lhe sucedido, na posse dos bens, o seu filho D. Pedro da Silva de Meneses, Alcaide-mor de Elvas, referenciado em (Mattos e Silva 2011, [26]).

Em Espanha, no Archivo General de Simancas, encontram-se vários documentos relativos à actividade, como embaixador, de D. Fernão da Silva Meneses, a saber:

- Código de Referencia ES.47161.AGS/3.2.128//PTR,LEG,49,DOC.85: "Instrucción de los Reyes Católicos a Fernando de Silva, Embajador del Rey de Portugal". Fecha Creación: Aproximada 1480;
- Código de Referencia ES.47161.AGS/3.2.129//PTR,LEG,50,DOC.15: "Instrucción del Rey de Portugal a Fernando de Silva de Meneses para los Reyes Católicos sobre las capitulaciones de paz". Fecha Creación: 1485;
- Código de Referencia ES.47161.AGS/3.2.129//PTR,LEG,50,DOC.1: "Relación de escrituras de los Reyes Católicos recibidas por Fernando de Silva de Meneses, Embajador de Portugal". Fecha Creación: 1480/03/15.

Como dissémos, depois de ter tido conhecimento da vinda, a Lisboa, dos embaixadores de Frederico III, em 1448, D. João Meneses da Silva terá percebido que nunca teria hipóteses de vir a casar com a Infanta D. Leonor. Assim, terão os dois jovens procurado aproveitar os últimos tempos, que poderiam passar juntos, para materializar os seus amores, do que terá resultado o nascimento de Colon.

Tentando ficar o mais tempo possível perto do filho, D. João Meneses da Silva embarcou na frota que levaria D. Leonor até Itália. Aí terá decidido abraçar a vida religiosa, como frade franciscano.

Consultando o site "santosdaarquidiocesedeevora.blogspot.com/.../beato-amadeu-da-silva- reformador.html ", nele se diz que D. João Meneses da Silva "casou aos dezoito anos com uma donzela, com quem não chegou a coabitar. Pelos vinte anos, participou da Batalha de Alfarrobeira, em Maio de 1449, onde foi ferido".

Esta frase é muito curiosa: se, como pensamos, o pai de Colon terá nascido cerca de 1431, teria dezoito anos em 1449, ano em que julgamos se terá iniciado a gestação de Colon, no ventre de sua mãe. Portanto, esta alusão a uma donzela com quem D. João Meneses da Silva não coabitou, poderá ser uma referência aos seus amores com a Infanta D. Leonor.

É ainda de notar que, de acordo com o mesmo blog, em finais de 1452, o Beato Amadeu esteve em Assis e deslocou-se a Génova e Florença. Será que o fez para visitar o seu filho que estaria a viver em Piombino?

Continuando a citar a mesma fonte: "Os seus milagres foram conhecidos por toda a Itália, onde tomou o nome de frei Amadeu Hispano, numa referência bastante lata à Hispânia, a região ibérica da sua origem. Em Perusa, frei Ângelo, o ministro-geral da Ordem, negou-lhe audiência. Em Assis, não foi recebido pelos frades, que julgaram o seu aspecto demasiado andrajoso, acusando-o de ser embusteiro. Viveu, então, aninhado a um canto dos muros do convento, dedicando-se à oração e à penitência. Sofreu perseguições por três anos, até à visita de frei Tiago Bussolini de Mozanica, novo ministro-geral, que o recebeu em profissão. A sua piedade e devoção configuraram a imagem de um santo vivo, que, apesar do desprezo dos seus, rapidamente granjeou muitos devotos, atraídos pelos seus inúmeros milagres. A sua fama chegou a uma sobrinha do papa Nicolau V, que foi uma dos miraculados. As peregrinações aos muros do Convento irritaram ainda mais os frades, que conspiraram para se livrarem de tal empecilho. Sofreu, então, muitas humilhações e dificuldades. Enviaram-no depois a Roma, ao Papa Calisto III, sob influência de alguns frades que viviam na corte, de modo a obriga-lo a regressar à Península Ibérica".

Esta passagem, faz-nos lembrar a frase anteriormente referida, da autoria do filho bastardo de Colon: "i suoi padri per malvagità della fortuna fossero venuti a grande necessità e bisogno".

Cerca de 1457, o Beato Amadeu aproximou-se dos Duques de Milão (Francisco Sforza e Bianca Maria Visconti), o que poderá não ter acontecido por mero acaso. De facto, a referida Bianca era neta paterna de Caterina Visconti, a qual era irmã de Viridis Visconti que era avó paterna de Frederico III. Portanto, este Imperador, era primo segundo da referida Bianca. Será que esta proximidade do Beato Amadeu, à citada Bianca Visconti, era uma forma de ter notícias sobre D. Leonor e esta ter notícias dele?

É de referir que a Vitória Colonna, com quem se relacionou Sá de Miranda, conforme indicado em (Mattos e Silva 2011, [49]), era filha de Fabrizio Colonna, Conde de Tagliacozzo e de Agnese de Montefeltro, filha de Frederico de Montefeltro, Duque de Urbino e de Batista Sforza (filha de Alessandro Sforza, Conde de Pesaro, o qual era irmão de Francesco I Sforza, Duque de Milão, casado com Bianca Maria Visconti, a grande apoiante do Beato Amadeu). Por sua vez Vitória Colonna era irmã de Ascanio Colonna, Conde de Tagliacozzo, casado com Giovanna de Aragão (bisneta paterna de Afonso V, Rei de Aragão o qual era irmão da rainha D. Leonor de Portugal, mulher do Rei D. Duarte, os quais eram pais da Infanta D. Leonor).

Continuando a citar o texto do referido blog: "Descobrindo que iria cair numa cilada, frei Amadeu Hispano pediu a protecção do ministro provincial, então em Perusa, alcançando letras comendatícias para o ministro-geral. Em Bréscia, este deu-lhe letras obediênciais para ir para o Convento de São Francisco da Porta Varcellina de Milão, situado na actual Praça de Santo Ambrósio. Acompanhou-o frei Jorge de Valcamonica, que se tornou seu confidente e que, posteriormente, testemunhou a sua santidade. Neste convento, os seus milagres

e prodígios foram abundantes e, entre os numerosos devotos, contaram-se Francisco Sforza e sua mulher Branca Maria, duques de Milão. A duquesa confiou nas suas preces para várias necessidades, incluindo a concepção de um filho".

É de notar que esse filho de Bianca Visconti, Duquesa de Milão, pela data em que o Beato Amadeu se terá começado a relacionar com ela, não pode ter sido o primeiro filho varão dela pois este (Galeazzo Sforza) já tinha nascido em 1444. É possível que o milagre tenha correspondido ao nascimento do seu terceiro filho varão (oitavo da prole), Ottaviano, o qual nasceu cerca de 1458.

É de realçar que uma neta do citado Galeazzo Sforza, Bianca Maria Sforza, foi a terceira mulher do Imperador Maximiliano I (filho da Infanta D. Leonor e de Frederico III), o que reforça a ligação, já por nós atrás acentuada, entre os Duques de Milão e a família dos Imperadores do Sacro Império Romano-Germânico, o que confirma o interesse do Beato Amadeu em se relacionar com os Duques de Milão.

Uma irmã de Galeazzo Sforza, Ippolita Maria Sforza, foi casada com Afonso II, Rei de Nápoles (neto do Rei de Aragão, D. Afonso V, tio da Infanta D. Leonor).

O referido Galeazzo Sforza foi casado com Bona de Sabóia, a qual era tia de Carlos III, Duque de Sabóia, o qual casou com D. Beatriz de Portugal (prima segunda de Colon), filha de D. Manuel I, Rei de Portugal, e de sua segunda mulher, D. Maria de Aragão e Castela, filha dos Reis Católicos.

Continuando a citar: "Frei Amadeu mudou depois para um outro convento de Milão, buscando maior quietude, com a licença do Capitulo Geral, presidido pelo ministro-geral frei Tiago Bussolini de Mozanica, já no Pentecostes de 1457. Também o Convento de São Francisco de Mariano de Como não lhe deu a almejada paz, por causa da concorrência dos devotos. Foi no Convento de São Francisco de Oreno que, desistindo da sua vocação eremítica, começou a dirigir-se às multidões e chegou a aceitar a ordenação sacerdotal. A sua primeira missa foi celebrada na festa da Anunciação, a 25 de Março de 1459. Começou, assim, uma intensa actividade apostólica, recorrendo ao Papa, escrevendo a príncipes, servindo de intermediário entre grandes magnatas. Recordou, quando necessário, o dever que a uns e a outros competia. Escreveu várias cartas, que hoje se conservam".

A 15/05/1462, teve uma audiência com o Duque de Milão (ainda deveria ser Francisco Sforza), ao que parece para pedir apoio para fundar um convento. Consta que a Duquesa de Milão (ainda deveria ser a Bianca Maria Visconti) alcançara uma bula do Papa Pio II, para fundar um convento franciscano em Castiglione, na diocese de Cremona. Passaria a chamar-se de Stª Maria de Castigliori, que depois mudou a sua denominação para Santa Maria de Guadalupe, por insistência do Beato Amadeu, que era muito devoto de Nossa Senhora de Guadalupe. A duquesa conseguiu a doação deste convento ao Beato Amadeu, no ano seguinte. Este fez dele o centro da sua actividade de reforma da Ordem de São Francisco.

Continuando a citação do texto do blog: "Fundou mais conventos: São Bernardino de Erbusto e São Francisco de Iseo, na província de Bréscia, em 1465; Stª

Maria da Paz de Milão, em 1466, também conhecido por Convento de São Tiago e São Filipe Apóstolos. Ao lançamento da primeira pedra esteve presente o arcebispo Galeazo Maria Sforza, de Milão, o ministro-provincial dos franciscanos e outras pessoas importantes. Em 1467, fundou o Convento de Stª Maria da Fonte de Caravaggio. Em seguida, fundou o Convento de Santa Maria das Graças de Quinzano, com bula de 3 de Novembro de 1468. Depois, fundou o Convento de Stª Maria das Graças de Antignate, na província de Bérgamo, diocese de Cremona, em 1468. Por diligência do cardeal Francisco delle Rovere, futuro Papa Sisto IV, obteve do Papa Paulo II, a 22 de Abril de 1469, a graça de poder fundar na Lombardia três conventos com a invocação de Santa Maria, além do de Stª Maria das Graças de Quinzano. Assim, passou para a sua Custódia, o Convento de Stª Maria Anunciada de Borno, província e diocese de Bréscia, pertencente aos terceiros franciscanos, o qual o Papa Paulo II mandou entregar-lhe por bula de 1 de Agosto de 1469; e o de Stª Maria das Graças de São Secondo, na província e diocese de Parma".

Não deixa de ser curiosa a data, a partir da qual, o Beato Amadeu inicia a construção de inúmeros conventos um pouco por toda a Itália: 1465. Acontece que, segundo os relatos do próprio Colon, este teria inicado a sua carreira marítima aos 14 anos de idade. Ora, tendo nascido em 1450, Colon teria 14 anos em 1464 pelo que, a partir deste ano, deixa de estar a viver em Piombino e passará, certamente mais tempo a navegar do que em terra. Assim sendo, o seu pai, a partir de 1464 (e até 1469) deixa de ter parte do seu tempo ocupado com o seu filho pelo que, a partir de então começa a fundar, em sequencia, uma série de conventos (em lugares tão variados como Bréscia, Milão, Bérgamo, Parma, etc), o que é mais uma confirmação da nossa tese.

Continuando a citar: "Eleito Papa com o nome de Sisto IV, o cardeal que o conhecera e que fora também ministro geral da Ordem de São Francisco, concedeu-lhe, a 24 de Março de 1472, entre outros privilégios, a faculdade de ele e os sucessores receberem na sua congregação frades conventuais ou quaisquer outros sob a jurisdição do ministro-geral, que desejassem segui-lo; e aceitar mais seis conventos, além dos que já possuía. O primeiro seria, ao que parece, o de Stª Maria da Paz de Castiglione, província de Alessandria e diocese de Cortona. Seguiram-se os de Lodi, chamado também de Stª Maria das Graças, na província de Milão; e o de Stª Maria das Graças de Cremona. A 18 de Junho de 1472, o Papa concedeu-lhe o Mosteiro de São Pedro *in Montório,* onde, segundo a tradição, São Pedro fora martirizado. Os monges de São Clemente *de Urbe,* da Ordem de Santo Ambrósio, sob o pretexto de que o lugar estava sob a sua jurisdição, moveram-lhe uma causa. O pontífice defendeu o Beato Amadeu, confirmando a doação, a 8 de Março de 1481. A 20 de Junho de 1478, o Papa Sisto IV concedeu a Raimundo Orsini e a sua mulher, senhores de grandes domínios na diocese de Sabina, faculdade para nos seus territórios um convento para o Beato Amadeu e os seus discípulos, em atenção aos moradores de Scandriglia, Monte Librete e Nerula e castelos de Ponticelli e *Montório.* O convento foi erguido nos arredores de Ponticelli, dedicado a Stª Ma-

ria das Graças e, em 1479, começou a vida comunitária. Passando por Piacenza, dirigindo-se a Lombardia, o Beato Amadeu recebeu também o Convento de São Bernardino, por doação do terceiro franciscano Tiago de Guarnis.

Na época em que viveu o Beato Amadeu, ainda não havia a separação entre franciscanos observantes e franciscanos conventuais. No entanto, estes últimos já viviam separadamente, obedecendo a vigários-gerais confirmados pelo ministro--geral da Ordem de São Francisco. Frei Amadeu dizia-se apenas da Ordem de São Francisco. Os Papas referiam-no *da Observância.* A fundação da congregação de *amadeitas* dava-o como seu custódio, fora da sujeição ao vigário-geral. O Papa Paulo II, ao conceder-lhe três conventos, concederia também que, após a sua morte, os seus discípulos pudessem eleger custódio. Isto é: o Beato Amadeu era, em vida, uma espécie de *vigário provincial da Observância.* Os frades observantes começaram então a mostrar desagrado para com os *amadeitas,* considerando desnecessária a cisão com a Observância. Colocariam em causa as virtudes do Beato Amadeu, movendo-lhe grandes embargos, a começar pelo Convento de Stª Maria de Bressanoro, que tentaram arrebatar-lhe, fundamentando-se na bula de concessão, que referia a Observância.

O Beato Amadeu contou com a intervenção do cardeal de Bolonha, que conseguiu demover alguns cardeais defensores dos observantes. Atacaram, de seguida, o Convento de Stª Maria da Paz de Milão, que estava nas proximidades de um convento observante. O Beato Amadeu teve de mover vários apoios políticos e religiosos, junto dos Duques de Milão e na corte pontifícia, para impedir que lhe atrasassem ainda mais a construção do convento, que ainda decorria. A situação seria excessiva, ficando documentados os lamentos do Beato Amadeu quanto às injúrias que recebia dos observantes. O Papa Paulo II, em 1470, mandou suspender as obras, por causa da escandalosa discórdia entre os frades *amadeitas* e os frades observantes. A reacção dos *amadeitas* atingiu tal saturação que um deles chegou a gritar, do alto do púlpito, que o Breve pontifício era falso. O problema, no fundo, seria que a congregação de conventos do Beato Amadeu em tudo era semelhante à Observância, embora estando fora desta. Para resolver a questão, o próprio Beato Amadeu conseguiria que o Papa os declarasse sujeitos à obediência e jurisdição do ministro-geral e outros legítimos superiores da Ordem de São Francisco, segundo a Regra, em 23 de Maio de 1470. Por esta época, fundou também a Confraria de Nª Srª da Paz, de São Sebastião, de São Roque e São Bernardino, destinada a clérigos e leigos nobres.

O Papa Sisto IV, que cumulou o Beato Amadeu de privilégios, motivado pela admiração que lhe tinha, nomeadamente quanto à congregação dos seus conventos, nomeou-o seu confessor e secretário particular. Para o ter mais perto de si, doou-lhe o já referido Convento de São Pedro *in Montório,* junto do palácio apostólico, a 18 de Junho de 1472. Segundo frei Mariano de Florença, biógrafo do Beato Amadeu, seria numa caverna deste convento que recebia revelações do arcanjo São Gabriel. Ali terá ditado o seu livro *Apocalypsis Nova...,* que entregaria, à hora da morte aos seus frades, devendo ficar à guarda do custódio. A obra teve

uma grande divulgação anos depois. Vários problemas causados pelos observantes em relação a alguns dos seus conventos levaram a uma batalha final, envolvendo os Duques de Milão e, por fim, o próprio Papa, que protegeu os *amadeitas.*

Finalmente, o Beato Amadeu desejou fazer uma visita a todos os seus frades e, ao passar pelo Convento de Stª Maria da Paz de Milão, *ali morreu, a 10 de Agosto de 1482*. O rei Luís XI de França, a quem chegara a fama do Beato Amadeu, contribuiu para as despesas do funeral e para um sepulcro de mármore rodeado por grades.

Sucederam-se quatro séculos de culto ininterrupto, em torno da sua imagem nimbada, sobre a sepultura. Esta estava numa capela própria, onde eram colocadas muitas lamparinas e velas, celebrando-se ali todos os anos a festa do Beato, a 10 de Agosto.

A sepultura já não existe, pois foi destruída durante as Invasões Francesas, embora se saiba onde estava situada. A sua canonização chegou a ser tentada, segundo alguma documentação do final do século XVI. A congregação dos *amadeitas* prosseguiu na Lombardia, no resto de Itália e em Espanha. Porém, a pressão dos ministros e dos Capítulos Gerais dos franciscanos, apoiados pelos problemas de alguns dos conventos, concorreram para que São Carlos Borromeu, cardeal protector dos *amadeitas,* impusesse o fim. Os trinta e nove conventos então existentes foram integrados na Ordem de São Francisco da Observância em 1568, por bula do Papa Pio V".

Sabe-se que o Beato Amadeu trazia, na sua indumentária, um adereço com os dizeres: "Ignoto Deo", que significa "Deus Desconhecido" ou "Deus Incógnito". Como no catolicismo, Deus está associado a "Pai", isto poderia quer significar "Pai Incógnito" que era, efectivamente, o que o Beato Amadeu era, em relação ao seu filho Salvador Anes da Silva/Cristóvão Colon.

De acordo com (Fontes s.d. [23]), o filho bastardo do navegador, Fernando Colon, teria afirmado que o seu pai havia estudado latim, em Pavia.

Será que, estando em Itália, Colon foi estudar em Pavia? Os Senhores de Pavia eram os Visconti e lembre-se que o Beato Amadeu mantinha estreitas relações com os Duques de Milão, sendo que a Duquesa era Bianca Visconti. Essa aproximação foi efectuada a partir de 1457 pelo que pode ter acontecido Colon ter frequentado estudos em Pavia, pelo menos desde 1457 até 1464 ano em que, supostamente, terá iniciado a sua carreira como navegador.

3.8 – Regresso de Colon a Portugal

No ano em que se supõe que Colon regressou a Portugal (1476), ainda reinava D. Afonso V, o qual só viria a morrer em 1481, portanto já depois do casamento de Colon.

Pensamos que terá sido D. Afonso V (em conjunto com o seu filho, o futuro

D. João II) que terão preparado a vinda de Colon para Portugal. Como convinha, à Coroa Portuguesa, continuar a não divulgar a verdadeira origem do navegador, a hipótese de ele se fazer passar por nativo de Génova era muito atraente, até por Colon ter, seguramente, navegado com inúmeros italianos e, consequentemente, ser conhecido dos marinheiros genoveses.

Normalmente, quando um estrangeiro chega a um outro país onde pretende vir a residir, procura relacionar-se com os naturais do seu país de origem que já vivam no país de destino.

Portanto, para que Colon pudesse continuar a fazer-se passar por genovês, fazia sentido casá-lo com alguém de origem italiana.

A escolha pela família Perestrelo era a ideal: uma família nobre de origem italiana (de Piacenza) e, ainda para mais, residindo no arquipélago da Madeira, o qual era um dos senhorios da Casa do Duque de Beja, D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

Portanto a noiva escolhida foi Filipa Moniz Perestrelo, que reunia os requisitos estratégicos necessários. Além do mais, Bartolomeu Perestrelo, sogro de Colon, poderia transmitir-lhe os seus profundos conhecimentos náuticos, pelo que para Colon, o casamento permitia-lhe completar a sua formação náutica, sobretudo na navegação atlântica, bastante diferente da mediterrância que Colon conheceria melhor.

Colon terá casado em Fevereiro de 1479, com Filipa Moniz Perestrelo e tido o primeiro filho (Diogo/Diego) cerca de um ano depois.

É ainda curioso falar de alguns personagens que foram importantes para Colon contribuindo, nomeadamente, para conseguir que os Reis Católicos acedessem a promover a primeira viagem de Colon às Américas.

Um deles é o Cardeal Mendoza. O importantíssimo Cardeal de Toledo e de Sevilha, Pedro González de Mendoza (1428-1495) teve uma amante, de quem teve filhos, chamada Mécia de Lemos (n. c. 1435), a qual acompanhou a Infanta D. Joana, Rainha de Castela, e tia do Colon.

Esta Mécia de Lemos era filha de Gomes Martins de Lemos, 1.º Senhor da Trofa, e de sua mulher Maria de Meira (1420-1483).

Este Gomes Martins de Lemos teve, entre outros, os seguintes irmãos:

- Fernão Gomes de Lemos, casado com Leonor da Cunha (da Silva), parente do Beato Amadeu;
- Mécia de Lemos, casada com João Álvares da Cunha, 4.º Senhor de Pombeiro, os quais foram avós, nomeadamente, de Inês da Cunha (n. c. 1450), casada com Manuel da Silva (do ramos dos Senhores de Vagos), parente do Beato Amadeu.

Por outro lado, a dita Maria de Meira era filha de Álvaro de Meira e de sua mulher Maria Coelho da Silva (n. c. 1390), a qual era filha de Lopo Dias de Azevedo, 1.º Senhor de S. João de Rei, e de sua mulher D. Joana Gomes da Silva, filha do 1.º Senhor de Vagos. Ou seja, a Mécia de Lemos, amante do Cardeal Mendoza, também pertencia à família Silva.

A atrás citada Maria Coelho da Silva tinha os seguintes irmãos, entre outros:

- Luís de Azevedo, casado com D. Aldonça de Meneses (tia direita do Beato Amadeu);
- Filipa de Azevedo, casada com Luís Gonçalves Malafaia, os quais foram pais (entre outros) de Joana de Azevedo, mulher de D. Afonso Teles da Silva, 3.º Alcaide-Mor de Campo Maior e Ouguela (que era irmão do Beato Amadeu).

Por outro lado, o Cardeal Mendoza tinha, entre outros, uma irmã, chamada Mencia de Mendoza (n. c. 1430), mulher de Pedro Fernandez de Velasco, 2.º Conde de Haro.

Deste casal foi filha Maria Fernandez de Velasco y Mendoza (n. c. 1450), 1.ª Duquesa de Roa, a qual casou duas vezes:

- a primeira, sem geração, com Juan Pacheco (1419-1474), 1.º Duque de Escalona, ligado aos Senhores de Moguer (por este ter sido casado, em segundas núpcias, com Maria de Portocarrero, 6.ª Senhora de Moguer), aos Silvas que foram Condes de Cifuentes, etc.;
- a segunda vez com Beltran de la Cueva y Alfonso de Mercado (1420-1492), 1.º Duque de Albuquerque, o célebre Beltran de la Cueva que terá tido relações amorosas com a Rainha D. Joana de Castela (tia de Colon) e que terá sido o suposto pai da "Beltraneja".

No que se refere ao atrás citado Juan Pacheco, 1.º Duque de Escalona, em (Araúlo 2009, [66]) diz-se que ele era um acérrimo partidário de D. Joana, a Beltraneja, sendo um grande apoiante do seu casamento com D. Afonso V. Era muito próximo e com muitos contactos com este Rei, chegando a mandar "correios ao Rei de Portugal com as novidades da sucessão em Castela e dirigia convites ao Rei português para que não descurasse o casamento com a sua sobrinha Joana".

Apresenta-se, ainda, a seguinte informação sobre o citado Juan Pacheco: "Era este fidalgo que tinha sob custódia em Escalona, a Rainha-Mãe, D. Joana, bem como a Princesa, responsabilidade dividida com o Conde de Ureña, o Bispo de Burgos e outros importantes fidalgos castelhanos".

É de notar que a referida segunda mulher de Juan Pacheco, 1.º Duque de Escalona, Maria Portocarrero (filha de Pedro Portocarrero, 5.º Senhor de Moguer, e de Beatriz Enriquez) era prima direita de Juana Enriquez, Senhora de Casarrubios, a qual casou com Juan II, Rei de Aragão, e foram os pais do Rei Católico Fernando de Aragão.

Um outro personagem importante para Colon, nomeadamente por o ter apresentado ao Cardeal Mendoza, foi o Contador-Mor Alonso de Quintanilla (1420-1500). Este, embora de origem modesta (começou por ser criado do dito Juan Pacheco, 1.º Duque de Escalona), foi um importante estadista, político e Contador-Mor dos Reis Católicos, depois de ter pertencido à casa de Henrique IV, marido da Rainha D. Joana de Castela (tia direita de Colon).

Em suma, pensamos que, embora Rainha D. Joana de Castela tenha morrido em 1475, algumas das pessoas que lhe eram próximas, terão ajudado o seu

sobrinho Colon, abrindo-lhe as portas da Côrte Castelhana, não só através da sua donzela Mécia de Lemos (que era uma Silva e ligada a muitos outros Silvas, parentes de Colon), que era amante do importantíssimo Cardeal Mendoza, como também através dum dos amantes de D. Joana, Beltran de la Cueva.

De facto, de acordo com a Wikipédia, Beltrán de la Cueva (1443 – 01/11/1492) foi um nobre castelhano, nascido en Úbeda (actual província de Jaén, Espanha).

Em 1456, o rei Henrique IV de Castela hospedou-se na casa do seu pai, Diego Fernández de la Cueva. Como agradecimento às atenções recebidas, o monarca ofereceu ao filho primogénito de D. Diego um posto na Corte. Porém, uma vez que desejava que o seu primogénito e herdeiro se mantivesse no seu feudo, D. Diego pediu que Beltrán ocupasse o lugar de pajem na corte castelhana.

Uma vez na corte, Beltrán de la Cueva ascendeu rapidamente graças às suas excelentes relações com o rei. Em 1458 foi nomeado mordomo do palácio e senhor de Jaén, e em 1461 entrou no Conselho Real, tirando o lugar a Juan Pacheco, marquês de Vilhena, como homem de confiança (valido) de Henrique IV. Paralelamente, o seu irmão Gutierre foi nomeado bispo de Palência. Em 1462 foram-lhe concedidos os cargos de conde de Ledesma e mestre da Ordem de Santiago. Também possuía a cidade de Huelma concedida, em 1460, como dote pelo seu matrimónio com Mencia de Mendoza y Luna, sobrinha do poderoso cardeal andaluz Pedro González de Mendoza. D. Diego Fernández de la Cueva foi agraciado com o Viscondado de Huelma que, depois da morte deste, passou para Beltrán de la Cueva, sendo elevado o título a condado, e Beltrán a primeiro conde de Huelma.

Esta fulgurante carreira teria provocado a inveja e o rancor de numerosos cortesãos e nobres, em especial do Marquês de Vilhena. Ou por tal ser verdade, ou com o objectivo de desacreditá-lo politicamente, começaram a ser difundidos rumores sobre supostas aventuras de Beltrán de la Cueva com D. Joana de Portugal, Rainha de Castela, e chegou a afirmar-se que a princesa Joana não era filha do rei (cognominado de *o impotente*), mas de Beltrán. Por este motivo, a herdeira ao trono foi apelidada de Joana, a Beltraneja.

As críticas atingiram o nível mais alto com a sua nomeação como Mestre de Santiago, até ao ponto em que Henrique IV se viu obrigado, pela primeira vez, a tomar medidas contra De la Cueva, como modo a tentar salvar a sua própria face. Em 1463 foi-lhe retirado o cargo de mestre e foi banido da corte, apesar de recompensado com o título de duque de Alburquerque (criado especificamente para si) e com a entrega do castelo de Anguix e o governo das povoações de Roa, Aranda, Molina, Cuéllar e Atienza.

Em 1465 esteve ao lado do rei na chamada Farsa de Ávila, conspiração na qual destacados nobres (entre eles o Marquês de Vilhena e o Arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo) pretendiam depor o rei, e participou na Segunda Batalha de Olmedo (1467) que pôs fim à conspiração. Como recompensa, juntou à suas possessões as vilas de Mijares, La Adrada e Colmenar, posteriormente renomeada de Mombeltrán em sua honra.

Contra o que seria de imaginar, Beltrán de la Cueva nunca tomou o partido

de sua suposta filha durante a guerra civil castelhana que opôs Joana, a Beltraneja, à sua tia Isabel I, de Castela, entre 1474 e 1479, após a morte de Henrique IV. Pelo contrário, combateu nas fileiras isabelinas durante vários anos, tanto na guerra sucessória como no cerco a Granada de 1491. Morreu no Dia de Todos os Santos de 1492 no seu castelo de Cuéllar.

Curiosamente, Colon era sobrinho duma cunhada (a Rainha D. Joana) de Isabel, a Católica. Acresce que Colon também era primo segundo de Fernando, o Rei Católico, por este ser filho de Juan II, Rei de Aragão, o qual era irmão da Rainha de Portugal, D. Leonor (mulher de D. Duarte), avó materna de Colon.

O restante percurso de vida de Colon está devidamente elencado na cronologia que, anteriormente, apresentámos.

4 – CONCLUSÕES

Do exposto parece poder confirmar-se que, efectivamente, Colon era português. Mas, mesmo antes da implementação da nossa tese, já existiam indícios nesse sentido.

Um primeiro índicio resulta do indicado na alínea r) da cronologia anteriormente apresentada. Efectivamente, o facto da Rainha D. Leonor (mulher de D. João II) ter feito questão em receber Colon, demonstra que deveria haver uma relação familiar entre ambos. Como a Rainha D. Leonor era filha de pais portugueses, pois o pai era D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu (o qual era filho de D. Duarte, Rei de Portugal e de D. Leonor de Aragão) e a mãe era D. Beatriz (filha do Infante D. João, irmão do Rei D. Duarte, e de sua mulher D. Isabel de Bragança, filha dos primeiros Duques de Bragança, D. Afonso e D. Beatriz Pereira de Alvim), uma relação de parentesco entre a mulher de D. João II e Cristóvão Colon, poderia ser um forte indício de que este seria português.

Um segundo indício resulta do referido em (Ribeiro s.d.: 36, [17]) a propósito da carta que D. João II enviou a Colon, indicada na alínea i) da cronologia anteriormente apresentada, carta essa que concedia ao navegador um salvo-conduto, o qual só faria sentido se Colon fosse um vassalo, do monarca português, que estivesse a residir no estrangeiro.

Um terceiro indício decorre do indicado em (Ribeiro s.d.: 36, [17]) onde se refere uma carta de 1474, de Paulo Toscanelli, na qual o célebre cosmógrafo de Florença chamou português a Colon.

Ainda em (Ribeiro s.d.: 46, [17]) se diz que Colon, ao consignar no seu Diário, esta frase dolorida, referindo-se a si próprio: "o que te está sucedendo agora é a recompensa dos serviços que prestaste a outros amos", estaria a designar por "outros amos" os Reis de Castela, porque o seu verdadeiro amo era o Rei de Portugal.

Um outro argumento a favor da tese de Colon ser português, resulta da existência dum quadro, num tecto do Palácio Nacional de Mafra, onde aparece Colon acorrentado, juntamente com personagens importantes dos descobrimen-

tos portugueses:

- no canto superior esquerdo, o Infante D. Henrique, cuja imagem aparece num "espelho", com as insígnias da Ordem de Cristo ao peito, ladeado pelo anjo da anunciação;
- no canto superior direito, o navegador Duarte Pacheco Pereira (ou será Bartolomeu Dias?), enfrentando o Adamastor;
- canto inferior direito, é representado Pedro Álvares Cabral;
- no canto inferior esquerdo, aparece uma figura masculina (acorrentada por alguém que tem serpentes na mão) com os dizeres: "A Castila y a Leon Nuevo Mundo dio Colon".

Seria estranho, se Colon não fosse português, que pudesse ser representado neste enquadramento. Aliás, a pintura encontra-se no tecto da "Sala das Descobertas" ou "Sala dos Heróis Portugueses", conforme se refere em (Marques 2009: 106 ss, [67]).

O quadro é, segundo (Marques da Gama 1985: 58 ss, [68]), da autoria do pintor Cirilo Wolkmar Machado, "artista que dirigiu durante os reinados de D. Maria I e D. João VI a maior parte das pinturas efectuadas no Palácio".

Porque razão navegadores portugueses ilustres, como Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, etc., não estão representados no quadro e Colon está? Seguramente porque o pintor o considerou, não só como um navegador português mas, também, como mais importante do que outros navegadores portugueses, nomeadamente os atrás referidos.

Pensamos que o facto de Colon aparecer representado como acorrentado, estará relacionado com a sua prisão, em 1500, por Francisco de Bobadilla, em Santo Domingo, conforme referido na alínea) da cronologia anteriormente apresentada. Ou, então, poderá significar que esteve, ao longo de toda a sua vida, "preso" ao mistério sobre a sua verdadeira origem.

Fig. 27 – À esquerda, o quadro de Cirilo Wolkmar Machado, no Palácio Nacional de Mafra; à direita, um pormenor do canto inferior esquerdo desse quadro, onde figura Colon acorrentado

Como nota final é de referir que, segundo informações recentes, nomeadamente por parte do autor de (Rosa 2006. [16]), os testes de ADN que se fizeram entre restos mortais de Colon (ou dos seus filhos) e elementos de famílias italianas (supostamente às quais Colon poderia ter pertencido), deram resultados negativos.

De facto, duma intervenção no dia 07/07/2011, do citado autor, no "Geneall Forum", num dos tópicos relacionados com Colon, transcrevemos: "[De testes com 133 Colombos nem um deles deu um Colon. "Ni catalán, ni mallorquín, ni genovés.... Además se tomó también el ADN de 133 italianos procedentes de Lombardía, Liguria y Piamonte, todas ellas regiones anexas a Génova. Este trabajo fue canalizado desde la Universidad Tor Vergara de Roma. ¿Por qué estas dos regiones? La mayoría de los historiadores, incluso yo mismo, creemos que Colón era genovés" (http://www.andaluciainvestiga.com/espanol/noticias/4/3738.asp).]

Duma outra intervenção do mesmo autor, no dia 08/07/2011, no "Geneall Forum", transcrevemos: [O ADN de D. Hernando, junto com aquele de D. Diego Colón (irmão do Almirante), foram utilizados para comparar com o ADN do Almirante tirado dos ossos que estão em Sevilha. E o resultado é que todos os três têm o mesmo "Y" e que o Don Diego e Don Cristóbal tinham uma mesma mãe. A hipótese de Colon ser filho duma Zarco não está eliminada, pois os testes que eu fiz foram a um varão descente de varões e provou-se apenas que o ADN "Y" dos Colons não era igual ao dos Zarcos. Isso não elimina o lado feminino].

Um teste de ADN efectuado a D. Duarte Pio de Bragança (o actual Duque de Bragança) terá tido resultado negativo, o que terá levado o referido autor a pensar que Colon poderia não ser um elemento da Casa Real de Avis, contrariamente ao que demonstrámos.

No entanto, o mesmo autor refere, na sua citada intervenção, de 08/07/2011, no "Geneall Forum": "Também não se pode dizer que a Casa de Bragança (e dessa forma a Casa de Avis) foi eliminada, pois podem ter existido quebras de varonia e, assim, o ADN do corrente Duque pode não ser o mesmo de D. João I. Eliminados os Colombos e quase eliminados os Braganças e Avis resta-nos buscar outros pais que se ajustem aos factos. É isso que eu ando a fazer".

Pensamos que a incompatibilidade entre os ADN de Colon e de D. Duarte Pio demonstra que estas duas pessoas não têm uma varonia comum. Ou seja, tal incompatibildade vem demonstrar que *Colon não pode ser filho de D. Fernando, 1.º Duque de Beja e 2.º Duque de Viseu.* Se o fosse, como o referido D. Fernando descende por varonia de D. João I e, deste também descende, por varonia, D. Duarte Pio (o 1.º Duque de Bragança era filho bastardo de D. João I), haveria compatibilidade entre os respectivos ADN "Y".

Pela nossa teoria, Colon é filho de "uma dama da Dinastia de Avis" (e não dum varão dessa dinastia), pelo que a sua varonia é de "Silva". Como, seguramente, os Silvas e D. João I não têm uma ascendência varonil comum, o ADN de Colon (sendo este filho da Infanta D. Leonor) nunca poderia ser

compatível com o de D. Duarte Pio.

Também a linha feminina pura não é comum entre Colon e D. Duarte Pio, pelo que os respectivos ADN nunca poderiam ser compatíveis.

Convém recordar que, actualmente, só se pode determinar filiações em longas linhas de ascendência, nos seguintes dois casos:

- relativamente à linha de varonia (neste caso só nos homens), comparando o cromossoma "Y", que só se transmite de pai para filho varão;
- ou, relativamente à linha feminina pura (neste caso para homens e mulheres), comparando o ADN mitocondrial que todos herdamos das nossas mães.

Por exemplo, se se estudasse o ADN mitocondrial dos reis D. João II e D. Duarte, presumivelmente nada se poderia concluir, pois as respectivas linhas femininas puras não têm razão para estarem geneticamente próximas, pois seria muita coincidência que Ilona Mórocz de Beketfalva, a ascendente mais antiga de D. Duarte (pela linha feminina pura) que se encontra nos nobiliários, fosse descendente, por via feminina pura, de alguma ascendente "próxima" de D. João II. Este, por via feminina pura, descende de D. Isabel de Portugal, D. Isabel de Aragão (condessa de Urgel), D. Isabel de Aragão, Sibila de Fortia, etc.

Mas se se conseguisse estudar o cromossoma "Y" de D. João II, esse cromossoma deveria estar "próximo" do cromossoma "Y" de D. Duarte, já que o bisavô na varonia de D. João II (D. João I) era ascendente, por varonia, de D. Duarte. Assim, descontando as mutações que pudessem ter ocorrido nas duas linhas, desde D. João I até cada um dos visados, seria possível determinar, com muita probabilidade, se ambos tinham de facto esse ascendente comum por varonia, à respectiva distância de gerações.

Do exposto, podemos concluir que:

- *O verdadeiro nome de Cristóvão Colon seria Salvador/Sancho Anes da Silva;*
- *terá nascido na vila alentejana de Cuba, cerca de 1450;*
- *seria filho da Infanta D. Leonor de Portugal* (futura Imperatriz do Sacro Império Romano-Germânico) *e de D. João Meneses da Silva* (futuro Beato Amadeu);
- terá ido com os seus pais para Itália (quando a sua mãe foi ali celebrar o seu casamento religioso com o Imperador Frederico III), *tendo ficado à guarda da família Colonna d'Appiano, dos Senhores de Piombino*, à qual pertencia uma prima direita da Infanta D. Leonor;
- *D. João Meneses da Silva terá mantido, em Itália, um estreito contacto com o filho;*
- *Colon não terá tido irmãos inteiros* (iremos analisar, melhor, a conclusão atrás retirada dos testes de ADN de que o seu suposto irmão, Diego Colon, seria filho dos mesmos pais de Colon), embora admitamos que os seus supostos irmãos, Bartolomeu e Diego, poderão ser seus parentes próximos (situação que ocupará a nossa investigação futura);

- *seria interessante promover testes de ADN comparando os cromossomas "Y" de Colon com os do Beato Amadeu ou com os de D. Rui Gomes da Silva, 1.º Alcaide-mor de Campo Maior e de Ouguela, fazendo o mesmo em relação ao suposto irmão de Colon, Diego Colon;*
- *seria ainda importante fazer uma comparação com o ADN mitocondrial da Infanta D. Leonor, para confirmar se ela era, como pensamos, a mãe de Colon. Dever-se-ia fazer, também, uma comparação semelhante de modo a verificar se o suposto irmão de Colon, Diego Colon, seria filho da Infanta D. Leonor.*

Bibliografia

- Por Ordem Alfabética do Apelido dos Autores

- Abecassis, Fernando. 2010. *Cristovam Colón – uma biografia crítica.* Lisboa: Editora Prefácio. [2]
- Abranches de Soveral, Manuel. 1998. *Sangue Real – As nossas ascendências à Casa Real Portuguesa*. Porto: MASmedia Editores. [33]
- Abranches de Soveral, Manuel; Lamas de Mendonça, Manuel. 2004. *Os Furtado de Mendonça portugueses - Ensaio sobre a sua verdadeira origem.* Edição dos Autores. [34]

- Adrião, Vitor Manuel. s.d. *O misterioso Cristóvão Colombo.* [18]
- Alessandrini, Nunziatella. 2011. *Os Perestrello: uma família de prazentinos no Império Português (séc. XVI).* Lisboa: Palestra na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 17/05/2011. [38]
- Araújo, Julieta. 2009. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri. [66]
- Arranz Márquez, Luis. 2009. *Cristóbal Colón – Diario de a bordo.* Madrid: Editora Dastin Historia. [5]
- Arranz Márquez, Luis. 2009. *Historia del Almirante.* Madrid: Editora Dastin Historia. [6]
- Arrimar, Jorge de Abreu. 1997. *Os Bettencourt, da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla*. Edição do Autor. [41]
- Azuara, Marisa. 2007. *Christoval Colón más grande que la leyenda.* Zaragoza: Editorial Amares. [15]
- Baquero Moreno, Humberto. 1980. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico.* Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. [39]
- Barrilaro Ruas, Henrique; Sousa Soares, Torquato. s.d. *Dicionário da História de Portugal*, direcção de Joel Serrão. Lisboa. [45]
- Caetano de Sousa, D. António. s.d. *Provas da História Genealógica da Casa Real*

Portuguesa, Tomo III, Parte II. [37]
- Castello Branco, Theresa Schedell de. 1994. *Os Painéis de S. Vicente de Fora – as chaves do Mistério.* Lisboa: Quetzal Editores. [21]
- Clode, Luiz Peter. 1952. *Registo Genealógico de Famílias que passaram à Madeira*. Funchal: Edição da Tipografia Comercial. [36]
- Coelho, M.H. da Cruz. 2002-2003. *A política matrimonial da dinastia de Avis. Leonor e Frederico III da Alemanha,* in Revista Portuguesa de História. [53]
- Costa Lobo, A. de Sousa Silva. 1984. *História da Sociedade em Portugal no século XV*, com prefácio de José Mattoso. Lisboa: Edições Rolim. [62]
- D'Armada, Fina. 2009. *A morte do filho de D. João II: acidente ou crime perfeito?,* in Grandes Enigmas da História de Portugal, Volume II Avis e os Descobrimentos. Lisboa: Edições Ésquilo. [44]
- Domingues, Mário. 2005. *D. João II. O Homem e o Monarca*. Lisboa: Editora Prefácio. [46]
- Drumond Braga, Paulo. 2008. *O Príncipe D. Afonso - Filho de D. João II Uma vida entre a guerra e a paz*. Lisboa: Edições Colibri. [43]
- Endika; Irantzu; Gariokoitz de Mogrobejo. s.d. *Diccionario Hispano Americano de Heraldica, Onomastica y Genealogia,* Tomo XX. [60]
- Enseñat de Villalonga, Alfonso. 2009. *Cristóbal Colón: Origenes, Formación, y primeros viajes (1446-1484).* Madrid: Ediciones Polifemo. [10]
- Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa. 1989. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga. [48]
- Fernandez Alvarez, Manuel. 2006. *La Gran Aventura de Cristóbal Colón*. Madrid: Edições Espasa. [7]
- Fernández-Armesto, Felipe. 1992. *Cristóvão Colombo*. Lisboa: Editorial Presença. [42]
- Fontes, Carlos. s.d. *Cristóvão Colombo, português?,* publicado na Internet (colombo.do.sapo.pt). [23]
- Girard, Patrick. 2011. *Les Chevaliers des Mers: Christophe Colomb, le voyageur de l'infini*. Paris: Éditions Calmann-Levy. [8]
- Gomes, Saul António. 2009. *D. Afonso V*, in Colecção "Reis de Portugal". Lisboa: Edição Temas e Debates. [57]
- Gomes Martins, Miguel. s.d. *A Vitória do Quarto Cavaleiro – O Cerco de Lisboa de 1384*. [35]
- Graça Moura, Vasco. 1991. *Cristóvão Colombo e a Floresta das Asneiras*. Lisboa: Quetzal Editores. [22]
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.* [59]
- *Indice delle Famiglie Nobile del Mediterraneo.* [27]
- Laranjeira, Pedro. 2008. *O Alentejano que descobriu a América.* Arrifana: Editora Free Zone. [19]
- Leão, Duarte Nunes de. 1610. *Descripção do Reino de Portugal*. Lisboa: Editado por Iorge Rodriguez. [70].
- Le Hête, Thierry. 1987. *Les Capétiens*. Paris: Editions Christian. [50]

- Louda, Jiri; Maclagan, Michael. 1984. *Les Dinasties d'Europe*. Paris: Editions Bordas. [51]
- Machado, José Pedro. s.d. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa.* [28]
- Madariaga, Salvador de. s.d. *Christophe Colombe*. Paris:Editions Calmann-Lévy. [12]
- Marino, Ruggero. 2007. *Cristóvão Colombo, o último dos Templários*. Lisboa: Alétheia Editores. [9]
- Marques, Julieta. 2009. *Cristóvão Colom – O Almirante de Nobre Estirpe.* Lisboa: Edição da Autora. [67]
- Marques da Gama, Luis Filipe. 1985. *Palácio Nacional de Mafra. Roteiro*. Lisboa: Edições Elo. [68]
- Martínez Llorente, Felix. 2006. *El escudo de armas de Cristóbal Colón. Estudio de un acrecentamiento heráldico,* in Revista de la Federación Española de Genealogia y Heráldica, Cuadernos de Ayala 26. [52]
- Mascarenhas Barreto, Augusto. 1997. *Colombo Português – Provas Documentais,* 2.º Volume. Lisboa: Editorial Nova Arrancada. [14]
- Mascarenhas Barreto, Augusto. 1988. *O Português Cristóvão Colombo, Agente Secreto do Rei D. João II.* Lisboa: Editora Referendo. [20]
- Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2010. *D. Afonso V: O Africano teve um filho bastardo?,* in "Casos da História", Volume I. Lisboa: Edição dos Autores. [25]
- Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2011. *Os Guerra Pessanha: Descendentes de Almirantes de Portugal?,* in "Casos da História", Volume II. Lisboa: Edição dos Autores. [26]
- Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2011. *Castelo Branco: o apelido de inúmeros titulares,* in "Casos da História", Volume II. Lisboa: Edição dos Autores. [47]
- Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2011. *Sás e Colonnas: tiveram relações familiares?,* in "Casos da História", Volume II. Lisboa: Edição dos Autores. [49]
- Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2010. *Ensaio sobre as Origens da Família Cotrim,* in "Casos da História", Volume I. Lisboa: Edição dos Autores. [63]
- Nascimento, Aires A.; Andrade, Maria Filomena; Rebelo da Silva, Maria Teresa. 1992. *Princesas de Portugal, Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI*, da colecção Medievália. Lisboa: Edições Cosmos. [55]
- *Nobreza de Portugal*, obra em três volumes. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda. [58]
- Oliveira Marques, A. H. de. 2010. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros. [54]
- Pereira, Eduardo C. N. 1989. *Ilhas de Zargo*. [40]
- Perestrelo de Vasconcelos, Sebastião. s.d. *Perestrellos*. Lisboa: Edição do Autor.

[32]
- Pinheiro Marques, Alfredo. 1991. As Teorias Fantasiosas do Colombo “Português”. Lisboa: Quetzal Editores. [4]
- Preto, Jorge. 2006. Dom Cristóvão Colon, um dos vectores referenciais da Ibero-América: as enigmáticas origens do navegador à luz da ciência heráldica. Lisboa: X Congresso das Academias Ibero-Americanas da História. [24]
- *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, IX.* [65]
- Ribeiro, Patrocínio. s.d. A Nacionalidade Portuguesa de Cristovam Colombo. Lisboa: Livraria Renascença. [17]
- Rodrigues de Oliveira, Ana. 2010. *Rainhas Medievais de Portugal.* Lisboa: Esfera dos Livros. [56]
- Rosa, Manuel da Silva. 2009. *Colombo Português - O Homem que Enganou os Reis Espanhóis e Serviu o Genial Rei D. João II*, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. 1.ª Edição. Lisboa: Ésquilo - Edições e Multimédia. [16]
- Rosa, Manuel da Silva; Steele, Eric J. 2006. *O Mistério Colombo Revelado,* 1ª edição. Lisboa: Ésquilo – Edições e Multimédia. [69]
- Salvado Borges, Emília. 1999. *O Concelho de Cuba. Subsídios para o seu inventário artístico,* 3.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Cuba. [61]
- Schmidt, Marie-France. 2011. *Christophe Colomb.* Paris: Éditions Gallimard. [3]
- Silva Campos, Nuno. 2008. *D. Pedro de Meneses, o primeiro Capitão de Ceuta.* Lisboa: Edições SeteCaminhos. [29]
- Silva Campos, Nuno. 2004. *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437).* Lisboa: Edições Colibri. [30]
- Sousa Viterbo, Francisco Marques. s.d. *D. Leonor de Portugal*, in Archivo Historico Portuguez, Volume VII. [64]
- Teixeira da Mota, A. s.d. *O Essencial sobre Cristóvão Colombo e os Portugueses.* Lisboa. [13]
- Treen, María de Freitas. 1989. *The Admiral and His Lady. Columbus and Filipa of Portugal.* New York: Robert Speller & Sons, Publishers. [31]
- Urres, Mariano F. 2006. *Una Biografia Heterodoxa de Colón, el Almirante sin rostro.* Madrid: Editorial Edaf. [11]
- Viegas Guerreiro, Manuel. 1994. *Colombo e Portugal.* Lisboa: Edições Cosmos. [1]

- Por Ordem Numérica

[1] - Viegas Guerreiro, Manuel. 1994. *Colombo e Portugal.* Lisboa: Edições Cosmos.
[2] - Abecassis, Fernando. 2010. *Cristovam Colón – uma biografia crítica.* Lisboa: Editora Prefácio.
[3] - Schmidt, Marie-France. 2011. *Christophe Colomb.* Paris: Éditions Gallimard.
[4] - Pinheiro Marques, Alfredo. 1991. *As Teorias Fantasiosas do Colombo “Português”.* Lisboa: Quetzal Editores.

[5] - Arranz Márquez, Luis. 2009. *Cristóbal Colón – Diario de a bordo.* Madrid: Editora Dastin Historia.

[6] - Arranz Márquez, Luis. 2009. *Historia del Almirante.* Madrid: Editora Dastin Historia.

[7] - Fernandez Alvarez, Manuel. 2006. *La Gran Aventura de Cristóbal Colón*. Madrid: Edições Espasa.

[8] - Girard, Patrick. 2011. *Les Chevaliers des Mers: Christophe Colomb, le voyageur de l'infini*. Paris: Éditions Calmann-Levy.

[9] - Marino, Ruggero. 2007. *Cristóvão Colombo, o último dos Templários*. Lisboa: Alétheia Editores.

[10] - Enseñat de Villalonga, Alfonso. 2009. *Cristóbal Colón: Origenes, Formación, y primeros viajes (1446-1484).* Madrid: Ediciones Polifemo.

[11] - Urres, Mariano F. 2006. *Una Biografia Heterodoxa de Colón, el Almirante sin rostro*. Madrid: Editorial Edaf.

[12] - Madariaga, Salvador de. s.d. *Christophe Colombe*. Paris:Editions Calmann--Lévy.

[13] - Teixeira da Mota, A. s.d. *O Essencial sobre Cristóvão Colombo e os Portugueses.* Lisboa.

[14] - Mascarenhas Barreto, Augusto. 1997. *Colombo Português – Provas Documentais,* 2.º Volume. Lisboa: Editorial Nova Arrancada.

[15] - Azuara, Marisa. 2007. *Christoval Colón más grande que la leyenda*. Zaragoza: Editorial Amares.

[16] - Rosa, Manuel da Silva. 2009. *Colombo Português - O Homem que Enganou os Reis Espanhóis e Serviu o Genial Rei D. João II*, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. 1.ª Edição. Lisboa: Ésquilo - Edições e Multimédia. [16]

[17] - Ribeiro, Patrocínio. s.d. *A Nacionalidade Portuguesa de Cristovam Colombo*. Lisboa: Livraria Renascença.

[18] - Adrião, Vitor Manuel. s.d. *O misterioso Cristóvão Colombo.* [23] - Fontes, Carlos. s.d. *Cristóvão Colombo, português?,* publicado na Internet (colombo.do.sapo.pt).

[19] - Laranjeira, Pedro. 2008. *O Alentejano que descobriu a América.* Arrifana: Editora Free Zone.

[20] - Mascarenhas Barreto, Augusto. 1988. *O Português Cristóvão Colombo, Agente Secreto do Rei D. João II.* Lisboa: Editora Referendo.

[21] - Castello Branco, Theresa Schedell de. 1994. *Os Painéis de S. Vicente de Fora – as chaves do Mistério.* Lisboa: Quetzal Editores.

[22] - Graça Moura, Vasco. 1991. *Cristóvão Colombo e a Floresta das Asneiras*. Lisboa: Quetzal Editores.

[23] - Fontes, Carlos. s.d. *Cristóvão Colombo, português?,* publicado na Internet (colombo.do.sapo.pt).

[24] - Preto, Jorge. 2006. *Dom Cristóvão Colon, um dos vectores referenciais da Ibero-América: as enigmáticas origens do navegador à luz da ciência heráldi-*

ca. Lisboa: X Congresso das Academias Ibero-Americanas da História.
[25] - Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2010. *D. Afonso V: O Africano teve um filho bastardo?,* in "Casos da História", Volume I. Lisboa: Edição dos Autores.
[26] - Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2011. *Os Guerra Pessanha: Descendentes de Almirantes de Portugal?,* in "Casos da História", Volume II. Lisboa: Edição dos Autores.
[27] - *Indice delle Famiglie Nobile del Mediterraneo.*
[28] - Machado, José Pedro. s.d. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa.*
[29] - Silva Campos, Nuno. 2008. *D. Pedro de Meneses, o primeiro Capitão de Ceuta.* Lisboa: Edições SeteCaminhos.
[30] - Silva Campos, Nuno. 2004. *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437).* Lisboa: Edições Colibri.
[31] - Treen, María de Freitas. 1989. *The Admiral and His Lady. Columbus and Filipa of Portugal.* New York: Robert Speller & Sons, Publishers.
[32] - Perestrelo de Vasconcelos, Sebastião. s.d. *Perestrellos.* Lisboa: Edição do Autor.
[33] - Abranches de Soveral, Manuel. 1998. *Sangue Real – As nossas ascendências à Casa Real Portuguesa.* Porto: MASmedia Editores.
[34] - Abranches de Soveral, Manuel; Lamas de Mendonça, Manuel. 2004. *Os Furtado de Mendonça portugueses - Ensaio sobre a sua verdadeira origem.* Edição dos Autores.

[35] - Gomes Martins, Miguel. s.d. A Vitória do Quarto Cavaleiro – O Cerco de Lisboa de 1384.
[36] - Clode, Luiz Peter. 1952. *Registo Genealógico de Famílias que passaram à Madeira.* Funchal: Edição da Tipografia Comercial.
[37] - Caetano de Sousa, D. António. s.d. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* Tomo III, Parte II.
[38] - Alessandrini, Nunziatella. 2011. *Os Perestrello: uma família de prazentinos no Império Português (séc. XVI).* Lisboa: Palestra na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 17/05/2011.
[39] - Baquero Moreno, Humberto. 1980. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico.* Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.
[40] - Pereira, Eduardo C. N. 1989. *Ilhas de Zargo.*
[41] - Arrimar, Jorge de Abreu. 1997. *Os Bettencourt, da Ilha da Madeira ao Planalto da Huíla.* Edição do Autor.
[42] - Fernández-Armesto, Felipe. 1992. *Cristóvão Colombo.* Lisboa: Editorial Presença.
[43] - Drumond Braga, Paulo. 2008. *O Príncipe D. Afonso - Filho de D. João II Uma vida entre a guerra e a paz.* Lisboa: Edições Colibri.
[44] – D'Armada, Fina. 2009. *A morte do filho de D. João II: acidente ou crime*

perfeito?, in Grandes Enigmas da História de Portugal, Volume II - Avis e os Descobrimentos. Lisboa: Edições Ésquilo**.**

[45] - Barrilaro Ruas, Henrique; Sousa Soares, Torquato. s.d. *Dicionário da História de Portugal*, direcção de Joel Serrão. Lisboa.

[46] - Domingues, Mário. 2005. *D. João II. O Homem e o Monarca*. Lisboa: Editora Prefácio.

[47] - Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2011. *Castelo Branco: o apelido de inúmeros titulares,* in "Casos da História", Volume II. Lisboa: Edição dos Autores.

[48] - Felgueiras Gayo, Manuel José da Costa. 1989. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga.

[49] - Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2011. *Sás e Colonnas: tiveram relações familiares?,* in "Casos da História", Volume II. Lisboa: Edição dos Autores.

[50] - Le Hête, Thierry. 1987. *Les Capétiens*. Paris: Editions Christian.

[51] - Louda, Jiri; Maclagan, Michael. 1984. *Les Dinasties d'Europe*. Paris: Editions Bordas.

[52] - Martínez Llorente, Felix. 2006. *El escudo de armas de Cristóbal Colón. Estudio de un acrecentamiento heráldico,* in Revista de la Federación Española de Genealogia y Heráldica, Cuadernos de Ayala 26.

[53] - Coelho, M.H. da Cruz. 2002-2003. *A política matrimonial da dinastia de Avis. Leonor e Frederico III da Alemanha,* in Revista Portuguesa de História.

[54] - Oliveira Marques, A. H. de. 2010. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos de Vida Quotidiana*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

[55] - Nascimento, Aires A.; Andrade, Maria Filomena; Rebelo da Silva, Maria Teresa. 1992. *Princesas de Portugal, Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI,* da colecção Medieválía. Lisboa: Edições Cosmos.

[56] - Rodrigues de Oliveira, Ana. 2010. *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.

[57] - Gomes, Saul António. 2009. *D. Afonso V*, in Colecção "Reis de Portugal". Lisboa: Edição Temas e Debates.

[58] - *Nobreza de Portugal*, obra em três volumes. Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda.

[59] - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.*

[60] - Endika; Irantzu; Gariokoitz de Mogrobejo. s.d. *Diccionario Hispano Americano de Heraldica, Onomastica y Genealogia*, Tomo XX.

[61] - Salvado Borges, Emília. 1999. *O Concelho de Cuba. Subsídios para o seu inventário artístico,* 3.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Cuba.

[62] - Costa Lobo, A. de Sousa Silva. 1984. *História da Sociedade em Portugal no século XV*, com prefácio de José Mattoso. Lisboa: Edições Rolim.

[63] - Mattos e Silva, José; Mattos e Silva, António. 2010. *Ensaio sobre as Origens da Família Cotrim,* in "Casos da História", Volume I. Lisboa: Edição dos Autores.

[64] - Sousa Viterbo, Francisco Marques. s.d. *D. Leonor de Portugal*, in Archivo Historico Portuguez, Volume VII.
[65] - *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, IX.*
[66] - Araújo, Julieta. 2009. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri.
[67] - Marques, Julieta. 2009. *Cristóvão Colom - O Almirante de Nobre Estirpe.* Lisboa: Edição da Autora.
[68] - Marques da Gama, Luis Filipe. 1985. *Palácio Nacional de Mafra. Roteiro*. Lisboa: Edições Elo.
[69] - Rosa, Manuel da Silva; Steele, Eric J. 2006. *O Mistério Colombo Revelado,* 1ª edição. Lisboa: Ésquilo – Edições e Multimédia.
[70] - Leão, Duarte Nunes de. 1610. *Descripção do Reino de Portugal*. Lisboa: Editado por Iorge Rodriguez.